

FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

SOLAR DE ANTAS, REABILITAR NO REABILITADO

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura,
para turismo de habitação

Rita Baioa Alberto Rosado Correia
(Licenciada)

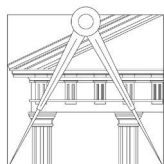
Projeto Final de Mestrado para obtenção
do Grau de Mestre em Arquitetura

Orientador Científico
Professor Doutor Francisco Oliveira

Júri
Professor Doutor António Morais
Professor Doutor Ricardo Silva Pinto

Documento Definitivo

Lisboa, FAUL, março 2017



U LISBOA | UNIVERSIDADE
DE LISBOA

FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

SOLAR DE ANTAS, REABILITAR NO REABILITADO

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura,
para turismo de habitação



Rita Baioa Alberto Rosado Correia
(Licenciada)

Projeto Final de Mestrado para obtenção
do Grau de Mestre em Arquitetura

Orientador Científico
Professor Doutor Francisco Oliveira

Júri
Presidente: Professor Doutor António Morais
Vogal: Professor Doutor Ricardo Silva Pinto

Documento Definitivo

Lisboa, FAUL, março 2017

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura para turismo de habitação

*Aos meus irmãos,
Carolina e Francisco*

Título Solar de Antas, Reabilitar no Reabilitado

Subtítulo (Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura, para turismo de habitação

Aluno Rita Baioa Alberto Rosado Correia

Orientador Professor Doutor Francisco Oliveira

Resumo No Minho, a paisagem é bastante marcada pelas casas senhoriais que aí se encontram, pertencentes a famílias que passam o seu património de geração em geração. Hoje em dia, é cada vez maior a tendência que este tipo de edificado seja convertido em turismo de habitação, de maneira a que a história possa ser partilhada por todos. Nesse contexto surge o Solar de Antas, exemplo do tradicional solar minhoto, e que o presente projeto final de mestrado tem como principal propósito, o de efetuar uma reflexão sobre as práticas de intervenção em edifícios já existentes, ao nível da reconversão para unidades hoteleiras.

Toda a investigação em redor deste tema, teve como objetivo responder a questões associadas à reabilitação, tendo em consideração os conceitos ligados ao turismo e à sua legislação.

Desse modo, os objetivos de identificar os valores patrimoniais do Solar de Antas através das teorias da conservação, e de definir o grau de intervenção a considerar, são fundamentais para tomar decisões relativas ao projeto.

Foi seguida uma metodologia de investigação baseada no estudo multicaso, através da análise de cinco casos semelhantes ao Solar de Antas. Foi efetuada uma pesquisa sobre a questão patrimonial, o turismo de habitação e as casas senhoriais.

Após o estudo realizado sobre o Solar de Antas, foi verificado que o edificado tinha diversas patologias provocadas por anos de abandono. Torna-se bem patente que existe uma oportunidade deste edifício ser recuperado, o que irá criar uma maior dinamização à economia local, estancando a desertificação deste território, que atualmente se encontra com baixa densidade populacional.

O projeto desenvolvido em paralelo com a investigação, aponta para novos usos e atividades, e responde positivamente aos objetivos estabelecidos. A reutilização de materiais já existentes, a mínima intervenção no edifício histórico, com a proposta de novas e modernas soluções foi o resultado do projeto agora apresentado.

Palavras Chave Intervenção, Reabilitação, Património, Solar, Turismo de Habitação

- Title** Solar de Antas, Rehabilitate the Rehabilitated
- Sub-title** (Re)intervene and adapt a 18th century ‘solar’ in Paredes de Coura for tourism
- Student** Rita Baioa Alberto Rosado Correia
- Main Advisor** Professor Doutor Francisco Oliveira
- Abstract** The landscape of the Minho region is characterized by manor houses detained by noble families, which maintain their ownership from generation to generation.
- Nowadays, it is possible to verify an enormous trend to convert this kind of buildings in housing tourism, so that the history can be shared by all.
- In this context, the Solar de Antas is an traditional example of a typical manor house in the region of Minho. It is the main goal of the present master thesis to make a profound reflexion of the current levels of intervention in the existing hotel buildings, so that a methodology can be developed and applied to the Solar das Antas specific case.
- All the investigation regarding this matter has been done with the aim to answer questions associated to the rehabilitation issue, always considering concepts related to the tourism and legislation.
- Having this in mind, the goal to identify the heritage value of the Solar de Antas through the conservation theory and define the intervention level to apply are absolutely fundamental for the decision making process of the project.
- The followed methodology has its main bases on the multicase study, through the analysis of five different cases similar to the Solar de Antas building and an extensive research regarding the patrimonial, the housing tourism and the manor house issue.
- Following, the Solar de Antas study, the main conclusion was that the building has several issues related to its abandonment condition, nevertheless it is clear that the existing building has a great potential to be recovered. This factor will contribute to the dynamization of the local economy and will reduce the desertification situation, which currently affects this region.
- The project, developed side by side with the investigation, points out new uses and activities which respond positively to the defined goals.
- The reutilization of existing materials, the minimum intervention approach in the historic building, along side with the proposal of new and modern solutions were the main results of the project.
- Keywords** Intervention, Rehabilitation, Heritage, *Solar*, Housing Tourism

Agradecimentos Ao meu orientador, o Professor Doutor Francisco Oliveira, pela sua disponibilidade, fundamental para que fosse possível realizar este trabalho.

A todos os professores que me acompanharam ao longo do curso, mas principalmente aos que estiveram disponíveis nesta fase do trabalho.

A todos os meus colegas, mas em especial à Bárbara pela amizade, pelo carinho, pelo apoio e muitas vezes pela paciência.

À minha Mãe e ao meu Pai por todo o apoio e enorme esforço para me proporcionarem esta oportunidade, bem como todo o carinho, e por sempre acreditarem em mim.

A toda a minha família, em especial às minhas tias e aos meus tios a quem lhes devo um enorme obrigada por toda a ajuda, apoio e disponibilidade.

Ao Pedro, por estar sempre presente quando precisei, pelas vezes que me ouviu e por me fazer acreditar que com paciência e dedicação conseguimos sempre chegar aos nossos objetivos.

A todos os que se cruzaram no meu caminho ao longo desta jornada e que fizeram com que fosse possível chegar a este momento, o meu sincero obrigada!

Índice	Preâmbulo I
	Resumo III
	Abstract V
	Agradecimentos VII
	Índice Geral IX - X
	Índice de Figuras XI - XIV
	Glossário XV - XVI

CAPÍTULO 01 | Introdução

01.1.	Enquadramento 3
01.2.	Objeto 3
01.3.	Objetivos 4
01.4.	Metodologia de Investigação 4
01.5.	Estrutura do Documento 5

CAPÍTULO 02 | Estado da Arte

Questão Patrimonial

02.1.	Património 9
02.2.	Intervenção no Património 11
02.3.	Graus de Intervenção 13
02.4.	Princípios de Intervenção 22
02.5.	Valores de Intervenção 25
02.6.	Critérios de Intervenção 27
02.7.	Metodologias de Intervenção 29
Turismo de Habitação vs. Turismo Rural	
02.8.	Evolução Histórica 30
02.9.	Conceitos 32
02.10.	Tendências e Evolução do Turismo de Habitação 38

CAPÍTULO 03 | A Casa Solarenga

03.1.	Reflexão Teórica sobre Solares 42
03.2.	A Adaptação a Turismo de Habitação 53
03.3.	Casos de Estudo 55

CAPÍTULO 04 | Contextualização

04.1. Paredes de Coura | 70

04.2. Rubiões | 73

04.3. Solar de Antas | 75

CAPÍTULO 05 | Memória Descritiva e Justificativa

05.1. Fundamentação Teórica da Intervenção | 82

05.2. Intervenção Prática | 84

05.3. Programa Funcional e Organograma Proposto | 90

05.4. Opções de Arranjos Exteriores | 92

CAPÍTULO 06 | Conclusão | 96

Referências Bibliográficas | 98

Anexos

A. Levantamento Fotográfico | 104

B. Fotografias da Maquete | 111

C. Painéis de Apresentação | 112

Índice de Figuras

- Fig. 01** Fotografia da fachada principal do Solar de Antas, Paredes de Coura.
Créditos: Teresa Correia.
- Fig. 02** Fotografia do Paço da Torre de Figueiredo das Donas, Vouzela.
Fonte: <http://www.pacodatorre.pt/>.
- Fig. 03** Fotografia do Casa do castelo, Peniche.
Fonte: <http://www.casacastelo.com/>.
- Fig. 04** Fotografia da Casa do Terreiro do Poço, Borba.
Fonte: <http://www.solaresdeportugal.pt/PT/solar.php?casaid=118>.
- Fig. 05** Fotografia da Amare Country House, Caminha.
Fonte: <http://amarecountryhouse.wixsite.com/home/fotos>.
- Fig. 06** Fotografia da paisagem a partir da Amare Country House, Caminha.
Fonte: <http://amarecountryhouse.wixsite.com/home/fotos>.
- Fig. 07** Fotografia da Casa dos Matos, Porto de Mós.
Fonte: <http://www.casadosmatos.com/9/casa-dos-matos-turismo-de-natureza>.
- Fig. 08** Fotografia do Monte Alerta, Monsaraz.
Fonte: <http://www.montealerta.pt/>.
- Fig. 09** Tabela de tipologias de Quintas de Recreio (e solares). Créditos: Pires, A. (2013). *A Quinta de Recreio em Portugal*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Fig. 10** Tabela de tipologias de Quintas de Recreio (e solares) (continuação). Créditos: Pires, A. (2013). *A Quinta de Recreio em Portugal*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Fig. 11** Fotografia da fachada principal da Torre de Gomariz, Cervães.
Fonte: <http://www.torredegomariz.com/hotel-gallery.html>.
- Fig. 12** Fotografia da Casa das Torres de Oliveira, Mesão Frio.
Fonte: <http://www.solaresdeportugal.pt/PT/solar.php?casaid=65>.
- Fig. 13** Desenho da fachada principal da Casa da Rede, Mesão Frio.
Créditos: Azevedo, C. (1971). *Solares Portugueses*. Lisboa: Editorial Minerva.
- Fig. 14** Localização do Solar de Mateus, Vila Real. Imagem satélite de <https://www.google.pt/maps/>.
- Fig. 15** Fotografia do Brasão de Armas do Paço de Lanheses, Viana do Castelo.
Fonte: <http://marinhadeguerraportuguesa.blogspot.pt/2015/03/pacos-da-nobreza-portuguesa-sec-xv-xix.html>.
- Fig. 16** Fotografia de uma conversadeira na Casa de Canedo, Celorico de Basto.
Créditos: autora.
- Fig. 17** Fotografia de teto em masseira da Casa de Cedovim, Vila Nova de Foz Côa.
Fonte: <http://www.patrimoniocultural.pt/en/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74987>.

- Fig. 18** Fotografia do jardim do Palácio dos Marquês de Fronteira, Lisboa.
Fonte: <http://giramundus.com/um-palacio-secreto-em-lisboa-palacio-dos-marquesses-de-fronteira/>.
- Fig. 19** Fotografia da fachada principal da Casa do Campo, Celorico de Basto.
Créditos: autora.
- Fig. 20** Fotografia da travessia entre a Casa do Campo e a capela, Celorico de Basto. Créditos: autora.
- Fig. 21** Fotografia do jardim da Casa do Campo, Celorico de Basto.
Créditos: autora.
- Fig. 22** Fotografia da sala de estar da Casa do Campo, Celorico de Basto.
Créditos: autora.
- Fig. 23** Fotografia de um dos quartos do “fruteiro” da Casa do Campo, Celorico de Basto. Créditos: autora.
- Fig. 24** Fotografia da fachada principal da Casa de Canedo, Celorico de Basto.
Créditos: autora.
- Fig. 25** Fotografia da entrada principal da Casa de Canedo, Celorico de Basto.
Créditos: autora.
- Fig. 26** Fotografia da sala de estar da Casa de Canedo, Celorico de Basto.
Créditos: autora.
- Fig. 27** Fotografia da cozinha da Casa de Canedo, Celorico de Basto.
Créditos: autora.
- Fig. 28** Fotografia de um dos quartos da Casa de Canedo, Celorico de Basto.
Créditos: autora.
- Fig. 29** Fotografia da fachada posterior da Casa da Lage, Ponte de Lima.
Créditos: autora.
- Fig. 30** Fotografia da fachada principal da Casa da Lage, Ponte de Lima.
Créditos: autora.
- Fig. 31** Fotografia da “Casa da Tulha” da Casa da Lage, Ponte de Lima.
Créditos: autora.
- Fig. 32** Fotografia da sala de jogos da Casa da Lage, Ponte de Lima.
Créditos: autora.
- Fig. 33** Fotografia da sala de estar na “Casa da Tulha” da Casa da Lage, Ponte de Lima. Créditos: autora.
- Fig. 34** Fotografia da fachada principal da Casa do Outeiro, Ponte de Lima.
Créditos: João Abreu Lima.
- Fig. 35** Fotografia do jardim da Casa do Outeiro, Ponte de Lima.
Créditos: João Abreu Lima.
- Fig. 36** Fotografia da biblioteca da Casa do Outeiro, Ponte de Lima.
Créditos: autora.

- Fig. 37** Fotografia da cozinha da Casa do Outeiro, Ponte de Lima.
Créditos: autora.
- Fig. 38** Fotografia de um dos quartos da Casa do Outeiro, Ponte de Lima.
Créditos: autora.
- Fig. 39** Fotografia do jardim e da Quinta de São Roque, Vila Nova de Cerveira.
Créditos: autora.
- Fig. 40** Fotografia do portal de entrada da Quinta de São Roque, Vila Nova de Cerveira. Créditos: autora.
- Fig. 41** Fotografia do alpendre no “ piso nobre ” da Quinta de São Roque, Vila Nova de Cerveira. Créditos: autora.
- Fig. 42** Fotografia da sala de estar da Quinta de São Roque, Vila Nova de Cerveira.
Créditos: autora.
- Fig. 43** Fotografia de um dos quartos da Quinta de São Roque, Vila Nova de Cerveira. Créditos: autora.
- Fig. 44** Tabela de comparação entre os cinco casos de estudo.
Créditos: autora.
- Fig. 45** Mapa de Paredes de Coura no contexto do Alto Minho. Créditos: Silva, M. & Silva, C. (2007). *Carta Arqueológica de Paredes de Coura*. Paredes de Coura: Câmara Municipal de Paredes de Coura.
- Fig. 46** Imagem do Marco Miliar junto à Capela de São Bartolomeu, Rubiães.
Créditos: Cunha, N. (1909). *No Alto Minho Paredes de Coura*. (Edição facsimilada, 2001). Porto.
- Fig. 47** Fotografia do Marco Miliar junto à Capela de São Bartolomeu, Rubiães.
Créditos: Teresa Correia.
- Fig. 48** Fotografia da Capela do Espírito Santo, Paredes de Coura. Fonte: <http://monumentosesitios.blogspot.pt/2015/10/capela-do-espirito-santo-paredes-de.html>.
- Fig. 49** Fotografia da Capela de Nossa Senhora da Conceição, Paredes de Coura.
Fonte: <http://www.emi.acer-pt.org/concelhos/paredes-de-coura/69-ferreira/51-capela-de-nossa-senhora-da-conceicao>.
- Fig. 50** Fotografia do edifício dos Paços do Concelho, Paredes de Coura.
Fonte: <http://www.emi.acer-pt.org/concelhos/paredes-de-coura/84-paredes-de-coura-vila/164-edificio-da-cmara-municipal-de-paredes-de-coura>.
- Fig. 51** Fotografia da fachada principal da Igreja de Rubiães.
Créditos: Cunha, N. (1909). *No Alto Minho Paredes de Coura*. (Edição facsimilada, 2001). Porto.
- Fig. 52** Fotografia da fachada lateral direita da Igreja de Rubiães.
Créditos: Cunha, N. (1909). *No Alto Minho Paredes de Coura*. (Edição facsimilada, 2001). Porto.

- Fig. 53** Fotografia da Capela de São Bartolomeu de Antas, Rubiães.
Créditos: Teresa Correia.
- Fig. 54** Fotografia da fachada principal do Solar de Antas.
Créditos: autora.
- Fig. 55** Tabela de tipologias de Quintas de Recreio (e solares) (parte onde se insere o Solar de Antas).
Créditos: Pires, A. (2013). *A Quinta de Recreio em Portugal*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Fig. 56** Quadro de áreas do Piso -1.
Créditos: autora.
- Fig. 57** Quadro de áreas do Piso 0.
Créditos: autora.
- Fig. 58** Quadro de áreas do Piso 1.
Créditos: autora.
- Fig. 59** Quadro de áreas do Piso 2.
Créditos: autora.
- Fig. 60** Quadro de áreas do edifício novo.
Créditos: autora.

Glossário

- Aleta** Parte da base que há em cada lado de uma coluna ou pilastra.
- Alvenaria** Obra de construção de estruturas e paredes com elementos naturais (pedras), ou artificiais (tijolo maciço, tijolo vazado, bloco de cimento, etc.) unidos entre si por argamassa.
- Argamassa** Mistura de aglomerantes inorgânicos (gesso, cal, barro ou cimento), com um inerte (saibro, areia ou pó de pedra) e água, que serve para ligar pedras naturais e artificiais e para as revestir com camadas protetoras.
- Arquitrave** Parte inferior do entablamento entre o friso e o capitel de uma coluna.
- Asna** Estrutura de madeira ou metal em forma de “V” invertido que serve para suportar o telhado de uma construção.
- Balaustrada** Termo que define um parapeito que é suportado por balaústres, aplicado em varandas, escadas e terraços.
- Caixotão** Divisão quadrada e ornamentada, colocada nos tetos. Em coberturas abobadadas ou cupuladas de betão, serve para ajudar a diminuir o peso da estrutura.
- Cantaria** Bloco de rocha talhada, de forma a constituir sólidos geométricos, normalmente paralelepípedos para utilização na construção de edifícios ou muros.
- Capitel** Coroamento do fuste de uma coluna, nos quais se apoiam os arcos ou vigas da construção.
- Cornija** Moldura de remate superior de uma parede.
- Corte** Espaços para a guarida dos animais. O piso era em terra batida e encontrava-se ligeiramente mais abaixo que a soleira da porta para que depois se pudesse fazer a “cama” com os excrementos dos animais e ervas.
- Esteira** Armação de madeira de um telhado; conjunto de vigas de um teto.
- Fogaréu** Ornamento escultural terminado em forma de chama.
- Friso** Faixa plana situada entre a cornija e a arquitrave, com característica decorativa.
- Fuste** Define o corpo de uma coluna, situado entre o capitel e a base.
- Lintel** Viga de pequena dimensão, de ferro, madeira ou betão armado, destinada a vencer vãos de portas ou janelas, com pequenas cargas.
- Masseira** São tetos que se caracterizam por terem uma zona plana central e planos inclinados para as paredes.
- Merlão** Em arquitetura militar, é a parte saliente do parapeito de uma fortificação.

- Ombreira** Estrutura formada por duas peças verticais e duas peças horizontais em retângulo, normalmente de pedra ou madeira, que compõem o vão da porta.
- Pau de Fileira** Peça horizontal que constitui o cume de uma estrutura de cobertura, ligando as asnas entre si, executado normalmente em madeira ou perfil de aço.
- Parapeito** Parede que, numa janela de peito, se eleva até cerca de 90 cm, formando um resguardo.
- Pendural** Peça de ligação entre o topo das pernas e a linha de uma asna tradicional. Pode ser executada em madeira.
- Pilastra** Elemento normalmente de cantaria aparelhada, vertical e saliente de uma fachada. Coincide quase sempre com um pilar de estrutura.
- Pináculo** Remate de uma pilastra, de cantaria.
- Seteira** É uma abertura em parede longa e estreita para a passagem de luz.
- Soalho** Tipo de pavimento constituído por tábuas de madeira assentes sobre vigamento. Existe o soalho à portuguesa (utiliza elementos de madeira de grande dimensão transversal e longitudinal) e o soalho à inglesa (caracteriza-se pelo entrecruzamento lateral de tábuas, curtas e estreitas).
- Terça** Vigota de madeira que faz parte da estrutura de um telhado, peça essa que repousa nas pernas das asnas de modo a receber o varedo, reduzindo o vão entre a fileira e o frechal (peças que constituem uma estrutura de madeira).
- Verga** Termo que define uma viga flexível. Peça horizontal do guarnecimento de um vão, apoiada nas ombreiras de uma porta ou janela.

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura para turismo de habitação

01 INTRODUÇÃO

01.1. Enquadramento Nos últimos anos, a reabilitação em Portugal, tem vindo a adquirir uma crescente importância à medida que vai sendo necessário dar resposta à degradação do edificado. É nesse contexto que se assistirá ao incremento da prática de intervenções de reabilitação em edifícios já existentes, ao nível da reconversão para unidades hoteleiras.

Neste âmbito, a escolha do tema resulta da necessidade de assegurar a reabilitação de edifícios de valor patrimonial tendo como intuito primordial aprofundar questões relacionadas com a mudança de uso, a metodologia de intervenção no património, a degradação e o abandono, bem como a valorização deste tipo de bem patrimonial que são os Solares.

São muitas as entidades que têm promovido esforços no âmbito da preservação do património, destacando-se, entre elas, em Portugal, o IPPAR (depois IGESPAR e actualmente DGPC, em função das alterações orgânicas ocorridas desde 2006-2007), a antiga DGEMN (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, entretanto extinta em 2007), as autarquias (com graus de intervenção diversos, consoante o panorama patrimonial e as possibilidades financeiras com ou sem alocação de apoios para-estatais ou participações financeiras oficiais), o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), o Instituto Nacional de Habitação (INH), a que se juntam entidades sem gestão direta sobre os monumentos e apenas interferindo em termos normativos, tais como o International Council of Monuments and Sites (ICOMOS), entre outras.

O presente projeto final de mestrado em Arquitetura, visa contribuir para a valorização do património arquitetónico, enriquecendo particularmente, a zona de Rubiães, Paredes de Coura, através da dinamização do turismo que potencialmente poderá desenvolver a região.

01.2. Objeto A seleção do objeto de estudo resulta da necessidade de reabilitação física do Solar de Antas, um solar do século XVIII localizado junto à estrada municipal CM 1035, que pertenceu a uma família nobre da região, e que se encontra devoluto, há mais de trinta anos.

Através da análise morfológica, identifica-se a importância deste edifício na zona onde se insere. Não obstante a sua degradação ao longo dos anos, a sua presença continua a ser bastante notável devido ao valor histórico que

representa, e assume contornos marcantes na paisagem construída do concelho e, mesmo, da região.

A reabilitação do Solar de Antas, permitirá uma reflexão sobre as vantagens da preservação do património edificado, assim como, a influência que irá ter na dinamização da economia local, não esquecendo da transmissão às seguintes gerações.

Nesse seguimento, foram definidos objetivos imediatos:

- Identificar os valores patrimoniais do Solar de Antas.

Revisão da literatura sobre a teoria da conservação, de modo a se proceder a uma análise dos diversos valores em presença, destacando-se o seu significado no contexto e prática atual.

- Definir o grau de intervenção a considerar no projeto.

Estabelecer critérios orientadores de intervenção no projeto, de modo a que sejam tomadas as decisões mais adequadas de intervenção.

O método de investigação adotado para esta pesquisa será o estudo multicaso, recorrendo-se à recolha, análise e tratamento de informação de natureza qualitativa. A investigação será efetuada através da análise de casos de estudo semelhantes, permitindo desta forma encontrar os indicadores para a sua posterior aplicação no projeto de reabilitação. Outro método de investigação a aplicar é o da análise documental de fontes escritas, tais como livros, revistas, publicações, dissertações de mestrado e teses de doutoramento concernentes ao tema em investigação. Serão também examinados artigos e imagens publicados em revistas de arquitetura, assim como, desenhos técnicos e memórias descritivas dos projetos selecionados para os casos de estudo. É ainda de notar que a pesquisa através de fontes escritas e documentos como fotografias antigas, postais, desenhos, jornais da época recolhidos organismos oficiais locais (Câmara Municipal e Arquivo Municipal de Paredes de Coura) também irão constituir ferramentas que reforcem a eficácia do método de investigação adotado.

Outro método de pesquisa serão as entrevistas exploratórias a agentes das Câmaras Municipais, residentes locais e visitantes, de forma a recolher opinião sobre o caso que será proposto, e ainda entrevistas aos arquitetos dos

01.3.

Objetivos

01.4.

Metodologia de Investigação

casos de estudo, para que seja possível obter informações quanto às distintas formas como abordaram o tema da reabilitação, considerando os valores, princípios e graus de intervenção, assim como a forma de adaptação do edifício existente ao uso do turismo de habitação. Serão também tiradas fotografias “in situ” dos casos de estudo e zona de intervenção, assim como a recolha de elementos, sistematização e análise de dados.

01.5. Estrutura do Documento A presente dissertação divide-se em seis capítulos, cujo conteúdo é apresentado sumariamente de seguida:

O capítulo **01. Introdução**, pretende enquadrar e justificar a escolha do tema, e realizar uma breve apresentação do objeto de estudo. São também abordados neste capítulo os objetivos a considerar e a que se pretende dar resposta, bem como a metodologia a adotar durante a realização da investigação.

No capítulo **02. Estado da Arte**, são analisados conceitos sobre o Património no seu contexto histórico-cultural, conceitos relacionados com práticas de intervenção no património, nomeadamente os graus, princípios, valores e critérios de intervenção a ter em consideração antes de qualquer projeto de arquitetura. Estes princípios serão desenvolvidos perante a visão de diversos autores de referência, que abordam o tema, e também através das cartas e convenções internacionais.

O capítulo **03. A Casa Solarenga**, dividido em três subcapítulos, dará a conhecer este tipo de arquitetura civil, aliás, tão marcante no norte de Portugal, através de uma reflexão teórica sobre solares, bem como sobre a sua eventual adaptação a turismo de habitação, que será apresentada através dos casos de estudo, em especial os que oferecem um perfil idêntico ao do objecto de estudo, isto é, casos cujo processo resultou na sua adaptação a pequenos hotéis, tendo sido antes casas de família, em função das suas dimensões e escala, ou em virtude de conjunturas de titularidade.

No capítulo **04. Contextualização**, será realizado um enquadramento geral sobre a zona onde se integra o Solar de Antas. Este capítulo será dividido em três partes, que correspondem à análise territorial, partindo de uma escala geral para uma escala particular, da vila de Paredes de Coura, passando pela freguesia de Rubiães, abordando temas como a geografia, história e cultura,

até à análise do Solar de Antas, desde a sua origem até à atualidade, passando pela sua caracterização, evolução morfológica e análise ao estado atual.

O capítulo **05. Memória Descritiva e Justificativa**, servirá para apresentar as decisões que foram tomadas no projeto, através de uma fundamentação teórica de intervenção, do programa funcional proposto, apresentando quais as opções tecnológicas e construtivas, bem como as de arranjos exteriores. Por último, o capítulo **06. Conclusões**, pretende responder de uma forma clara aos objetivos definidos na introdução, resumindo os resultados do trabalho elaborado.

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura para turismo de habitação

QUESTÃO PATRIMONIAL

02.1. Património

O conceito de património existe desde o momento em que o homem transmite testemunhos materiais da sua presença e de atividades, incluindo todo o tipo de objetivos, desde obras de arte, a objetos de carácter utilitário (González-Varas, 2008). Os objetos sempre existiram, mas o reconhecimento do seu valor enquanto testemunho ou documento significativo da atividade humana e da sua mais valia patrimonial cultural, como hoje se entende, é recente. Este conceito não existe em sentido restrito até ao século XIX, mas é nessa altura que o património cultural passa a ser valorizado e se passaram, pelo menos no quadro da cultura ocidental de instrumentos de protecção impostos estadualmente ou localmente, a adotar-se diversas normas de salvaguarda entre as quais as da classificação e da denominação, por exemplo, dos conjuntos ou edifícios como denominado de “monumentos nacionais”, existindo até aí apenas e só como “objetos culturais” ou delimitados à sua função de hoje, e assim considerados tão só como de valor antropológico (ou mesmo, singularmente, etnográfico). A alteração desta tendência foi imperativa para que fosse possível realizar uma reflexão crítica do passado, não obstante a lenta evolução e amadurecimento da sociedade (Correia, 2009).¹

É somente no **século XVIII**, o século das luzes, que o conceito de monumento passa a ter duas acepções, dando origem a dois critérios fundamentais no estudo do património artístico: o processo de secularização e a universalização da cultura.

É apenas na época contemporânea que há uma plena reflexão crítica sobre o passado cultural. No final deste século, os museus deixam de ser simples armazéns de obras de arte, de antiguidades e de objetos de colecionismo,

¹ Na antiguidade, ‘património’ associava-se à riqueza pessoal, que se traduzia como “possessão”, sendo o seu valor medido em termos económicos e materiais; a partir do século III a.C. começam a surgir as primeiras coleções de arte com seleção e conservação dos objetos; durante o período egípcio, os objetos eram armazenados em quantidade, como por exemplo, nas tumbas funerárias, e eram inventariados com o objetivo de valorizar quantitativamente, o poder pessoal do seu proprietário; no período helenístico, no reino de Pérgamo (atual Turquia), os reis da dinastia Atálida (+/- 230 a.C. até 3 a.C.) foram os primeiros a armazenar objetos utilitários gregos, em função do seu valor artístico intrínseco. Estes objetos passaram de ‘tesouros’ a fazerem parte de ‘coleções’; no império romano, a arte grega chama a atenção dos romanos, que acumulam uma grande quantidade de objetos (obras de arte) por serem considerados vestígios de uma civilização superior, à qual queriam assemelhar-se. Nesta época surgem medidas jurídicas dirigidas a evitar o espólio e a destruição de objetos de arte; na Idade Média, o mundo greco-romano continua a ser uma referência com a integração pelo Cristianismo dos elementos culturais clássicos, criando uma combinação entre o presente e o passado; no renascimento, reconhece-se a noção de ‘valor histórico’ pois começam a ter uma consciência da antiguidade clássica, apesar de não se produzir uma reflexão crítica e uma formulação do conceito de ‘monumento histórico-artístico’, tendo esta noção surgido, apenas no período contemporâneo.

para mostrar-se como verdadeiros templos culturais, indicadores de riqueza patrimonial de um país; durante o **século XIX**, segundo González-Varas (2008), a recuperação e valorização do património histórico, desenvolve-se por três meios: a) uma interpretação ideológica ou espiritualista que dotou o monumento de uma forte carga emocional e simbólica, b) um progressivo interesse turístico em conhecer o património cultural de cada país, c) o desenvolvimento da história de arte como disciplina científica; por fim, na **atualidade**, transpõe-se o conceito de monumento singular ou de obra de arte como objeto único. Passou-se a ter uma visão integrada dos bens culturais, que compreendem todos os objetos aos quais se reconhece um valor proporcionado pela cultura. O património representa, assim, uma riqueza coletiva crucial para a democracia cultural, apresentando um conceito amplo com diferentes tipos de significado: património material e imaterial, património móvel e imóvel, património tangível e intangível, monumentos, arquitetura vernácula/urbana/industrial/centros históricos, património arqueológico, património cultural e património natural (Correia, 2009).

No que diz respeito ao conceito de património, a conservação, gestão e difusão de bens culturais, tem vindo a assumir uma importância crescente no âmbito das atividades desempenhadas por entidades administrativas.

De notar, que a problemática da conservação de bens culturais é um dos principais paradigmas internacionais arquitetónicos, a ultrapassar na atualidade, na medida em que a proteção e conservação dos mesmos possibilita uma preservação de toda a história e identidade das nações.

Na Carta de Veneza (1964) o conceito de património, surge a partir da ideia de monumento histórico entendido como uma criação arquitetónica com interferência contextual, conferindo-lhe um estatuto que é ultrapassado pela extensão e alcance da atividade humana, oferecendo-lhe um entorno e, precisamente por isso, deixando para trás a ideia de pura singularidade (ou isolamento) do objeto-monumento, integrando-o num contexto mais vasto e considerando a ideia de conjunto e de interações patrimoniais num território, rural ou urbano que visa testemunhar a passagem de uma civilização ou um acontecimento histórico. Ainda no contexto deste documento, é importante salientar a ideia da interdisciplinaridade, que visa definir uma colaboração de todas as ciências e técnicas, de forma a garantir a salvaguarda da obra

de arte, através da conservação e restauro dos monumentos.

Segundo a Carta de Cracóvia (2000, anexo-definições): *“Património: é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a seleção de valores.”*

No que concerne à recuperação de património, o objetivo da Carta de Cracóvia (2000) é a de conservar os monumentos e os edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, e o de manter a sua autenticidade e integridade, mas aumentando ou amplificando os valores de carácter social que lhes são intrínsecos, bem como o carácter testemunhal da arqueologia entendida agora num mais vasto quadro cronológico.²

02.2. Intervenção no Património

Como é expectável, com o passar do tempo, todos os edifícios inevitavelmente ficam degradados. As condições climatéricas, as condições de utilização e também as alterações estéticas constituem fatores de impacto e alteração, e contribuem muitas das vezes para o envelhecimento dos edifícios. “Estes, quando degradados ou em vias de degradação progressiva, devem ser objeto de estudos detalhados, de modo a preservar a sua essência e evitar o colapso ou destruição parcial ou total dos imóveis.” (Oliveira, 2003, p. 151). Durante a intervenção em um edifício, tudo o que for realizado ao nível de projeto arquitetónico (como por exemplo a escolha de materiais, o qual devem estar conjugados com os existentes no edifício a par de elementos inovadores e preferentemente reversíveis), e na decisão da intervenção a realizar, deve implicar decisões, escolhas e responsabilidades relacionadas com o património entendido no seu conjunto, incluindo os elementos que embora hoje possam não ter um significado específico, poderão, contudo, tê-lo no futuro ou que já o tiveram no passado (Carta de Cracóvia, 2000). É assim essencial, dar especial atenção à intervenção no património, tendo-se sempre em atenção que este processo comporta diversas etapas.

² Em Portugal, data de 1906 a publicação de um decreto de classificação dos tipos de imóveis, expandindo-se já, o conceito de monumento, o qual se divide em várias categorias. Os solares, por exemplo, estão inseridos na categoria de monumentos civis, onde se integram também hospitais, arcos, fontes e aquedutos.

Aliás, o documento de Nara (1994) suscita o respeito pelo património e pela diversidade cultural exigindo esforços conscientes para se evitar impor fórmulas mecanizadas ou procedimentos normalizados.

Por sua vez, o tipo de intervenção a ser escolhido deve respeitar, sempre que possível, a função original do edifício, assegurando que todos os tipos de materialidades, as estruturas e os valores arquitetónicos existentes, são respeitados (Carta de Cracóvia, 2000).

Existem assim, distintas intervenções a realizar no património, de correntes do pensamento patrimonial, e em grande medida remontando ao tempo de propostas em ruptura com práticas mais agressivas e “interventivas” ou de maior fisicalidade. Entre estas contam-se as que os arquitetos-restauradores do Romantismo e do tardo-romantismo propuseram e praticaram, de resto, de boa fé, destacando-se Viollet Le Duc (1814-1879), talvez um dos mais importantes teóricos e práticos no domínio do restauro edílico, no século XIX. A ruptura com este tipo de práticas começa a ser delineada no início do século XX com as propostas mais equilibradas de Camillo Boito (1836-1914), por exemplo, que serviria de diapasão para as práticas modernas e contemporâneas.

A **primeira opção** deveria idealmente ser, não intervir. Seria (ou será) sempre preferível não intervir, do que intervir incorretamente. Qualquer intervenção que seja realizada, terá um impacto no objeto patrimonial.

A **segunda opção** é a intervenção preventiva ou intervenção indireta, que tem como principal intuito, o atraso ou o impedimento da degradação do objeto patrimonial. Este tipo de intervenção implica a necessidade de obtenção de um conjunto de conhecimentos (fase de investigação) e de análise, sem intervir diretamente sobre o objeto. Segundo González-Varas (2008, p. 77), “As operações de conservação preventiva começam, portanto, pelo conhecimento dos objetos que se tutelam, tarefa que se realiza através dos catálogos e inventários de bens culturais.” Esse conjunto de conhecimentos pode consistir em inventários e catálogos, através do seu registo e identificação. Outra das fases do conhecimento do bem patrimonial, é a análise dos fatores de deterioração e diagnóstico do objeto, de modo a identificar as causas da deterioração do objeto. A última fase deste processo, é a prevenção, o controle e a manutenção, sendo estas medidas os meios de ação por excelência da conservação preventiva ou de conservação indireta,

enquanto se aplicam todos os meios possíveis sem atuar diretamente sobre os objetos, possibilitando assim adequada conservação e manutenção das duas características materiais e culturais.

Por último, a **terceira opção** é a intervenção direta, que é aplicada quando a intervenção indireta ou preventiva se assevera não ser já suficiente. Eis o que se relaciona com a aplicação de técnicas e tratamentos necessários para a preservação do bem patrimonial ou a reparação de danos produzidos sobre o mesmo. As técnicas de intervenção direta aplicam-se quando o objeto não cumpre adequadamente a função ou um conjunto de funções para as quais havia sido criado, e posteriormente, tutelado e conservado (González-Varas, 2008). No entanto, a intervenção direta deverá ser o último recurso para a sua proteção, e deve evitar-se adicionar novos materiais, já que o objeto tem de reencontrar um novo equilíbrio com estes novos elementos.

02.3. Antes de qualquer intervenção, o arquiteto deve ter em consideração o grau de intervenção a aplicar. Para tal, é fundamental analisar, numa primeira fase, os tipos de graus de intervenção no património.

Graus de Intervenção

As diferentes cartas do ICOMOS poderão ser essenciais na escolha do grau de intervenção a aplicar. Exemplo disso é a Carta de Cracóvia (2000) que define os diferentes níveis de participação distintos dependendo do objeto, e também as abordagens de conservação com diferentes tipos de intervenção. Assim:

A Conservação

Constitui o primeiro grau de intervenção e relaciona-se, segundo Feilden (2004), com a ação realizada para prevenir a deterioração e a gestão dinâmica da mudança, abrangendo todos os atos que prolongam a vida do património cultural e natural. A preservação dos materiais antigos é tão ou mais importante na conservação, do que a preservação da integridade e autenticidade do projeto. Segundo o ponto de vista de González-Varas (2008), a obra de arte deve ser vista como “documento histórico” e como testemunho da atividade humana, e por isso, deve ser mantida e conservada. Lopes (2012), defende que o conceito de conservação do património arquitetónico abrange todas as operações que validam a compreensão da

obra, o conhecimento da sua história e significado, mas também as ações para assegurar a respetiva salvaguarda material, o seu restauro e valorização. Na Carta de Veneza (1964), o conceito de conservação defende que se deve assegurar a manutenção constante; a deslocação de um monumento, como esculturas, decoração ou pinturas, só será ponderada se a salvaguarda do mesmo assim o exigir; desde que não se altere a disposição nem a decoração dos edifícios, a adaptação de um monumento poderá vir a ser útil e prática; um edifício não deve ser conservado isoladamente e para isso deve ter-se em conta a sua envolvente mais próxima e o enquadramento tradicional.

No que concerne à reabilitação urbana, a Carta de Lisboa (1995, artigo 1º), refere que a conservação é um *“conjunto de medidas destinadas a salvar e a prevenir a degradação de um edifício, que incluem a realização das obras de manutenção necessárias ao correto funcionamento de todas as partes e elementos de um edifício.”*

De acordo com a Carta de Cracóvia (2000), a conservação define-se por um conjunto de atitudes de uma determinada comunidade, atitudes essas que contribuem para eternizar o património e os seus monumentos. Tais atitudes são enaltecidas quer pelo respeito do significado da sua identidade, quer pelo reconhecimento dos valores que lhe estão associados.

Conservação Preventiva

Este conceito é de um modo mais geral aplicado à conservação de objetos. No entanto, tem vindo a ser aplicado na conservação de complexos de edifícios e de edifícios históricos. Um exemplo deste tipo de conservação, é a proibição da construção de uma estrada perto de um importante sítio ou edifício histórico (Correia, 2009).

Preservação

Os autores Feilden e Jokilehto (1998) defendem que este tipo de atuação pretende manter o objeto no seu estado atual. No entanto, devem ser realizadas inspeções regulares e uma manutenção cíclica e de rotina, o que quer dizer que qualquer tipo de reparo apenas deve ser feito se necessário. De acordo com González-Varas (2008), é utilizada de modo semelhante à

conservação, apesar de incidir mais sobre o aspeto preventivo da mesma, enquanto defesa, salvaguarda e articulação de medidas prévias de prevenção, face a possíveis danos ou perigos.

Para Stubbs (2009), a preservação pretende manter o bem arquitetónico seguro, afim de se evitarem danos; em suma: manter o edifício, desenvolver manutenção e protegê-lo da deterioração.

Manutenção

Orbasli (2008) considera que a manutenção é um tipo de reparação onde se utilizam materiais tradicionais. Considera também, que no património mais frágil, a manutenção integra medidas preventivas, de vigilância permanente e manutenção regular. Para González-Varas (2008), a definição de manutenção é considerada por todas as cartas e documentos, como um dos procedimentos por excelência para levar a cabo a conservação dos bens culturais, sendo este conceito relativamente parecido ao da “conservação preventiva”, visto que possibilita atrasar ou evitar as intervenções diretas sobre o objeto cultural.

Na sequência da Carta Europeia do Património Arquitetónico e Declaração de Amesterdão de 1975, Lopes (2013, p. 63) salienta que “o conjunto das medidas que tenham por objetivo perpetuar este património, promover a sua manutenção como parte de um enquadramento ambiental adequado, construído ou natural, bem como a sua utilização e a sua adaptação às necessidades da sociedade.”

Concordantemente, com a Carta de Cracóvia (2000), e paralelamente com as ações de reparação que “constituem uma parte fundamental do processo de conservação do património”, sendo que “estas ações exigem diversos procedimentos, nomeadamente investigações prévias, testes, inspeções, controlos, acompanhamento dos trabalhos e do seu comportamento pós-realização”.

Hoje, qualquer monumento deve (idealmente, uma vez que nem sempre tal acontece) possuir um quadro de gestão a curto, médio e longo prazo, e nestas duas dimensões temporais deve incorporar como prática corrente um conjunto de ações, devidamente planificadas e calendarizadas que materializam um “plano de conservação” com intervenções regulares e

permanentes e uma fiscalização do estado do edifício ou edifícios, ou do bem patrimonial em geral.

Consolidação / Estabilização

É também considerada como “conservação direta”. Este conceito prende-se com a aplicação de materiais de suporte, acrescentados à estrutura original e visa assegurar a durabilidade e integridade contínua da edificação (Correia, 2009).

É fundamental um enorme respeito pela integridade estrutural e formal do bem patrimonial.

Orbasli (2008), defende que as intervenções físicas são realizadas para impedir uma maior deterioração e instabilidade estrutural, mas González-Varas (2008), destaca que a consolidação é uma prática especial de conservação que reforça a estrutura. Neste caso refere-se tanto a um edifício, como a uma pintura ou até mesmo a outro objeto, e dá consistência aos materiais que integram o bem cultural. Apesar de ser um dos meios privilegiados para assegurar a conservação dos bens culturais, tem-se demonstrado que os procedimentos de consolidação mediante a inserção de estruturas metálicas modernas de betão armado, são prejudiciais, e atualmente recomenda-se a consolidação mediante técnicas e materiais tradicionais.

Restauro

Implica reviver o conceito original de “leitura do objeto”, o que significa uma reintegração de elementos procurando o respeito pelo material original.

É relevante mencionar que existe uma diferença no termo restauro entre a interpretação anglo-saxónica e a latina. Orbasli (2008), que se inclina para a primeira aceção, menciona que o restauro é muitas vezes utilizado como sinónimo de “reconstrução” e que o termo é associado a intervenções de efetiva “reconstrução” para unificar um edifício. Na visão latina, este termo encontra-se mais próximo do conceito de conservação, e por isso, González-Varas (2008), refere que este é um dos termos mais controversos e utilizado de diferentes modos, tanto a nível teórico como na prática da intervenção. “O conceito de «restauro» serve para designar as operações de «intervenção direta» sobre uma obra de arte, cuja finalidade é a «restituição» ou melhorar a

«legibilidade» da sua imagem e restabelecimento da sua «unidade potencial» (González-Varas, 2008, p. 546).

Segundo a Carta de Cracóvia (2000), restauro é a intervenção dirigida a um bem patrimonial cujo objeto é conservar a sua autenticidade e assegurar a sua proteção; concomitantemente procura garantir a sua apropriação pela comunidade. O projeto de restauro é, assim, o processo através do qual a conservação do património construído e da paisagem são realizados com sucesso, resultantes das opções de conservação.

Para complementar esta ideia, a Carta de Lisboa (1995) indica que o restauro de um edifício implica a realização de obras especializadas, que têm por fim a conservação e consolidação de uma construção, assim como a preservação ou reposição da totalidade ou de parte da sua concepção original ou correspondente aos momentos mais significativos da sua história. Importa dizer, neste caso, que em grande medida se trata de um retorno a teses mais antigas, como as de Viollet-Le-Duc, ou como o tipo de intervenção realizado pela DGEMN, em Portugal entre os anos 30-60, considerando um modo comparativo com o contexto português. Este processo, não é hoje aplicado com a dureza e ausência crítica (apesar dos estudos de base) que presidiram a algumas destas intervenções: de notar que enquanto no passado a intenção era a resolução “mono-estilística” do monumento, hoje tal objetivo é, de todo, utópico e, sabidamente, impossível de obter referência. Todavia, a história ensina que os procedimentos não são unívocos, e que a conjugação das teorias mais recentes, aliadas às técnicas contemporâneas e à investigação científica que hoje faz parte daquilo a que justamente se chama “ciências do património”, são elementos compatíveis, pelo que a flexibilidade é uma das chaves para o bom sucesso de muitas das intervenções, que hoje em dia servem de exemplo e, até, de casos de estudo. E não se trata, nem de recuperação, nem propriamente de reabilitação: trata-se de “restauro” na aceção latina, e de valorização, na aceção novi-latina, isto é, “francesa”, que integra e traduz esse termo – de faço, de invenção gaulesa - e hoje utilizado no contexto sul-europeu e hispânico-latino e não só (uma vez que tais procedimentos se estendem a todo o mundo, sem qualquer exceção), algo que dá pelo nome de “mise-en-valeur”.

Reabilitação

O conceito de reabilitação, talvez um dos graus de intervenção mais utilizados na arquitetura na atualidade, procura manter a função original dos edifícios, o que, por sua vez, implica um número de alterações mais reduzidas no projeto.

Feilden e Jokilehto (1998) defendem que a reabilitação segue o mais próximo possível a função original, de modo a se assegurar um mínimo de intervenção e uma perda mínima de valores culturais. Deve significar uma adaptação à estrutura de instalações, como por exemplo, instalações sanitárias, aquecimento, esgotos, etc. Mas numa visão mais latina, como é a de Juan Monjo Carrió (1998), a reabilitação aplica-se perante uma perspetiva diferente, quando este explica que a habitabilidade de um edifício, por se encontrar deteriorado ou devido ao seu estado patológico, poderá ser objeto de uma alteração conducente a um novo uso. Assim também o defende Correia (2009), que refere que para se evitar a degradação de um edifício devido à sua falta de uso, é fundamental abrir a reabilitação a usos integrativos, mas respeitando sempre os espaços originais e a estrutura.

Durante a breve análise da literatura especializada verificou-se ainda que a interpretação e definição do conceito de reabilitação se encontra intimamente relacionado com as diversas formas e funções do monumento histórico alvo da ação arquitetónica, assim como com a conjuntura social e económica do país onde o mesmo se insere. Desta forma, e como é de esperar, existem diversas correntes relativas à definição deste conceito.

Para González-Varas, “como definimos o termo «recuperação», a «reabilitação» entende-se como sinónimo do mesmo, e significa por tanto, a «reaquisição» do bem cultural que se encontrava temporariamente abandonado, degradado ou privado da sua funcionalidade” (2008, p. 545).

Já na Carta de Lisboa (1995), entende-se por reabilitação, as obras que têm por fim a recuperação e beneficiação de uma construção, resolvendo as anomalias construtivas, funcionais, higiénicas e de segurança acumuladas ao longo dos anos, procedendo a uma modernização que melhore o seu desempenho até próximo dos atuais níveis de exigência. Um bom exemplo desta definição foi a reabilitação do mercado do Bom Sucesso no Porto que, como é anteriormente referido, manteve a sua função original, procedendo-se a uma

modernização do espaço.

Este é um conceito fundamental a aplicar no projeto do Solar de Antas, mas que estará mais ligado à reflexão de Carrió e de Correia, já que este projeto pretende que seja dado um novo uso, neste caso de casa particular, tendo com destino o turismo de habitação, respeitando os espaços existentes e a estrutura.

Recuperação

Num sentido mais lato, o intuito é semelhante ao da reabilitação. É possível definir este grau de intervenção como a revalorização de um bem cultural, temporariamente privado da sua funcionalidade, devido a elevada degradação ou abandono do mesmo (González-Varas, 2008).

Renovação

Em contraste com o conceito de reabilitação, a renovação prende-se com uma nova condição, com o sentido de melhoria. É um termo mais aplicado ao tecido urbano das cidades, tendo em consideração os locais e estilos de vida da população.

Feilden e Jokilehto (1998) referem que a renovação deve compreender aspetos como os da conservação dos recursos patrimoniais, utilizando-se materiais compatíveis e técnicas tradicionais. Opostamente a este discurso, no centro histórico de Marrakech, em Marrocos, foi realizada uma intervenção com grandes renovações utilizando materiais e técnicas modernas, a que se dá o nome de renovação “especulativa”.

Em paralelo, González-Varas (2008) menciona que a renovação é a obtenção de uma condição nova em sentido cultural ou espiritual, com uma ideia implícita de melhoria ou atualização, que implica uma substituição dos seus componentes materiais.

No referente à reabilitação urbana integrada de 1995, a Carta de Lisboa, esclarece que a renovação urbana implica a demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e a sua substituição por um novo padrão urbano como novas edificações atribuindo uma nova estrutura funcional a essa área. No entanto, se este fosse o caso, então já poderia ser considerada como reconstrução.

Revitalização

Feilden e Jokilehto (1998), defendem que a revitalização deve ser um equilíbrio apropriado entre conservação e desenvolvimento, sendo que González-Varas (2008) considera que revitalização se desenvolve num contexto de “recuperação urbana”.

A Carta de Lisboa (1995) refere que a revitalização urbana engloba operações destinadas a relançar a vida económica e social de uma parte da cidade em decadência. É uma noção próxima da reabilitação urbana e que se aplica a todas as zonas de uma cidade, com ou sem identidade e características marcadas.

Regeneração

É uma ideia mais ligada ao urbanismo, sendo, todavia, distinta de renovação urbana. Deste modo a regeneração é mais focada para um ambiente vibrante, associado com as atividades económicas, sendo um exemplo disso, a intervenção realizada na Chapel Street em Salford no Reino Unido, onde se promoveu o desenvolvimento na frente ribeirinha, com uma arquitetura vocacionada, onde os negócios e o lazer se cruzam, e onde existe um conjunto de lojas, cafés e apartamentos (Correia, 2009). Este processo é assumido genericamente em núcleos recentes ou, indiferentemente, em núcleos urbanos de carácter patrimonial, estando intimamente ligado à economia local ou a funções direccionadas muitas vezes pela actividade cultural ou turística, ou seja, tendo mais a ver com funções e usos do que propriamente com a morfologia urbana ou o restauro do edificado, tratando-se de uma componente de revitalização urbana.

Anastilosis

O termo é empregue, maioritariamente, em operações de recomposição de edifícios, cujos materiais originais se encontram caídos e dispersos na envolvente do edifício.

Existe, no entanto, uma controvérsia entre a Carta de Atenas publicada em 1931, que estabelece que quando se tratam de ruínas se impõe uma conservação escrupulosa recolocando no seu lugar os elementos originais encontrados sempre que o caso o permita, e a Carta de Veneza,

publicada em 1964, que defende que todo o trabalho de construção deverá ser excluído, admitindo apenas a remontagem das partes existentes, mas desmembradas, devendo os materiais de intervenção ser sempre reconhecíveis, já que a sua utilização deverá restringir-se ao mínimo necessário para assegurar a conservação do monumento.

Na visão de González-Varas, é, a título de exemplo, “voltar a levantar as colunas caídas de um edifício clássico” (2008, p. 538), definição mais abrangente.

Reconstrução

Visa intervir em edifícios destruídos devido a diversos fatores, como por exemplo, incêndios, terremotos ou guerras, sendo que este tipo de grau de intervenção utiliza materiais novos e deixa patente nas construções, a utilização de materiais não originais.

“A reconstrução alude a um procedimento de caráter absolutamente excecional que se executou em circunstâncias históricas determinadas e como consequência de acontecimentos traumáticos, como guerras, incêndios, catástrofes naturais ou atos de vandalismo” González-Varas (2008, p. 544).

Correia (2009) demonstra que na visão latina, a reconstrução é associada à reconstrução total de uma estrutura, e na visão anglo-saxónica, além da reconstrução total, pode também dizer respeito à re-inclusão de partes em falta, podendo assumir-se como um “restauro”.

Reprodução ou Réplica

Pode ser utilizada no âmbito de condições semelhantes às supracitadas para a reconstrução, e prende-se com a cópia do bem arquitetónico, também em termos morfológicos e tipológicos.

Relocação

A relocação é a desmontagem de um edifício ou bem arquitetónico, remontado numa nova localização, sendo muitas das vezes até transportado por inteiro.

Esta é a última alternativa a ser considerada, de forma a que o bem patrimonial seja conservado.

São os princípios de intervenção o principal guia a ter em consideração quando se pretende intervir no património.

O papel do arquiteto é ter em consideração estes aspetos e definir primeiramente os valores do bem arquitetónico, afim de assumir uma atitude responsável e ética e de modo a respeitar esses princípios, que por muitas vezes nem são considerados.

Perante isso, existem diversos princípios de intervenção que pretendem proteger e salvaguardar o património, que serão seguidamente enumerados.

Autenticidade

De todos os princípios, a autenticidade é um dos principais, já que deverá assegurar-se autenticidade no material, na forma, no objeto de arte, mas também na intervenção de conservação. A manutenção permite que ao longo dos anos, o bem arquitetónico se mantenha ao nível da forma, dos materiais e da estrutura original. Este princípio é um dos mais importantes em termos de leitura do objeto (Correia, 2009).

Orbasli (2008) refere que o tecido genuíno e a sua forma material têm uma maior importância no mundo ocidental, enquanto que o sentido de lugar é mais importante para a realização de autenticidade, noutras culturas.

O Documento de Nara (1994), demonstra que *“a autenticidade, considerada por esta forma e afirmada na Carta de Veneza, aparece como o fator essencial de qualificação respeitante aos valores”*. Deve existir respeito por todas as culturas e, por isso, as propriedades de um bem patrimonial, devem ser consideradas e julgadas dentro dos contextos culturais a que pertencem.

O conceito de autenticidade tem vindo ao longo dos tempos a ser atualizado, mas é na Carta de Cracóvia (2000) que adquire o seu significado mais recente, quando ali se define como *“o somatório das características substanciais, historicamente provadas, desde o estado original até à situação atual, como resultado das várias transformações que ocorreram no tempo.”*

Neutralidade

Correia (2007, p. 212), destaca a teoria desenvolvida por Warren (1999, p.188) em que este defende que *“O princípio da neutralidade é uma continuação do princípio de autenticidade, o que implica que num edifício,*

o carácter existente anteriormente à intervenção deverá ser garantido pela ação de conservação. Desta maneira, o princípio de neutralidade importa em particular, em ações de reabilitação, pois apesar da função original possa ser alterada, a continuação do uso do edifício e o respeito pelas suas características essenciais são fundamentais, de modo que este seja preservado o melhor possível.”

Universalidade

Este princípio, aplicado desde a Convenção de Paris em 1972, estabelece que um bem cultural de elevada importância adquire naturalmente valor universal (Correia, 2009), pelo que deve ser protegido por toda a Humanidade, já que é a esta que pertence.

Como refere Pimenta (2015), em Portugal existem muitos exemplos de monumentos, conjuntos e locais de interesse, classificados como património local, regional, nacional e mundial e com valor universal, mas tem-se vindo a sentir alguma dificuldade em salvaguardar o referido património. A mesma autora exemplifica ainda, o centro histórico do Porto, classificado como Património Mundial da UNESCO desde 1996, mas que em alguns casos, falha em termos de critérios uma vez que as intervenções realizadas não se enquadram numa atitude protetiva levando à destruição e renovação integral dos interiores dos edifícios, perdendo assim a sua unidade e autenticidade.

Integridade

Este conceito está relacionado com o estado do objeto, referido na Carta de Veneza (1964), segundo a qual *“elementos de escultura, pintura ou decoração que fazem parte integrante de um monumento não se podem separar dele, a não ser que esta seja a única forma de assegurar a sua conservação.”*

Tanto a Integridade como a Autenticidade, são os princípios mais importantes a respeitar, na classificação de um sítio como Património Mundial.

Jokilehto (2004) defende que a integridade poderá justificar a reintegração de partes, o restauro estilístico ou a reconstrução, mas que deverá ser compreendido na perspetiva de um todo. Já em 1996 este princípio foi defendido em Portugal passando a usar-se na designação corrente, pelo menos no quadro da actuação do então IPPAR. O conceito de *“património*

integrado”, inclusivamente passou a integrar a redação dos diplomas legais de enquadramento como a Lei de Bases do Património (Lei 106/2001) (Pereira, 1996; aa.vv. IPPAR 1996; IPPAR 2000).

Reversibilidade

A reversibilidade é dos princípios mais difíceis de aplicar no património, principalmente se houver uma reação química entre os constituintes.

Brandi (2006), é da opinião que as intervenções realizadas devem ser identificáveis como um ícone da época que a produziu, através dos materiais, tonalidades e acabamentos, sem que se reduza o restauro apenas a uma recomposição estética.

Segundo Almeida (2014), é fundamental que as opções tomadas na estratégia de intervenção não sejam rígidas ao ponto de no futuro, não ser possível o retorno à condição que existia. Para isto, a intervenção deve garantir um grau de reversibilidade que permita o retorno do valor patrimonial através do regresso a soluções anteriores.

Construtivamente, os materiais e técnicas a serem escolhidos devem ser semelhantes aos que já existiam, sendo primordial que sejam escolhidos os mesmos e quando novos, devem ser o menos intrusivo possível. Esta prática foi aplicada com consistência em Portugal, pelo menos, como normativa, desde 1996 em diversas intervenções de grande porte entre as quais se contam os restauros e reintegrações arquitectónicas no Mosteiro de Tibães (1994-2006), nomeadamente.

Mínima Intervenção

Em todo o património, sempre que haja qualquer tipo de intervenção, deve estar implícito o conceito de mínima intervenção. Este princípio permite que exista a reversibilidade em qualquer momento, tal como a preservação e a autenticidade, devendo estar sempre presentes em qualquer obra de conservação.

A Carta de Cracóvia (2000), relativamente aos diferentes tipos de património construído, defende que as intervenções se devem basear no princípio da intervenção mínima, de maneira a proteger o património mais vulnerável.

Este é dos princípios mais importantes, pois deverá possibilitar uma

preservação da envolvente natural do bem cultural e também chegar às próximas gerações com a sua forma original.

Unidade

Brandi (2006) defende que este princípio deve ser lido sempre como um todo, mas diferentemente, outros autores como Correia e Fernandes (2006), são da opinião que o objeto de investigação deve também ser lido como um todo na sua unidade, no contexto do conceito original como foi construído, podendo, no entanto, estar comprometido quando a coesão dos materiais é afetada e a aparência estrutural é alterada. É neste contexto que se utilizam agregadores que permitem a proteção do objeto, mas também da autenticidade e unidade da obra.

02.5. Valores de Intervenção

Em qualquer edifício onde se proceda a uma intervenção do património, devem estar patentes alguns valores a ter em consideração. Durante a análise que se apresenta de seguida, há também que se ter em consideração as questões tangíveis, de carácter material, e as questões intangíveis, o que não é de carácter material, como o valor histórico, social, de uso, valor económico, entre outros. Serão os valores intangíveis, a ser mais destacados neste subcapítulo.

Segundo Alois Riegl (1903), referido por (González-Varas, 2008), os valores podem ser classificados em valores de rememoração que derivam do reconhecimento de um dado monumento pertencer a um passado histórico. Dentro destes valores, destaca-se o:

- Valor de antiguidade que está associado ao reconhecimento e à valorização dos indícios do tempo, constantes no monumento; valorizando a sua memória física;
- Valor histórico onde o monumento representa uma determinada época. Este valor é maior, quanto menor for a alteração sofrida do estado original do monumento;
- Valor rememorativo intencional que não permite que o monumento se torne passado, ou seja, devendo ser mantido vivo por meio de operações de manutenção e, quando necessário, através do “restauro”.
- Valores de contemporaneidade, que são os valores que os monumentos podem adquirir, independentemente do seu passado.

Destacam-se o:

- Valor instrumental, que defende que o valor atribuído ao monumento tem em consideração a sua capacidade de satisfazer capacidades materiais ou de utilização prática no presente. A atenção a este valor impõe “restaurar” para tornar o monumento “funcional”.
- Valor artístico, que respeita a parte da criação artística antiga, que permanece acessível à sensibilidade moderna. É um valor relativo, estabelecido no presente, que se baseia em exigências estéticas contemporâneas, subjetivas, que mudam continuamente.

Segundo a **Carta de Burra** (1979), publicada pelo Comité Nacional do ICOMOS – Austrália (e atualizada em 1999), os valores dependem do significado cultural do sítio e podem ser classificados em valores estéticos, históricos, científicos, sociais ou espirituais.

Na opinião de **Feilden** (2004), os valores podem ser classificados como valores emocionais através dos valores de identidade, continuidade, respeito e veneração, simbólica e espiritual; valores culturais através do valor documental, histórico, arqueológico ou temporal, estético ou arquitetónico, ambiente e ecológico, tecnológico e científico; e valores de uso através do valor funcional, económico, social, educacional e político. De seguida, procede-se a uma explicação de cada um dos conceitos supracitados, e que serão considerados na resposta ao primeiro objetivo desta dissertação.

Valor Histórico, Cultural, Arquitetónico e Turístico

É essencial que o reconhecimento do significado do objeto se torne fundamental para a identificação da intervenção mais adequada à sua conservação. Desta forma, os níveis a considerar, segundo Correia (2009, p. 335), assumem um *“caráter imprescindível para a valorização da estrutura em questão.”*

Valor Social, Religioso e Político

Determinados edifícios, numa primeira análise, podem aparentemente deter pouco valor, pelo facto, por exemplo, existirem em diversas estruturas tipológicas semelhantes na mesma região. Se tiverem escassa proteção nacional, regional ou local, poderão mesmo ser abandonados. No entanto, o seu carácter único, poderá ser consequência de outro tipo de valorização do

edifício, através do seu valor social, religioso ou até mesmo político.

Valor Documental e Educacional

Outros valores poderão assumir importância na valorização do objeto como o valor documental e o valor educacional. Exemplo disso são edifícios que se desmoronaram com sismos e que não serão restaurados por assumirem um carácter de documento histórico. Também locais de acontecimentos nefastos que são mantidos como exemplos de momentos de guerra, discriminação, segregação e, mesmo, de aniquilação, como por exemplo os antigos campos de concentração” ou “campos da morte” nazis, ou as prisões políticas.

Valor Simbólico

Este valor é importante de salientar quando se justifica a remoção de elementos de determinados edifícios, de maneira a serem restaurados.

Em conclusão, é importante referir que a existência de níveis e graduações de intervenção se devem a diversos fatores relevantes, como é o caso do risco sísmico em que devido à importância do comportamento dos edifícios face a terremotos, acaba por determinar um carácter mais científico ou técnico na resolução da questão e o salvamento de partes do edificado; fator agrícola, que poderá influenciar o valor económico; fator económico, que pode ser fundamental na sobrevivência do edificado; e o valor turístico, que pode permitir a continuação de ações de conservação em larga escala.

02.6. A maioria dos arquitetos tem uma interpretação eclética relativamente aos critérios e metodologia a aplicar numa intervenção. Para isso há que reconhecer uma série de critérios que os levarão a uma tomada de decisão e que os levará a uma orientação na ação da reabilitação, de modo a assegurar a coerência com o pré-existente e com as necessidades de desenvolvimento atuais.

Assim foram estabelecidos os seguintes pontos básicos (Aguilar, 2001):

Intervenção enquanto integridade / unidade

O valor do património arquitetónico não está relacionado apenas com o aspeto exterior, por isso a intervenção deve responder a um plano integral que deve ter em conta os diferentes aspetos da arquitetura.

Intervenção enquanto autenticidade

O conceito de autenticidade está relacionado com o plano metodológico da intervenção, relativo a uma cultura e sociedade, tendo em conta fontes de informação como por exemplo, toda a documentação original sobre o imóvel. O princípio da autenticidade significa respeitar a obra na sua originalidade, atendendo aos aspetos construtivos, estéticos e materialidade.

Mínima intervenção enquanto eficiência projetual

A mínima intervenção realça a importância de aproveitar ao máximo as qualidades arquitetónicas e urbanas, revelando o princípio de uma gestão sustentável e ecológica dos recursos culturais existentes. Sempre que seja possível, as estruturas e elementos arquitetónicos que apresentam deterioração física devem ser reparados e não substituídos. É por isso aconselhável atuar no estritamente necessário, assumindo a degradação natural imposta pela passagem do tempo.

Intervenção enquanto diferenciação entre o existente e o intervencionado

Não devem destruir-se os elementos diferenciadores que caracterizem uma edificação no seu estado original, respeitando-se, em cada intervenção, o conceito, as técnicas utilizadas e os valores históricos, assim como se devem deixar em evidência para que possam ser reconhecidas no futuro.

Intervenção enquanto reversibilidade

A reversibilidade procura evitar intervenções inadequadas de maneira a assegurar a possibilidade de devolver o bem imóvel ao seu estado anterior, permitindo uma intervenção correta no futuro.

Neste ponto de vista, as técnicas executadas pela ação da reabilitação, devem ajustar-se de maneira a que a reversibilidade possa atuar nos materiais e sistemas construtivos que se projetam sobre os existentes.

02.7. Metodologias de Intervenção Nesta fase, é essencial que o método de atuação no património seja clarificado, de forma a que a tomada de decisão seja rigorosa.

As metodologias de intervenção podem ser consideradas de diferentes formas, tanto por autores como pelas cartas e convenções internacionais. Têm como principal objetivo, analisar as diversas fases de planeamento, de forma a que possa haver uma melhor compreensão de como abordar a intervenção.

A existência de uma metodologia de intervenção é extremamente importante para garantir a qualidade da ação, preparar o processo de sistematização das etapas e sequências que permitirão dotar os edifícios de condições de segurança, funcionalidade e conforto, respeitando a sua arquitetura, tipologia e sistema construtivo (Pimenta, 2015, p. 71 citando Freitas, et al., 2012).

Como anteriormente referido, a metodologia de intervenção é avaliada de diferentes formas consoante o autor em questão. Correia (2009) refere que Matero (1995, p. 7-8; 1999, p. 60-61) classifica o processo de preservação de sítios arqueológicos em quatro fases distintas:

documentação, estabilização, interpretação e manutenção. No entanto, o mesmo autor, demonstra numa outra situação que a preservação deve ser constituída por: levantamento, análise, estabilização e interpretação (2003, p. 39). É importante referir que os casos mencionados, foram baseados na avaliação do estado dos sítios patrimoniais.

No Código de Ética do Canadá, a atuação recomendada consiste em previamente assumir as seguintes etapas: inquérito, documentação, conservação preventiva, preservação, tratamento, recuperação e reconstrução.

Em conclusão, na sua própria visão, Correia (2009) classifica este processo pelas seguintes fases:

1. Coleta de dados: documentação, registo e levantamento;
2. Interpretação;
3. Avaliação do significado/valor;
4. Avaliação da condição física e diagnóstico;
5. Definição de critérios para uma metodologia de intervenção;
6. Definição da proposta de intervenção;
7. Projeto de intervenção;
8. valiação e memória final de projeto;
9. Monitorização e manutenção.

Antes de qualquer outro conceito explanado, é importante referir o conceito de turismo, que segundo as Recomendações da Organização Mundial de Turismo/Nações Unidas sobre Estatísticas de Turismo, se define como “as atividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e a permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros.”

O aparecimento do turismo surge devido a ócio, descanso, cultura, saúde, negócios ou relações familiares.

É certo que na sua aceção mais moderna e até contemporânea, tenha surgido quando se iniciou a Revolução Industrial. Mas também se sabe que a origem dos hotéis assentou na necessidade dos viajantes, que participavam nas rotas comerciais da antiguidade, na Ásia, na Europa e em África, se albergarem para recuperar do cansaço da viagem, gerando núcleos urbanos e centros de hospedagem.³

Já na **Idade Moderna**, mais concretamente no final do século XVIII, as peregrinações continuam, mas é nesta fase que aparecem os primeiros alojamentos com o nome de hotel em Inglaterra e nos Estados Unidos da América, impulsionados pela Revolução Industrial e pelo capitalismo, sendo o turismo tratado como uma atividade estritamente económica. É uma época de grandes expedições marítimas que despertam a curiosidade e o interesse por grandes viagens, e é também nas imediações das estações de comboios que se vão construindo hotéis desde o século XIX.

Mas este, é um fenómeno de índole cultural que fomenta os primeiros modelos de turismo, que se conhecem hoje: trata-se da

02.8. Evolução Histórica

³ Na história da Grécia Antiga, o tempo livre era de grande importância, e dedicado à cultura, diversão, religião e desporto. O “turismo” acontecia com os deslocamentos para a cidade de Olímpia aquando dos jogos olímpicos que ocorriam a cada quatro anos.

Durante o Império Romano, os romanos frequentavam águas termais e que eram colocadas em pontos de paragem localizados nas rotas comerciais, que serviam para recobro dos viajantes, que acabavam por gerar núcleos urbanos. Em Portugal é possível verificar-se esse procedimento nas Termas de Évora, com cerca de 200 m², uma sala circular de 9 metros de diâmetro, destinadas a banhos quentes e de vapor.

Na Idade Média surge um novo tipo de viagem, as peregrinações religiosas, que embora já existissem na época antiga e clássica, o Cristianismo e o Islão estenderam a um número maior de peregrinos e deslocamentos ainda maiores. Exemplo disso são as peregrinações desde Veneza à Terra Santa e as peregrinações pelo Caminho de Santiago. Durante o percurso das peregrinações, as pessoas ficavam albergadas em abadias e mosteiros, já que na época, “atender os viajantes era uma obrigação moral e espiritual” (Andrade et al., 2000). Com o aparecimento das monarquias, a hospedagem era feita em palácios da nobreza ou em instalações militares.

realização do chamado *Grand Tour*. Consiste numa viagem de descoberta e de reconhecimento das grandes realizações artísticas e nasce na Europa, em especial em França, Inglaterra e Alemanha, no início do Iluminismo para continuar até ao século XIX. Destinava-se, ou era integrado na formação da juventude e dos curiosos e antiquários, quase todos aristocratas ou burgueses de posses, tendo por intuito visitar os mais célebres lugares onde o património assumia uma dimensão quase mítica no quadro da história das civilizações. As viagens ao Egito, que se iniciam sobretudo após as Invasões Napoleónicas, as viagens dos românticos, procurando paragens exóticas como a Índia, o Norte de África, e o Médio Oriente, para não falar nas paragens incontornáveis por razões culturais civilizacionais que eram a Grécia e a Itália (passando por Espanha e Portugal, também) foram os principais responsáveis pelo incremento da viagem de longa distância e pela organização de um conforto na receção, que tem o seu reconhecimento nos dias de hoje, na hotelaria de luxo. Como é fácil de perceber a própria noção de “turismo” encontra-se intimamente ligada – a etimologia não engana ao “Tour”, à viagem. Assim, na **Idade Contemporânea**, após a II Guerra Mundial, o turismo passa a ter um grande crescimento devido à expansão alargada da economia internacional, da melhoria de condições económicas, principalmente em países mais desenvolvidos da Europa Central, Estados Unidos da América e Canadá, de melhores acessos de comunicação e do progresso dos sistemas de comunicação. A invenção da máquina a vapor promove esta revolução nos transportes, que possibilita a substituição da tração animal pelo comboio a vapor. Inglaterra torna-se o primeiro país a oferecer passagens de travessias transoceânicas e dominam o mercado marítimo na segunda metade do século XIX. É este sistema que dará origem a modalidades diversas que, como atrás se enunciou, dará origem a distintas formas de práticas turísticas”, centrando-nos nas que mais diretamente têm a ver com os objetivos deste trabalho.

Designa-se por **turismo de habitação**, um sistema de alojamento domiciliário que foi inserido no modelo de turismo rural em Portugal.

02.9. Conceitos

Segundo a Portaria n.º 937/2008, de 20 de agosto do Turismo de Portugal, turismo de habitação é caracterizado por dois elementos: deve ser um imóvel antigo particular, que pelo seu valor arquitetónico, histórico ou artístico, represente uma determinada época, tendo como exemplo, palácios ou solares. Podem localizar-se em espaços rurais ou urbanos; e devem ser de natureza familiar, sendo essa a residência do proprietário, da entidade exploradora ou do seu representante, nos empreendimentos de turismo de habitação durante o período de funcionamento. Proporciona a estadia numa casa senhorial e o possível convívio com representantes ou até mesmo descendentes da antiga nobreza ou de famílias de pergaminhos daquela zona.

Para efeitos de demonstração, elencam-se três exemplos de turismo de habitação no norte, centro e sul de Portugal, que evidenciam o considerável sucesso que tem sido a transformação neste tipo de alojamento local:

O primeiro caso, o **Paço da Torre de Figueiredo das Donas** em Vouzela (Viseu), é uma casa senhorial eventualmente fundada no século XV. Segundo vários autores, a construção inicial poderá, no entanto, remontar ao período romano, no que era uma villa rústica romana, já que se encontra perto do balneário termal de São Pedro do Sul, antigos banhos públicos romanos. É uma casa que se encontra em espaço rural, sendo ocupada no entorno por um bosque de carvalhos e dedicada ao cultivo de produtos hortícolas e de produção frutícola.



Fig. 02 Paço da Torre de Figueiredo das Donas, Vouzela

Os proprietários transformaram-na em turismo de habitação em 2010, tendo conjugado os materiais originais com materiais mais recentes, de modo a preservar o ambiente histórico, em conjugação com amenidades mais modernas. Mais tarde foram construídos mais dois edifícios autónomos, de maneira a aumentar a capacidade de acolhimento. Os seis quartos que a casa oferece, a que acrescem outros dois no edifício mais recente, dão ao cliente a possibilidade de estarem em meio rural, podendo usufruir da calma campestre e reviver a história do paço que, segundo a tradição, foi oferecido por D. João I a João Falcão, senhor de juro e herdade de Castelo de Vide, Monforte e Póvoas-e-Meadas, senhor das rendas de Elvas, Campo Maior e Juromenha, e alcaide-mor de Mourão e capitão em Tânger.

Na região centro, a **Casa do Castelo** em Atouguia da Baleia, perto de Peniche (Leiria), é um exemplo de uma casa senhorial do século XVII, construída paredes-meias com as muralhas de um castelo mourisco do século XII. Este é mais um dos casos de uma casa de família que foi transformada em turismo de habitação, em 1995, após obras de restauro, ampliação e remodelação, mas onde se pretendeu respeitar ao máximo, os alçados existentes, em termos formais e cromáticos.



Fig. 03 Casa do Castelo, Atouguia da Baleia

Já o interior, foi todo demolido e reconstruído, de maneira a ser sempre possível, usar o traçado original, com algumas alterações, tornando os espaços mais funcionais, com melhores acessibilidades e iluminação.

É um edifício bem integrado na arquitetura da região, já que se encontra caiado de branco e ladeado a amarelo-ocre. As suas janelas são ogivais, com vidros coloridos.

O pátio, a poente, foi transformado num espaço de lazer, e nas antigas cocheiras e galinheiros foram edificados quartos com um espaço em alpendre, orientado para a piscina.

Ao nível do turismo, é um edifício que integra no seu interior, oito quartos (três duplos e cinco individuais) contendo uma decoração leve e alegre, que proporciona aos visitantes, memórias do passado com história e tradição.

A sul, a **Casa do Terreiro do Poço**, em Borba (Évora), é mais um exemplo de uma casa senhorial do século XVIII, situada no centro da vila, constituída por três corpos ligados por varandas e escadaria. A casa principal anexa ainda duas casas. Estes edifícios sendo delimitados por duas ruas, têm no seu interior um pomar de citrinos ajardinado, uma piscina e uma horta biológica. Ao longo do tempo, a casa teve várias obras de ampliação e restauro. Houve necessidade de respeitar as técnicas construtivas já existentes, utilizando novos materiais. Após estas obras, foi possível ocupar o espaço com oito quartos e amplas salas comuns, a turismo de habitação.



Fig. 04 Casa do Terreiro do Poço, Borba

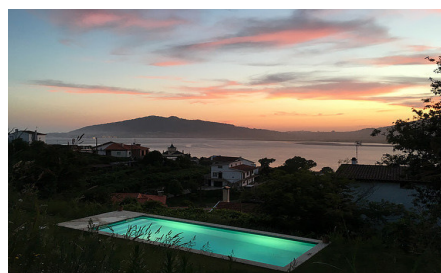
Relativamente ao **turismo em espaço rural** (TER), este caracteriza-se por permitir um contacto mais direto e genuíno com a natureza, a agricultura e as tradições locais, através da possibilidade de hospedagem domiciliar num ambiente rural e familiar. Existe a possibilidade da coabitação entre hóspedes e hospedeiros. O Turismo de Portugal através da portaria n.º 937/2008, de 20 de agosto, refere que o turismo rural é determinado por três elementos: os proprietários, entidades exploradoras ou um dos seus representantes podem ou não residir no empreendimento durante o período de funcionamento; devem existir áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente, e paisagem

de carácter vincadamente rural; e a classificação atenderá ao enquadramento paisagístico, às amenidades rurais envolventes, à qualidade ambiental e à valorização de produtos e serviços produzidos na zona onde o empreendimento se localize.

Dentro do turismo rural existem vários tipos de alojamento, como é o caso das casas de campo, que se podem situar em aldeias e espaços rurais que prestem serviços de alojamento a turistas, e que se integrem pela sua traça e materiais de construção, bem como na arquitetura típica local; o turismo de aldeia, que poderá ser constituído por cinco ou mais casas de campo situadas na mesma aldeia ou freguesia, ou em aldeias e freguesias contíguas, e que sejam exploradas por uma única entidade. Por último, o agroturismo, constituído por imóveis situados em explorações agrícolas que prestem serviços de alojamento a turistas e permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da atividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos.

Eis alguns exemplos de turismo rural em três zonas do país:

No norte, na **Amare Country House** em Caminha (Viana do Castelo), pode usufruir-se do espaço rural e paisagem envolvente bem como passeios a áreas menos conhecidas. É um espaço que se caracteriza por não ser composto por um edifício único, mas sim por módulos que possuem suite independente, e piscina com vista para o Rio Minho e para as montanhas. Existe uma casa principal que poderá também ser alugada à semana.



Figs. 05 e 06 Amare Country House, Caminha

No centro de Portugal, a **Casa dos Matos** em Porto de Mós (Leiria), situada no parque das Serras de Aire e Candeeiros, encontra-se em pleno espaço rural podendo apreciar-se a paisagem e o que a casa tem para oferecer de produção própria, como o pão e as compotas caseiras, mas também as atividades de ar-livre como o voo de parapente, ou o de bicicleta.

A casa dispõe de seis quartos, cada qual identificado por uma cor diferente,

e uma sala de convívio, onde se situava a antiga eira, e onde são servidas as refeições com vista para a serra e para a piscina.



Fig. 07 Casa dos Matos, Porto de Mós

Na região sul fica o **Monte Alerta** em Monsaraz (Évora), no coração do Alentejo, mas com vista sobre Espanha e o castelo de Monsaraz. Bem perto, é possível oferecer atividades radicais no grande lago do Alqueva; mas pode igualmente desfrutar-se de variados jardins do monte, o spa ou um passeio pelo pomar orgânico.

A casa em forma de “U” distribui-se em alas formando um pátio onde se localiza a entrada. A passagem dos mouros pela região, é demonstrada pelo tipo de arcadas e pelas paredes irregulares.



Fig. 08 Monte Alerta, Monsaraz

Em ambos os casos, relativamente às disposições comuns, a portaria refere que *“as unidades de alojamento dos empreendimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural podem integrar-se num edifício ou num conjunto de edifícios (...)”* (artigo 10º) e que *“o edifício principal dos*

empreendimentos de turismo de habitação deve dispor de uma sala de estar destinada aos hóspedes que pode ser a destinada ao uso do proprietário ou seu representante, quando ali residente.” (artigo 13º).

Assistiu-se a um grande crescimento neste tipo de alojamento turístico entre 1985 e 2002, devido a investimentos provenientes de capitais públicos, maioritariamente de fundos comunitários para o turismo, em parceria com os privados.

“Em qualquer um dos dois casos, estas casas pertencem habitualmente a um indivíduo, que as explora de um modo direto e que é responsável pelo seu funcionamento. Os proprietários destas casas, que geralmente possuem um considerável capital económico e cultural, não formam um grupo homogéneo, sendo possível identificar dois grandes grupos: o dos proprietários ligados à antiga nobreza de província, e os que ingressaram na atividade fundamentalmente para recuperar e manter na família o património herdado dos seus ascendentes, com destaque para os solares e casas apalaçadas” (Silva, 2006).

O uso e procura deste tipo de unidades hoteleiras, é caracterizada fundamentalmente por pessoas relativamente jovens, com idades entre os 31 e 45 anos, quadros médios e altos, ou que exercem profissões liberais e que normalmente provêm dos grandes centros urbanos de Portugal e de outros países. A duração da estadia varia entre dois a três dias, no caso dos portugueses, e de uma a duas semanas no caso dos estrangeiros (Silva, 2006).

Na maioria dos casos, as unidades de alojamento têm apenas um ou dois trabalhadores permanentes, com especial incidência para o sexo feminino, desempenhando variados tipos de tarefas, como seja a jardinagem, limpeza e manutenção de quartos, serviço de pequenos-almoços, entre outros.

No concelho de Paredes de Coura, o setor turístico é o maior eixo estruturante no desenvolvimento local devido a fatores naturais, culturais e patrimoniais. Segundo o PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo), o *touring* cultural e paisagístico e o turismo de natureza aparecem como um dos dez produtos turísticos a potenciar e a desenvolver, e para os quais Paredes de Coura possui considerável potencial.

A estratégia para o turismo deste concelho, baseia-se na relação Turismo – Ambiente – Ordenamento do Território, o que implica uma simbiose entre diversos parâmetros, nomeadamente, os valores paisagísticos, ambientais e patrimoniais, o potencial humano, os serviços culturais, alojamento e restauração, e as acessibilidades.

Segundo a revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes de Coura⁴, a capacidade de alojamento turístico de todas as freguesias do concelho, é de 196 camas, distribuídas entre alojamentos em TER, pensões e residenciais, sendo que 67% destas representam o TER. Apesar disso, estes valores são bastante baixos para a quantidade de atividades turísticas de natureza/ aventura/desporto que todo o concelho apresenta.

No que concerne às acessibilidades, verifica-se desde 1998, devido à abertura da A3, uma maior procura deste território, para a localização de uma segunda habitação, geralmente por residentes com origem na área metropolitana do Porto.

02.10.

Tendências e Evolução do Turismo de Habitação

⁴ Efetuado pelo Gabinete de Projeto, Planeamento e Ambiente "Vastus" (2014).

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura para turismo de habitação

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura para turismo de habitação

03.1.
Reflexão Teórica
sobre solares

Durante o século XVI até ao século XVIII, particularmente na região do Alto e Baixo Minho, foram construídos muitos exemplos de arquitetura civil designados de “Solares”, “Quintas” ou “Paços”, que caracterizam inconfundivelmente a sua paisagem, pelo que é de extrema importância preservá-los. *“Uma casa de província, embora modernamente nobre, para ser considerada solarenga, deve datar de época anterior ao século XVI, e haver sido tronco de outros ramos ilustres da mesma família.”* (Guerra, 1925).
Refere Azevedo (1971, p. 13):

“Em Portugal tem sido notória a tendência para olhar a casa apenas como elemento da história genealógica (...) Na casa está resumido todo um estilo de vida, por isso ela é elemento importantíssimo para o estudo duma sociedade, em qualquer época que se considere. (...) é no século XVIII que a casa nobre adquire uma expressão mais conforme às suas tendências do carácter português.”

Mesmo assim, é imprescindível proceder a uma sistematização, quanto aos tipos de casas senhoriais, que é uma designação mais abrangente, existentes em todo o território nacional, com duas categorias dominantes, e uma terceira, que a reúne, componentes das outras duas, na maior parte dos casos: as Casas Rurais, os Solares e as Quintas de Recreio.

Habitualmente, segundo João Vieira Caldas, a designação de Casa Rural aplica-se *“às habitações, ou melhor, aos conjuntos construtivos que, integrando a habitação, os edifícios de apoio à agricultura e à criação de animais, o pátio e os próprios muros envolventes, limites popular e erudito. Tanto designa a edificação rural de Trás-os-Montes com re-cinto fechado e varandas interiores, ou o pequeno solar rústico da mesma região cuja nobreza é apenas aferível pela pedra de armas, co-mo a quinta do litoral algarvio, ou o monte do interior, passando pelas modestas quintas de recreio ou casas de lavoura dos arredores da capital.”* (Caldas, 1989, p. 109-110).
Para o período em causa, que se situa a partir do século XVII, a Casa Rural resulta *“de um compromisso desigual entre o modo tradicional de edificar, os novos valores barrocos e a adaptação a características regionais que vão dos materiais utilizados à tipologia. Os temas barrocos adoptados, conjunta ou parcialmente, são: a simetria das fachadas (...) a acentuação do*

eixo de simetria pela centralização, dimensão e exuberância da porta de entrada, (...), pelo desenho simétrico das escadas exteriores e a sua colocação ao meio da frontaria, pelo adensamento das pilastras (...) e a complexificação das janelas dos extremos para o centro da fachada, pela diferenciação do coroamento; o uso de vergas curvas nas portas e nas janelas que, por vezes, recebem ainda adereços de influência erudita (frontões, borlas, orelhas, botões, vincos, rebordos, lágrimas, etc.); (...) a unificação do todo pelo telhado único; a utilização de volutas e formas ondeadas nos muros e portões. O próprio conceito de fachada principal, virada ao pátio ou ao exterior, é acentuado nas casas rurais barrocas.” Acrescenta João V. Caldas: “A forte ruralidade destas propriedades não permitia que o dispositivo de recreio, quando existia, fosse desenvolvido e muito menos autónomo. Raramente o era, aliás, nos solares mais importantes ou nas grandes quintas. Nas menos abastadas, porém, o desejo de seguir modelos elaborados levou a complementar o jardim, dadas as suas dimensões mínimas, com o efeito da horta, do pomar, ou das latadas, ou, dada a sua total inexistência, a substituí-lo pelo exclusivo partido visual de recintos com finalidade agrícola.” (Caldas, 1989, p. 110).

E é aqui, que a caracterização de Casa Rural encontra a de Quinta de Recreio, entendida como a *“casa campo erguida no perímetro das cidades, residências secundárias dos grupos sociais dominantes.”* De modelo tardogótico e, depois, renascentista, será objeto de mutações ao longo dos tempos pelo que *“Ainda no século XII surgirá um esquema mais complexo com planta em «U» adossada a um quadrado com pátio central (...). Mas o padrão mais simples, e por isso mais generalizado, sobretudo no Norte, é o simples rectângulo, postado sobre a via pública, com capela adossada num dos extremos e abrindo no outro um portão de acesso ao pátio, que Carlos de Azevedo baptizou de «casa comprida»”* (Matos, 1989, p. 399).

Pelo que se vê, existe alguma ambiguidade em torno deste conceito de casa nobre, mas muito em especial quando a designação é a de Solar.

É, aliás, José Sarmento de Matos que oferece a definição mais correta quando diz que se entende *“por solar a residência principal da nobreza de província, quer se localize na propriedade rural quer em centros mais urbanos. A partir desta dupla localização pode definir-se um solar campestre e um solar*

urbano, cada um com características específicas." (Matos, 1986).

O autor refere outros problemas relativos ao livro de Carlos de Azevedo, (um clássico que, porém, se deve consultar enquanto estudo pioneiro) quanto às formas de identificar o que é o um "solar". Refere: *"Em versão literária, sobretudo de raiz romântica, o termo solar foi entendido como o lugar de origem — casa-mãe — de uma família nobre. Esta aceção tem, contudo, pouca correspondência concreta, pois um dado característico da evolução nobiliárquica portuguesa é o afastamento entre a aristocracia cortesã e as suas origens históricas."* (Matos, 1986, p. 458). O que deixa implícita a necessidade de uma pesquisa que enuncia mais adiante, como seja *"um estudo profundo, caso a caso, da família proprietária, das suas fontes de rendimento, do trajeto social e da inserção concomitante na hierarquia da própria nobreza solarenga"* (Matos, 1986, p. 458-459).

No domínio da classificação, Matos esclarece a distinção maior entre Solar Campestre e Solar Urbano. É àquele que nos referimos, e à sua caracterização, de resto, precisa e verificável e que se aplica, em grande média, ao nosso objeto de estudo: *"É sobretudo para norte do Mondego, com especial incidência em Entre-Douro e Minho e Alto-Douro, de acordo com as próprias características fundiárias, que a nobreza se instala no campo. A sua referência básica é a torre, tradição intemporal, reduto defensivo, morada e sinal de domínio. No entanto, salvo esporádicas exceções, a maioria das torres existentes não recua a sua construção para além do século XIV sendo algumas das mais significativas"* (Matos, 1986, idem). Mesmo assim, tendo em conta as diversas características físicas e funcionais deste tipo de casas, é importante clarificar algumas definições.

Entende-se por casa *armoriada*, o edifício residencial que tem armas ou brasão exibidos na fachada; já a *quinta* é um prédio rústico com casa de habitação, mas que tem uma extensão de terreno cultivado; o *paço* é uma casa nobre e relativamente monumental ou "monumentalizada" servindo de residência a famílias nobres de alto "nível" social e político. Por último, estando ligado ao conceito de paço, e dando uma maior ênfase a esta definição, o *solar* é, efetivamente, um palácio, herdade ou terreno, com exploração rural e com edificação residencial passando por herança aos descendentes, pertencendo a famílias nobres.

A designação de solar é um termo fundamentalmente nortenho, diminuindo o seu uso à medida que se avança para sul do território português.

Este tipo de casa, *“por vezes ficaria no centro da propriedade, outras vezes próximo da estrada ou do caminho (...) para que fosse mais simples o escoamento dos produtos agrícolas e também para mostrar ao viandante a riqueza e a nobreza do dono das terras”* (Binney, 1987, p. 6). Eram também situadas *“em pontos estratégicos e simbólicos do território rural, associados diretamente a notáveis características orográficas, quase sempre diretamente associadas quer a potenciais pontos de defesa, quer a um genérico domínio visual do seu território circundante, uma vez que era a partir dele que se gerava o seu valor simbólico e a sua autossuficiência económica”* (Feliciano & Leite, 2015, p. 42). Os mesmos salientam que os paços que eram erguidos em espaço urbano, alguns diretamente ligados à Igreja face ao lugar de culto, e os paços chamados de “alcáçovas”, marcados pela herança da cultura árabe.

O aparecimento destas casas em Portugal, apenas é compreendido num ambiente de reconquista, onde houve uma luta pela posse de terras, evidente de um cenário característico da Idade Média:

“Os primeiros solares eram simples torres quadrangulares, extremamente pesadas nos seus grossos muros, com poucas aberturas, geralmente estreitas seteiras. Não seriam nem acastelados, nem torres de menagem de castelos já desaparecidos, mas tratar-se-iam de novos edifícios destinados a suprir um determinado número de solicitações, nomeadamente como fortaleza e casa de habitação” (Binney, 1987, p. 8).

O Solar é a residência principal, onde os aristocratas fundiários de uma propriedade rural habitavam. A região do alto Minho é rica, aliás, na diversidade da arquitetura civil, o que permite verificar a evolução da casa-torre medieval até às grandes casas do brasileiro de “toma-viagem”⁵.

Diz Carlos de Azevedo que *“Entre nós, a história da casa senhorial começa com a torre, que tanta influência havia de exercer no ulterior desenvolvimento da casa portuguesa”* (Azevedo, 1971). Ora, a de casas senhoriais nortenhas deve-se a contextos socioculturais.

⁵ Este tipo de casa aparece através de cidadãos portugueses que emigram para o Brasil no século XVI, conseguindo alcançar fortuna, e que mais tarde regressam a Portugal, aonde constroem residências e quintas. São casas com grandes dimensões, têm uma multiplicidade de cores e materiais utilizados e demonstram a imponência do jardim “tropical”.

A tipologia mais antiga é a da casa-torre, que leva a identificar a vida doméstica das classes altas da Idade Média assistindo-se, depois, a uma evolução deste tipo de edificação até ao século XVIII com variantes, reutilizações e adaptações por vezes drásticas, como se pode visualizar na seguinte imagem.

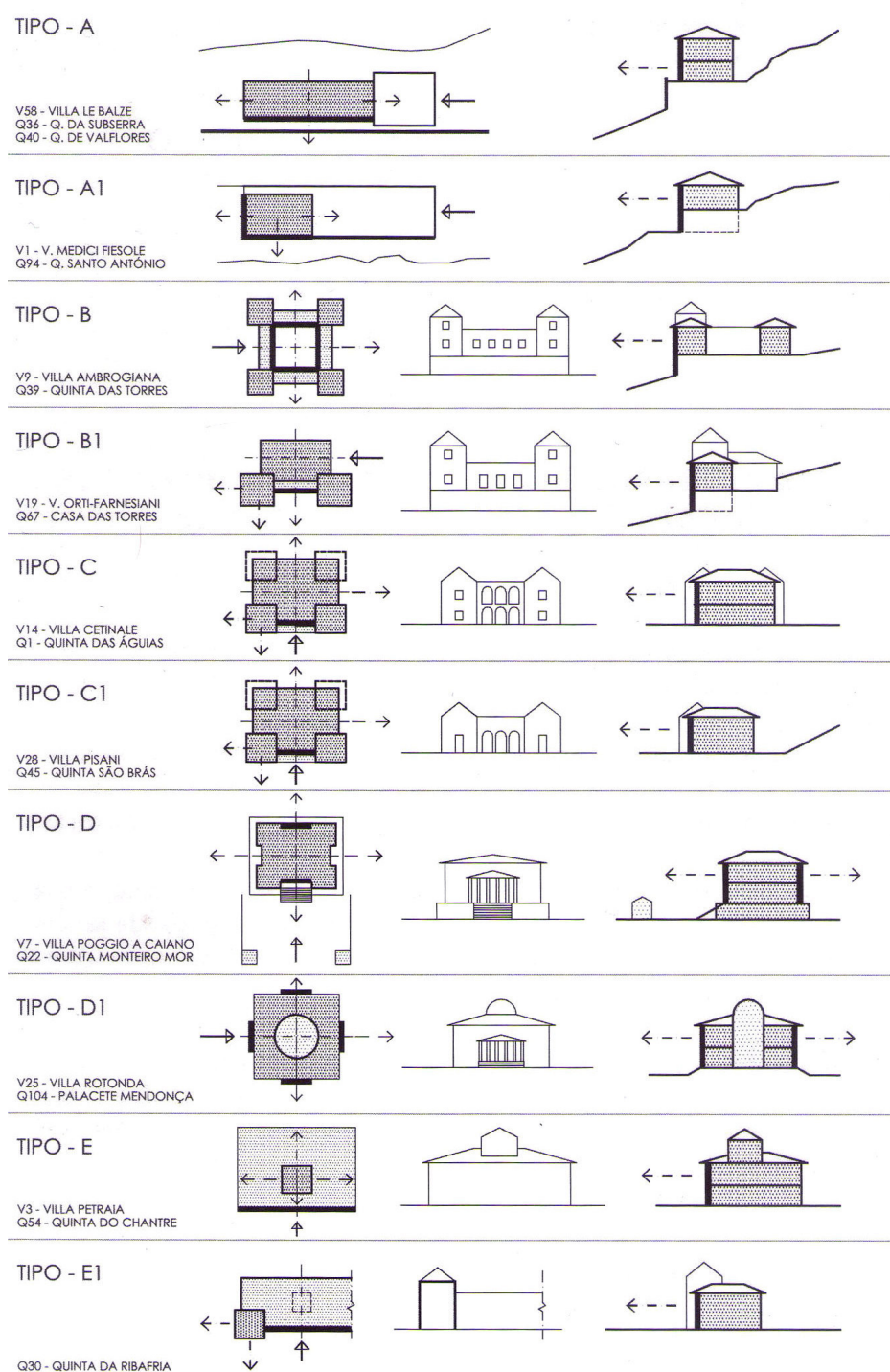
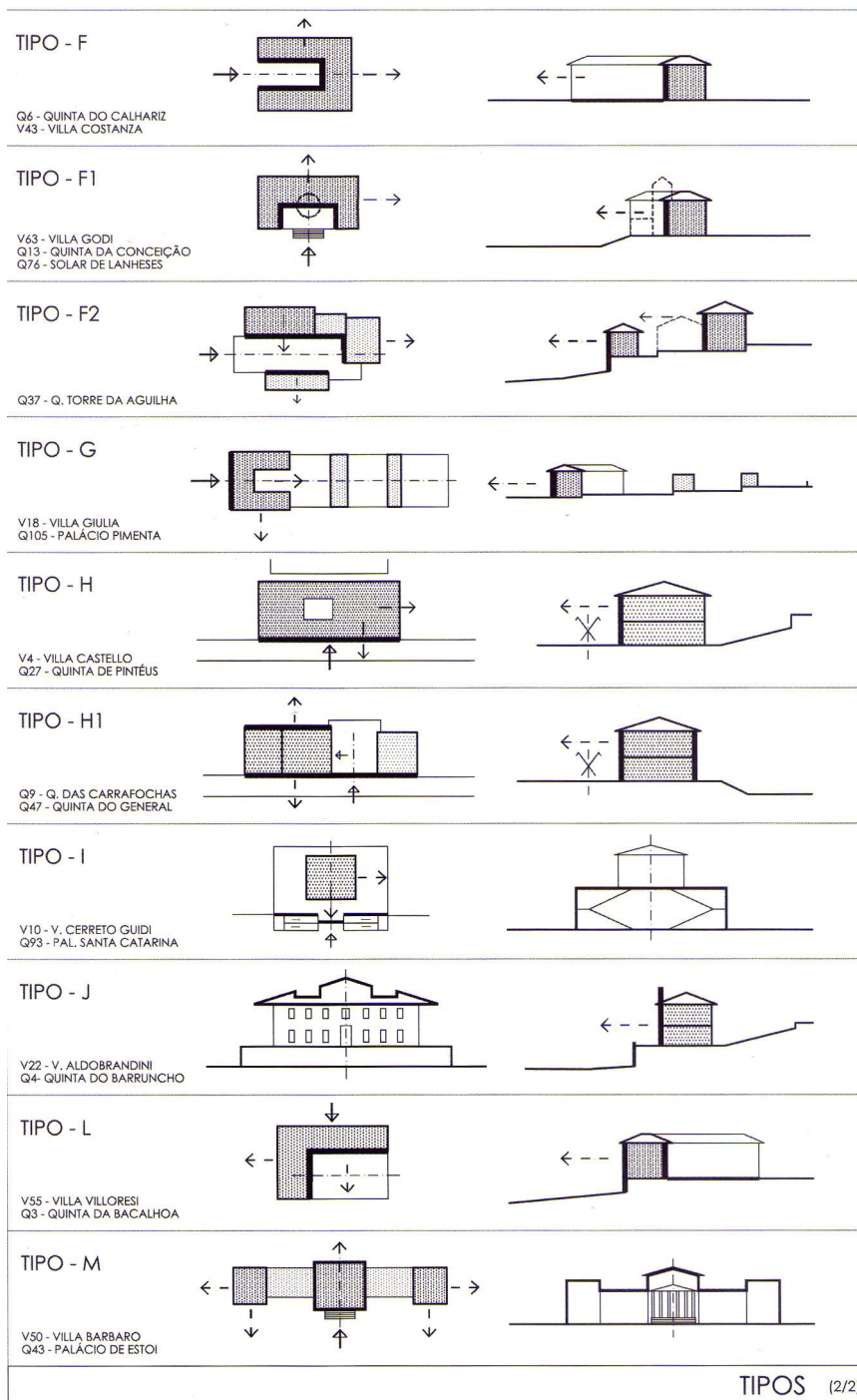


Fig. 09 Tipologias de Quintas de Recreio (e solares) (Pires, 2013)



TIPOS (2/2)

Fig. 10 Tipologias de Quintas de Recreio (e solares) (Pires, 2013) (continuação)

A torre senhorial é de todas, a que tem um papel mais presente na história das casas nobres em Portugal, embora o espaço interior oferecesse pouca comodidade, já que cada andar corresponde a uma divisão que ocupava toda a área disponível. As casas que têm uma ala residencial adossada a uma torre (Fig. 11), são normalmente retangulares e apresentam uma escadaria para dar acesso a entrada no andar nobre. *“A torre é, portanto, mais uma referência que uma continuidade, para além de manter funções defensivas de construções isoladas, como é visível no apetrecho para canhoneira restante em Bertandos ou no Paço da Glória. Em torno da torre, alargaram-se as dependências, de início em madeira e a partir do século XVI em pedra e cal.”* (Matos, 1986, p. 459).

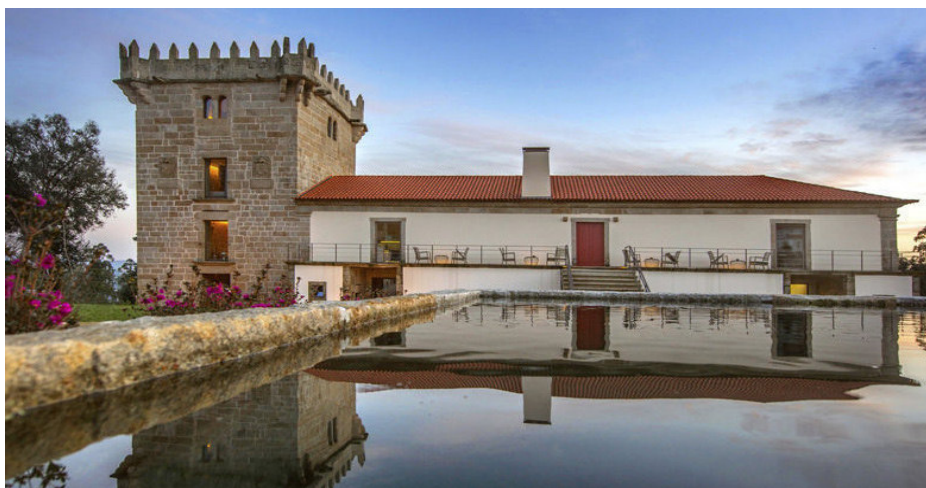


Fig. 11 Torre de Gomariz, Cervães (Braga)

Esta solução teve grande desenvolvimento no Minho, facto esse que ainda hoje é visível pela enorme adesão à torre como sinal de residência senhorial. No entanto, eram construções edificadas em pedra, mas com interiores de materiais perecíveis, como a madeira. Mais tarde passa a ser utilizada a alvenaria e a cantaria na configuração dos espaços interiores, oferecendo menos elasticidade, mas uma aparente maior durabilidade. Não se pode, no entanto, esquecer, que a madeira com travejamentos no teto e travamentos para definir pisos e soalhos, continuaria a ser utilizada até ao século XX. O segundo tipo de casa, as casas com duas torres ligadas entre si por um corpo central (Fig. 12), são as que têm o pátio fronteiro e que integram a capela na fachada; a ala residencial faz a ligação entre as duas torres. É um exemplo presente ao longo de todo o país, enquanto que a casa-torre é mais característica no Norte.



Fig. 12 Casa das Torres de Oliveira, Mesão Frio (Vila Real)

O terceiro e último tipo, designado como “casa comprida” (Fig. 13) por ter o desenho da sua planta geralmente em forma retangular e uma fachada desenvolvida horizontalmente, simétrica e equilibrada, possui quase sempre a entrada principal como eixo da composição. *“É durante o século XVII que um novo desafogo económico, ligado à imitação das práticas palacianas cortesãs, determinará o refazer generalizado dos solares, quer por acrescentos quer de raiz. O modelo com duas torres, referencial anterior, legitimado por uma prática cortesã, é o mais disseminado, evidente desde o Século XVII (Paço de Vitorino) prolongando-se no Século XVIII, caso do Paço de Calheiros ou da Ínsua, já na Beira Alta.”*

A planta em «L» e a casa comprida, com capela adossada, são outras soluções comuns numa prática pouco marcada pelas soluções originais (Casa da Rede, Mesão Frio).” (Matos, 1986, p. 459).

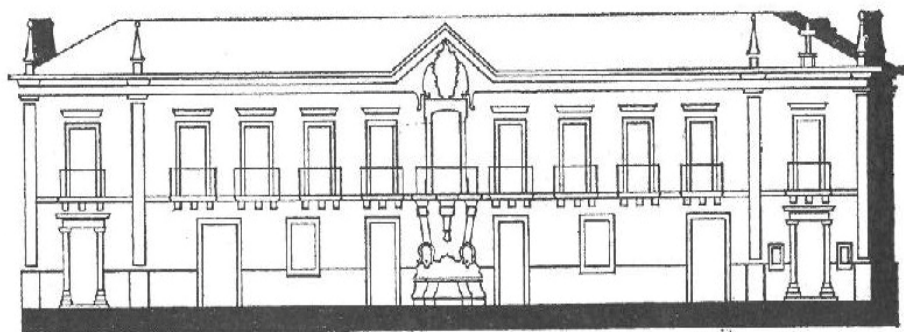


Fig. 13 Casa da Rede, Mesão Frio (Vila Real)

Devido à riqueza proveniente do Brasil e à exuberância do barroco, o século XVIII foi onde se deu o grande apogeu da arquitetura civil

em toda a região do Minho e no qual podemos identificar como sendo o século das casas caracteristicamente portuguesas. Tal facto pode ser visível na exuberância das fachadas com uma grande escadaria, com varandas alpendradas, as dimensões da casa, na enorme quantidade de divisões e no requinte da decoração que vai aproveitar a natureza como um prolongamento da própria casa através dos jardins, lagos e árvores.

Este tipo de arquitetura em Portugal é uma contribuição para o barroco europeu, tendo sido também extensível ao Brasil, mas há que lembrar que se deve sempre ter em conta as diferenças entre a arquitetura do Norte e do Sul do país, já que se encontram em regiões distintas e por isso todo o tipo de construção se desenvolve de maneira diferente. Podemos verificar essas diferenças quando no Norte há uma enorme mudança do gótico para o barroco, revelando-se bastante dinâmica, e no Sul, a arquitetura entra com o renascimento, que se revela pela sua solidez e clareza.

Ao contrário de outros países da Europa, em Portugal o barroco revela um maior conservadorismo já que não são usadas formas dinâmicas. Podem-se encontrar algumas exceções na arquitetura religiosa, como é o caso da Igreja de Santa Engrácia em Lisboa, mas na arquitetura civil, existe uma grande repetição. No entanto, a planta em «U» surge com o intuito de “entrar” com essas formas dinâmicas e começa por ser implementada no conhecido Solar de Mateus, mandado construir na primeira metade do século XVIII em Vila Real (Fig. 14). Foram ainda possibilidade, outros tipos de plantas durante todo o século XVIII, principalmente a planta quadrada ou em «L».



Fig. 14 Solar de Mateus, Vila Real

No que respeita à questão da monumentalidade, existe uma grande diferença da arquitetura alemã ou espanhola, em comparação com a portuguesa. Enquanto que os germânicos e os espanhóis têm o gosto por edifícios de grande escala, já os nossos melhores monumentos são os de escala reduzida, visto que existe uma maior predileção por dimensões que respeitem a escala humana.

Para melhor se entender o tipo de casa desta época há que mencionar alguns pontos fulcrais. Começa-se por analisar a fachada, o elemento mais importante da casa, já que é aí que se concentram a maioria dos elementos decorativos, havendo uma grande desigualdade entre a fachada e o seu interior que na maioria das situações, se apresenta com grande simplicidade. Normalmente decoradas por pilastras lisas e pouco salientes nas paredes, e no remate com o telhado, são acentuadas e desenvolvem-se em elementos decorativos, como por exemplo, fogaréus e pináculos, para dar um maior destaque às linhas verticais.

Mas se tudo isto acontece no Norte do país, diferentemente acontece nas fachadas das casas do Centro e do Sul. Nestas últimas, apesar destas serem mais simples, demonstram um maior equilíbrio entre o exterior e o interior. Contrariamente ao que se possa pensar, já que a torre foi o primeiro elemento deste tipo de casa, neste século, havia uma grande tendência para que se desenvolvesse horizontalmente e normalmente apenas com dois andares, visto que se procurava estabilidade. Estes dois pisos eram distribuídos da seguinte maneira: no nível superior era o chamado “Piso Nobre” onde eram visíveis as grandes janelas, sempre mais ricas que em baixo, e por onde era feita a entrada principal da casa, geralmente decorada com pilastras e rematada pelo brasão de armas da família (Fig. 15). O acesso era realizado por uma grande escadaria que se torna o elemento mais importante do exterior do edifício. O andar térreo, servia na maioria das vezes para arrecadações, cocheiras, celeiros e às vezes até para cozinha, a dependência central da vida quotidiana. Neste espaço, os elementos principais eram a lareira, onde se fazia o fogo e se preparavam os alimentos, e o forno, onde se cozia o pão. Feliciano & Leite (2015, p. 49) acrescentam que existem duas características que devem ser tidas em consideração já que se *“materializam durante muitos séculos na estrutura morfológica dos paços senhoriais.”*



Fig. 15 Brasão de Armas

Os autores referem que a primeira destas características poderá ser a inexistência de uma sala de jantar monofuncional e independente dos outros espaços, já que a refeição podia ser feita em qualquer outro compartimento. A segunda característica é a falta de espaços para circulação horizontal (corredores), já que esta circulação se fazia de sala para sala, até se *“atingir a câmara mais recuada”*, dando assim maior privacidade aos diversos moradores da casa.

A adega era também um dos elementos que se podia encontrar no piso térreo, mas podia também ser encontrada anexada à casa. Qualquer que fosse o caso, encontrava-se soterrada, de forma a conservar a melhor temperatura para o vinho.

O acesso a esta dependência, podia ser feito pelo interior da casa ou pelo exterior, o pavimento era na maioria dos casos em terra batida, e as paredes bastante grossas com poucos orifícios.

Relativamente ao interior, como já referido anteriormente, são bastante simples: algumas casas tinham instalações sanitárias elementares e em algumas até eram inexistentes, tendo as pessoas que usar os “vasos de noite” ou de se deslocarem ao quintal, às terras, ou às cortes, embora nas casas mais ricas seja notável a altura das salas e possam ter paredes revestidas com painéis de azulejos e tetos de madeira pintada. As salas eram os compartimentos que se caracterizavam pela “existência de pequenos bancos em pedra embutidos, as conversadeiras (namoradeiras, no sul do país), junto às ombreiras laterais das janelas” (Correia, 2005) (Fig. 16).

Muito característico desta altura são os tetos de “masseira” (Fig. 17) constituídos por uma esteira plana central e por esteiras inclinadas na ligação com a parede, para aproveitar a inclinação do telhado, podendo ser repartidos em caixotões.

Ao nível construtivo, as paredes exteriores tinham por norma, uma espessura entre 50 a 60 cm, na maioria das vezes em alvenaria não rebocada e de pedra de granito ou de xisto. Já as paredes interiores, eram rebocadas com argamassa de cal, e depois caiadas. Estas divisórias interiores de aproximadamente 10 cm, eram quase sempre de taipa de fasquio (estrutura de tábuas de madeira colocadas na vertical, e sobre as quais eram pregadas outras tábuas) e eram conhecidas por “paredes de tabique.”



Fig. 16 Conversadeira



Fig. 17 Teto em masseira

As coberturas encontram-se apoiadas numa estrutura de madeira constituída pelo pau de fileira e por terças ou madres longitudinais encastradas nas paredes laterais e apoiadas a meio-vão por uma asna pequena com pendural. Relativamente a pavimentos, no interior da casa com dois pisos tinha soalho de madeira, exceto onde se encontrava a lareira, cujo pavimento era de pedra.

No exterior, existe uma tentativa de relacionar a casa com o jardim e a forma como isso era feita obedecia a um conjunto de fatores onde todos os elementos tinham de se integrar perfeitamente.

Prova disso, é a complexidade de um jardim onde era predominante o arvoredo em grandes massas e com contrastes de claro-escuro que demonstram o gosto pelos efeitos sombrios, pelos caminhos cobertos e fontes entre grutas e árvores frondosas, que levassem a criar recantos íntimos. De maneira a prolongar-se a casa para o jardim, as estátuas eram também elementos que faziam parte desse cenário, com temas como a mitologia, damas e fidalgos, bustos e animais. E eram de tal forma bem inseridas na natureza, que chegam a ser absorvidas pela vegetação, de maneira a que houvesse uma harmonia entre a natureza e a arte (Fig. 18).



Fig. 18 Jardim típico da época

Outro elemento também importante no típico jardim barroco, era a água que era apresentada através de efeitos complexos, como é visível com as cascatas e casas de fresco, que passam a ser o elemento favorito da época e que por isso passam a abundar nos jardins portugueses.

03.2. A Adaptação a Turismo de Habitação

A adaptação dos solares a turismo de habitação, surge da proveniência de alguns representantes da antiga nobreza de província que regressaram ou que se mantiveram na província, de maneira a recuperarem e explorarem turisticamente o seu património. Tal fenómeno ocorre um pouco por todo o país, com maior incidência na região do Minho.

De acordo com o Presidente da Região de Turismo do Alto Minho, *“a ideia subjacente à criação do Turismo de Habitação foi precisamente a de recuperar antigos solares e casas apalaçadas, alguns deles em avançado estado de degradação e de fazer regressar à província os proprietários que, entretanto, residiam em centros urbanos, com destaque para o grande Porto e para a grande Lisboa, de molde a que fossem estes a receber os hóspedes”* (Silva, 2006).

As especificações das unidades de alojamento em empreendimentos de turismo de habitação, segundo o Artigo 22.º do Decreto Lei n.º 39/2008, de 7 de março encontram-se descritas nos seguintes pontos:

- 1 - Nos empreendimentos de turismo de habitação, todas as unidades de alojamento devem estar dotadas de instalações sanitárias privativas;
- 2 - Podem ser instaladas unidades de alojamento fora do edifício principal, em edifícios contíguos ou próximos daquele e que com ele se harmonizem do ponto de vista arquitetónico e da qualidade das instalações e equipamentos, quando pelo menos duas dessas unidades se situem naquele edifício;
- 3 - Nas situações previstas no número anterior, as unidades de alojamento podem, até ao limite de três, integrar-se num edifício autónomo e dispor, no mínimo, de sala privativa, pequena cozinha (kitchenette) e de uma instalação sanitária por cada unidade de alojamento;
- 4 - A área mínima dos quartos individuais é de 10 m² e a dos quartos duplos de 12 m².

Considera-se igualmente essencial expôr as intervenções realizadas pela DGEMN (Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), em meados do século XX, na adaptação de monumentos a pousadas, que surgem com a necessidade de atribuir uma utilidade ao património já restaurado. O objetivo principal foi o de se promover o turismo em cidades de interesse histórico, salvaguardando-se simultaneamente o restauro dos monumentos.

O processo iniciou-se com a primeira unidade em Elvas, que conta com um número de quartos bastante reduzido e cujo foco se centra na gastronomia da região, daí serem denominadas por “Pousadas Regionais”. Mais tarde, na década de 1950, o conceito foi alargado para “Pousadas Históricas”, surgindo a adaptação de monumentos históricos, como castelos, conventos e mosteiros. O primeiro exemplo foi o da Pousada do Castelo em Óbidos ainda sob a direção da DGEMN, sendo o mais recente em Lisboa, mais especificamente no Terreiro do Paço e estando já sob a alçada do Grupo Pestana que detém a gerência das pousadas de Portugal, desde 2003.

03.3. Como anteriormente referido na metodologia de investigação, no presente subcapítulo será realizada uma análise qualitativa dos cinco casos de estudo selecionados, tendo-se como pontos de análise, o estado prévio, o estado atual e as intervenções realizadas no edificado. Numa etapa final, toda a informação será comparada, de forma a responder aos objetivos inicialmente definidos para a investigação.

Casos de Estudo

Numa primeira fase, selecionou-se um conjunto de vinte casas em todo o país, tendo-se reduzido progressivamente esse número através de um critério territorial, restringindo-se somente à **região do Minho**. Mais tarde, e para que a escolha fosse mais centralizada nos objetivos definidos, foram selecionados adicionalmente três critérios de seleção: **Edifícios da mesma época** (mais concretamente entre o século XVI e o século XVIII, de maneira a que se respondesse ao critério temporal); construções que cuja intervenção visasse a **adaptação para turismo de habitação**; e **semelhança com o objeto da intervenção**.

Para além dos critérios definidos, constatou-se também ser imperativo o possível acesso ao local e a possibilidade de entrevistar os arquitetos.

Finda esta análise, selecionaram-se um conjunto de cinco casas senhoriais, que foram analisadas, sintetizando-se a informação em fichas informativas individuais, apresentadas de seguida.

I. Casa do Campo



Fig. 19 Fachada Principal

Localização

Celorico de Basto (Braga)

Época de Construção

Século XVII

Proprietário

Amanda Coelho

Utilização Inicial

Casa de família de um grupo de vinte e nove casais agrícolas

Utilização Atual

Casa da família Meireles Pereira Leite Teixeira Coelho e turismo de habitação

Data da intervenção

1999

Data de adaptação a turismo

2000

Arquiteto da intervenção

Elísio Araújo

Grau de intervenção segundo o autor

Restauro

Alojamento

4 quartos duplos, 1 quarto individual, 5 quartos twin e 2 suítes

Tipo de público

Estrangeiros entre os 50 e 60 anos

Elementos característicos

Capela de 1763, torre quinhentista e o jardim do século XVIII



Fig. 20 Travessia entre a casa e a capela

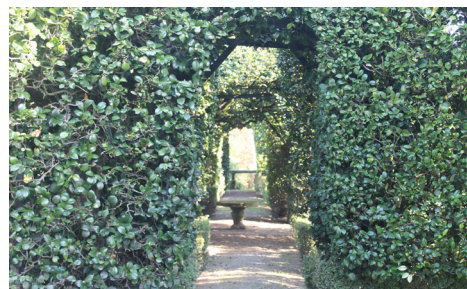


Fig. 21 Jardim

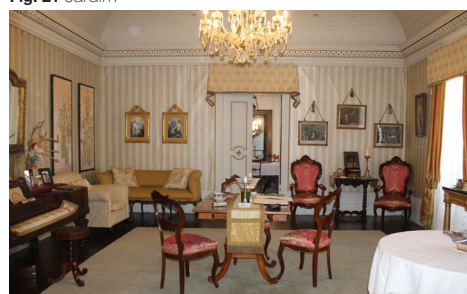


Fig. 22 Sala de estar



Fig. 23 Quarto no edifício do "fruteiro"

Descrição

A Casa do Campo situada no lugar de Molaes, representa um conjunto de gerações passadas desde há vários séculos. É uma construção do século XVII e XVIII e ainda hoje é uma exploração vitivinícola.

É um verdadeiro solar português, com eira e alpendre em frente à casa. A entrada faz-se pelo portão no enorme muro de granito com cruz e pirâmides vazadas. A capela, de estilo renascentista, ainda hoje aloja santos da época, com destaque para a padroeira, Nossa Senhora da Abadia.

No interior, a decoração manteve-se ao longo de épocas passadas, com móveis de estilo bem conservado onde se incluem bonitas poltronas forradas e biombos.

Descrição da visita

A chegada à Casa do Campo permitiu a imediata identificação da capela de estilo renascentista, assim como o conhecido jardim de estilo barroco, que segundo os especialistas, integra a cameleira mais antiga de Portugal, com cerca de 250 anos. O jardim é bastante peculiar já que se encontra num plano invulgar, elevado em relação ao nível da casa e com acesso a partir do primeiro andar. Permite a travessia através de caminhos entre cameleiras e onde se pode encontrar um chafariz e um lago. Um destes caminhos encaminha-nos para a zona da piscina, um lugar onde se pode usufruir das vistas para a serra do Marão e onde se pode desfrutar de momentos de descanso, algo bastante procurado pelo público alvo deste tipo de turismo. A visita ao interior foi iniciada pela entrada que se julga ter sido utilizada no passado como entrada para os coches, dando acesso ao pátio interior com uma fonte. No piso térreo, onde hoje se situam salas de estar e de jogos, localizava-se antigamente a adega e a zona dos animais.

No piso superior, o “piso nobre” da casa, realizou-se uma visita pelos corredores e salas que nos mostram toda a história e as gerações por ali passadas.

Na zona do jardim, visitaram-se os fruteiros que foram transformados em quartos na altura em que a casa foi adaptada a turismo de habitação.

Características construtivas

No piso térreo foi possível visualizar-se a harmonia que existe na ligação entre materiais existentes e novos, explicitando-se isso, nas ombreiras e vergas de granito em contrabalanço com paredes de gesso cartonado. De facto, constatou-se que existiu um enorme cuidado em manter a traça original e também os materiais existentes. No piso superior, não é tanta a predominância de materiais novos, já que ainda são visíveis os materiais originais em bom estado.

II. Casa de Canedo



Fig. 24 Fachada Principal

Localização

Celorico de Basto (Braga)

Época de Construção

Século XVII

Proprietário

Herdeiros de Fernando Rau

Utilização Inicial

Casa da família Machados de Andrade

Utilização Atual

Turismo de habitação

Data da intervenção

1995

Data de adaptação a turismo

1996

Arquiteto da intervenção

Rodrigo Rau

Grau de intervenção segundo o autor

Recuperação

Alojamento

6 quartos duplos e 3 quartos twin

Tipo de público

Estrangeiros com cerca de 60 anos
e casais com crianças

Elementos característicos

Capela, cozinha e lareira nos quartos



Fig. 25 Entrada da propriedade



Fig. 26 Sala de estar



Fig. 27 Cozinha



Fig. 28 Quarto

Descrição

A Casa de Canedo é um solar do século XVII, característico da Região de Basto, centro de uma vasta exploração agrícola e florestal.

Em 1940 foi adquirida em asta pública por Fernando Rau que constituiu uma sociedade de carácter familiar, a Sociedade Agrícola de Basto, sendo os seus atuais sócios os herdeiros de Fernando Rau.

A Casa, com uma área edificada de cerca de 1400 m², tem dois pisos sendo, no passado, o piso térreo destinado às “lojas” (armazéns de produtos e alfaías agrícolas) e à adega. A casa, na sua atual forma, resulta da junção, através da capela, de um edifício inicial do século XVII, de planta quadrada com pátio interior – onde se situa a zona nobre e os serviços – ao qual foi acrescentada uma nova ala, no século XVIII - as “Casas Novas”, que prolonga a casa e que define o espaço da eira.

Descrição da visita

A entrada é feita pelo “piso nobre” que ao contrário da maioria deste tipo de casas, é feita ao nível do solo, através de um hall onde se situa a receção e que dá acesso à sala, sala do piano e à biblioteca. A entrada para o corredor dos quartos é feita através da sala do piano, dando acesso a uma galeria em redor de um pátio, onde se situam quatro quartos e a sala de refeições (antiga cozinha). A casa resulta da junção da capela com a casa principal do século XVII e que se prolonga até à eira, onde eram armazenados os cereais, e que agora foi transformada em mais quatro quartos adicionais.

No piso inferior, que se encontra num nível abaixo ao nível da entrada principal, apenas foi possível realizar a visita através da capela, que dá acesso a apenas dois quartos. Ainda nesse piso, por baixo da casa principal, situam-se a adega, arrecadações, tratamento de roupas e a sala de jogos.

No exterior é possível apreciar-se o jardim também ele original do tempo da construção da casa, o lago que se encontra junto à entrada principal e em frente à piscina.

Características construtivas

Toda a adaptação a turismo de habitação foi feita salvaguardando as características arquitetónicas e construtivas originais. Os materiais utilizados são todos predominantes desta zona, tal como se verifica nas paredes em blocos de granito, os tetos em masseira (originários daquela época) e o chão em soalho. É ainda de destacar que em todos os quartos se encontra uma lareira que confere um maior conforto aos hóspedes.

III. Casa da Lage



Fig. 29 Fachada Posterior

Localização

Ponte de Lima (Viana do Castelo)

Época de Construção

Século XVII

Proprietário

José Azevedo

Utilização Inicial

Casa da família Costa Azevedo

Utilização Atual

Casa da família Costa Azevedo e turismo de habitação

Data da intervenção

1997

Data de adaptação a turismo

2000

Arquiteto da intervenção

Grau de intervenção segundo o proprietário

Restauro

Alojamento

3 quartos duplos e 7 quartos twin. Doz dez quartos, quatro são na casa principal e seis na "casa da tulha"

Tipo de público

Casais com crianças

Elementos característicos

Torres, capela de 1674



Fig. 30 Escadaria da fachada principal



Fig. 31 "Casa da Tulha"



Fig. 32 Sala de jogos na casa principal



Fig. 33 Sala de estar na "casa da tulha"

Descrição

A Casa da Lage, assim denominada por estar assente sobre uma rocha, fica no centro de uma grande quinta, situada na freguesia de S. Pedro de Arcos. Foi em tempos, a moradia dos nobres Machados, que se orgulhavam por uma das suas descendentes, Maria Moniz, ter sido amante do Rei D. Sancho I.

A casa construída na posição norte-sul, representa a clássica casa fidalga dos finais do século XVII. A fachada principal, a norte, é constituída por três corpos, sendo que no corpo central se encontra uma escadaria de pedra que dá acesso a uma varanda alpendrada.

A fachada posterior, virada a sul, é também composta por três corpos, sendo o do meio rasgado no andar nobre por sete janelas, e no rés-do-chão por uma porta e seis frestas.

Descrição da visita

O acesso à casa fez-se pelo imponente portão de granito, no qual se encontra gravada na sua empena, a pedra de armas, percorrendo-se de seguida, um caminho até um portal de entrada para a zona da casa. Passado esse portal, é possível visualizar-se a casa do lado esquerdo.

Começou por visitar-se o piso térreo, apenas adaptado a turismo no ano de 2000, onde se situava a adega, e atualmente utilizado como sala de estar e de jogos. Na continuação desta sala, situam-se quatro quartos destinados ao turismo que oferecem casa de banho privativa.

No piso superior, o “piso nobre” é onde se encontra a casa de família, sendo este espaço inacessível a hóspedes.

Junto à entrada da quinta, encontra-se um outro edifício onde se situam os outros seis quartos, na “casa da tulha”, antigo lagar e espaço de armazenamento de máquinas agrícolas. Possibilita-se que esse edifício seja alugado como um todo sem necessidade de acesso à casa principal, já que este espaço dispõe de uma cozinha comum e de uma sala de estar. Paredes meias com a casa da tulha, situa-se a antiga vacaria, lugar onde se guardavam os animais e que foi adaptada a uma zona de piscina interior não aquecida.

Características construtivas

Novamente, todos os materiais utilizados na intervenção de adaptação a turismo de habitação, encontram-se em plena harmonia com todos os materiais já existentes, e tal como verificado nos outros casos de estudo, na casa principal é possível verificar-se a salvaguarda das características arquitetónicas e construtivas originais.

O proprietário revelou ser da opinião que todo o espaço deve ser mantido no seu estado mais original. No entanto, quando alterou a “casa da tulha” para quartos, não adaptou a arquitetura à casa principal.

IV. Casa do Outeiro



Fig. 34 Fachada Principal

Localização

Ponte de Lima (Viana do Castelo)

Época de Construção

Século XVIII

Proprietário

João Abreu Lima

Utilização Inicial

Casa da família Abreu Lima

Utilização Atual

Casa da família Abreu Lima e turismo de habitação

Data da intervenção

2004

Data de adaptação a turismo

2004

Arquiteto da intervenção

João Abreu Lima

Grau de intervenção segundo o autor

Restauro e Recuperação

Alojamento

2 quartos twin

Tipo de público

Estrangeiros e casais portugueses com crianças

Elementos característicos

Capela



Fig. 35 Jardim



Fig. 36 Biblioteca



Fig. 37 Cozinha



Fig. 38 Quarto

Descrição

A Casa do Outeiro foi a primeira casa em Portugal a abrir as suas portas ao turismo de habitação. Situada a pouco mais de um quilómetro de Ponte de Lima, é uma das casas solarengas da freguesia de Santa Marinha de Arcozelo e, talvez, uma das mais bonitas casas senhoriais do vale do Lima. Em março de 1809, sendo senhor desta casa João Gomes de Abreu de Lima de Magalhães Pinto e Cardoso, a Casa do Outeiro foi alvo de um saque por parte das tropas do General Soult, que comandou a 2ª Invasão Francesa de Portugal, e que aí se aquartelaram durante a passagem pelo Lima.

Descrição da visita

O edifício principal dispõe de nove quartos (todavia apenas dois estão disponíveis para aluguer), duas salas de estar, biblioteca, sala de jantar e uma cozinha que conserva a grande lareira e que comunica com um alpendre, onde são servidos os pequenos-almoços. No exterior encontra-se um jardim acolhedor que inclui uma piscina, um campo de basquetebol e os vestígios do aqueduto que abastecia a casa até há trinta anos.

Características construtivas

A casa reedificada numa primeira fase em 1723 e posteriormente, em 1787, foi-lhe acrescentada a varanda principal e o portão nobre. A atual capela, da invocação da N. S. da Conceição, foi erguida em 1774 para substituir uma outra capela anterior, contudo não foi completada. Em 2014 houve uma intervenção à cobertura, tendo sido os tetos todos de estuque e madeira, datados do século XIX, alterados para tetos em madeira. Relativamente aos pavimentos, todos foram substituídos por soalho, exceto o da sala de entrada que é de pinheiro manso maciço. Aquando da adaptação a turismo de habitação, não houve qualquer alteração e consequentemente, a casa permaneceu como estava originalmente, para que de acordo com o proprietário, a casa contasse uma história.

IV. Quinta de São Roque



Fig. 39 Jardim e vista da fachada principal

Localização

Vila Nova de Cerveira (Viana do Castelo)

Época de Construção

Século XVIII

Proprietário

Liliana Marreca

Utilização Inicial

Conjunto habitacional ligado à atividade agrícola / casa de festas / casa de família

Utilização Atual

Turismo de habitação

Data da intervenção

1996

Data de adaptação a turismo

1996

Arquiteto da intervenção

Atelier Morfosis (arq. Alfredo Machado)

Grau de intervenção segundo o autor

Restauro e Remodelação

Alojamento

2 quartos twin, 4 quartos duplos, 3 apartamentos com quarto duplo e 1 apartamento com quarto duplo e quarto twin

Tipo de público

Estrangeiros e casais portugueses

Elementos característicos

Dois usos diferentes



Fig. 40 Portal de entrada



Fig. 41 Alpendre



Fig. 42 Sala de estar



Fig. 43 Quarto

Descrição

A Quinta de São Roque situa-se na periferia do centro histórico de Vila Nova de Cerveira, próxima da capela de São Roque datada do século XVII. É considerada como “uma abastada casa de lavrador com fumos de fidalguia” podendo-se verificar essas características no portal de acesso à zona da eira e do espigueiro, e na torre que foi erguida nos finais do século XIX.

Nos finais do século XVIII, um incêndio destruiu a casa de forma praticamente irreversível, tendo sido mais tarde reconstruída apenas com o intuito de celebrar festas. Posteriormente, e como a casa apenas era constituída por salões, construíram-se os quartos hoje existentes.

Descrição da visita

A visita iniciou-se através da entrada no portal de acesso aos jardins da quinta, sendo possível visualizar-se a zona da piscina e do espigueiro. A entrada principal da casa é feita através de escadaria em pedra até ao primeiro andar, já que no piso térreo era onde se situavam os animais e todos os instrumentos de agricultura. Mais tarde, na intervenção a que foram alvo em 1996, a todos os quartos do piso superior foram acrescentadas instalações sanitárias, sendo só nessa altura realizada a adaptação da parte inferior para quatro apartamentos.

Características construtivas

No exterior nota-se que houve uma preocupação em recuperar a traça original, devolvendo a verticalidade dos vãos. As paredes exteriores são de alvenaria de granito rebocadas, exceto nas molduras das portas e janelas. No interior, ao contrário dos outros casos de estudo, não é perceptível o que seria o edificado original e a intervenção realizada.

No seguinte quadro estão apresentados alguns dados referidos nas fichas informativas individuais, mas de uma forma mais sintetizada, de modo a que melhor se possam entender as semelhanças entre os cinco casos de estudo e as conclusões daí retiradas.

	Casa do Campo	Casa de Canedo	Casa da Lage	Casa do Outeiro	Quinta S. Roque
Época de construção	Século XVII	Século XVII	Século XVII	Século XVIII	Século XVIII
Adaptação a turismo de habitação	2000	1996	2000	2004	1996
Grau de intervenção	Restauro	Recuperação	Restauro	Restauro Recuperação	Restauro
Nº quartos	12	9	10	2	11
Característica	Jardim / Capela / Torre	Cozinha / Capela / Lareiras nos quartos	Torres / Capela	Capela / Cozinha	Dois usos diferentes

Fig. 44 Tabela de comparação entre os cinco casos de estudo

Das cinco visitas realizadas, apenas em três foi possível contactar pessoalmente os proprietários com o propósito de recolher a maior quantidade de informação referente aos imóveis.

Conclusões

Constatou-se que todas as casas visitadas, foram transformadas em turismo de habitação, aquando do reconhecimento legal do TER em 1986. Ao associar-se o turismo rural e o agroturismo, ao turismo de habitação através de fundos comunitários europeus, foram inicialmente implementadas em quatro áreas piloto: Ponte de Lima, Vouzela, Castelo de Vide e Vila Viçosa.

É ainda de assinalar, que ao contrário do que seria expectável, observou-se que a percentagem maioritária de frequentadores deste tipo de turismo prende-se com famílias com crianças de nacionalidade portuguesa, sendo, contudo, de apontar que existe uma quota significativa de turistas estrangeiros. No que diz respeito ao funcionamento dos solares, verificou-se que os mesmos apenas se encontram abertos ao público quando existe uma ocupação igual ou superior a dois quartos, na medida em que apenas esta taxa de ocupação já permite justificar os gastos inerentes à normal atividade deste tipo de turismo. Excetuando a Quinta de São Roque em que houve a necessidade da realização de obras para adaptação a turismo de habitação, observou-se que todas as edificações apresentam características originais no que se refere aos espaços interiores, pois tal como justificado pelos respetivos proprietários, não existiu a necessidade de se proceder a um aumento de áreas para a implementação dos quartos nas casas principais. Como referido nas fichas informativas individuais, em todos os casos, é possível verificar-se que

fruteiros, eiras, tulhas, cavalições e cortes de animais, sofreram obras para que aí se pudessem acolher mais quartos, valorizando assim o turismo de habitação.

Relativamente aos materiais utilizados, constatou-se que no geral todas as casas apresentam materiais originais, existindo, no entanto, algumas alterações ao nível dos tetos, pavimentos, portas e janelas. É também de notar que estruturalmente, não existiu qualquer tipo de modificação.

Observando-se detalhadamente todas as fichas individuais, verifica-se também que para além dos critérios de seleção já referidos que apresentam semelhanças nos casos de estudo, existem outras características partilhadas. De facto, em todos os casos de estudo, o “ piso nobre ” encontra-se no primeiro andar, sendo o acesso realizado através de uma grande escadaria, o piso térreo servia sempre para albergar animais, instrumentos de agricultura e para produção de vinho, sendo ainda de evidenciar que todas as casas possuem uma capela, normalmente na mesma fachada, ou no caso da Casa do Campo, em que a capela se encontra de frente com a casa, mas tem ligação através de uma passagem superior. A Quinta de São Roque é a única que não possui capela no interior da propriedade, existindo, no entanto, uma capela junto à casa, com o mesmo nome. O número de quartos para turismo de habitação é idêntico em todas as casas (entre os nove e os doze), excetuando a Casa do Outeiro que neste momento apenas tem disponíveis dois quartos para turismo de habitação. Por fim, verificou-se que todas as casas possuem piscina exterior, exceto a Casa da Lage que tem piscina interior, e todas elas à exceção da Quinta de São Roque, possuem um jardim da época.

As cinco casas visitadas na região do alto e baixo Minho permitiram compreender toda a envolvência e possibilitaram a recolha de informação, fulcral para o entendimento de vivências e ambientes ali vividos.

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura para turismo de habitação

Cauca, cidade romana da Galiza que assim dá o nome a Coura, e é tida lendariamente como pátria do Imperador Theodozio. Mas ainda quanto à origem do seu nome, não se pode afirmar que *Coira* ou *Coyra*, tenham provindo da designação a *Cauca* ou *Couca*, já que se prevê que a palavra tenha origem fenícia e que pela evolução fonético-gráfica, se tenha dado a evolução para *Coira*. No entanto, segundo Cunha (1909), *Coira* vem de *Cora*, uma palavra de origem céltica que significa paz, segurança, e que nos leva a crer que o povo Celta ou celtizado, como é bem de ver, viveu nesta região em tempos proto-históricos.

Os historiadores locais, referem que a cidade de Coura foi fundada pelo Padre Francisco de Santa Maria e que se situava entre Braga e Valença. A Terra de Coyra, estaria incorporada na monarquia portuguesa desde a sua fundação, já que existem referências a uma doação feita por D. Teresa e D. Afonso Henriques ao bispo dessa cidade em 1125, que relata que a freguesia de *Colina* (Cunha) pertencia a Coira.

O concelho de Paredes de Coura teve o seu foral, outorgado em 2 de junho de 1512 no reinado de D. Manuel I. No entanto sabe-se que a Terra de Coura surge com a designação de Paredes de Coura após o decreto da criação da comarca em 15 de setembro de 1875. Apesar disso, o concelho teve a sua autonomia administrativa desde a altura em que foi concedido o foral. Apesar da passagem de mais de três séculos, o concelho permaneceu igual, relativamente a limites geográficos e à sua autonomia.

Tendo uma área de 13 mil hectares, Paredes de Coura situa-se no centro do distrito de Viana do Castelo, na região geográfica do Alto Minho, e faz fronteira a nascente com o concelho de Arcos de Valdevez, a poente com Vila Nova de Cerveira, a norte com Monção, a sul com Ponte de Lima, e a noroeste com Valença. A região apresenta-se assim como sendo um *“amplo anfiteatro aberto ao mar e à influência oceânica, devido, em parte, ao seu relevo e ao sistema de drenagem dos principais rios”* (Silva, M. & Silva, C., 2007, p. 15).

O Património Natural, além de todo o Património arquitetónico, é o que mais marca esta região, destacando-se a área de paisagem protegida de Como de Bico, e todas as paisagens naturais de vales, cascatas ou até mesmo as águas cristalinas do rio Coura, podendo testemunhar-se a implantação ao

04.1. Paredes de Coura

longo do seu percurso de algumas praias fluviais.

É também marcada por pequenas parcelas de terreno, pelas vinhas, pelas aldeias onde predominam as casas de granito, pelas casas senhoriais e pelos campos de milho, sendo por isso conhecida por ser o “*celeiro do Minho*” devido à abundante produção de milho e mantendo a produção cerealífera até meados do século XX.



Fig. 45 Paredes de Coura no contexto do Alto Minho

O clima desta região é bastante determinado devido à altitude e pela influência atlântica, registando-se temperaturas moderadas e elevada pluviosidade, o que leva a que existam níveis de humidade bastante elevados, que caracterizam uma região saturada. “*O clima, com quanto frio no inverno, é benéfico e saudável, concorrendo para isso, além de outros factores, o serem raros os intensos nevoeiros que costumam alastrar nas bacias dos grandes rios, d’outras regiões*” (Cunha, 1909, p. 19).

De acordo com os Censos de 2011 e comparativamente com os anteriores, verifica-se que o concelho, apresenta um decréscimo populacional na faixa etária entre os 0 e os 24 anos, com um crescimento da faixa etária dos 25 anos para cima. Na generalidade, o concelho é apresentado por uma ocupação do território bastante equilibrada, devido à exploração do solo e ao modo de vida rural da população. Segundo Cunha (1909), “*a sua população rural é dócil, sóbria,*

respeitadora e hospitaleira, com certa paixão pela música. Religiosa por tradição e convicções, não é fanática, nem carola. "É essencialmente devido a estes aspetos e à sua envolvente natural, que o município alberga todos os verões, o festival de Paredes de Coura, entre outros eventos culturais.

Caracteriza-se também pela profusão de montes e vales, marcados pelo rio Coura, considerado justamente *"a grande arteria fertilisadora d'este concelho"* (Cunha, 1909, p. 71) – e pela grande quantidade de afluentes. O rio, por sua vez, divide-o praticamente em duas áreas que são, no entanto, bastante idênticas em ambas, predominando o regadio dos terrenos de cultura. Possui uma extensão aproximada de 35 quilómetros e desagua no rio Minho, muito próximo da respetiva foz, em Caminha.

É importante enfatizar as raízes civilizacionais lembradas hoje pelos marcos miliários romanos que ainda se podem apreciar na freguesia de Rubiães e outros locais (Figs. 46 e 47).

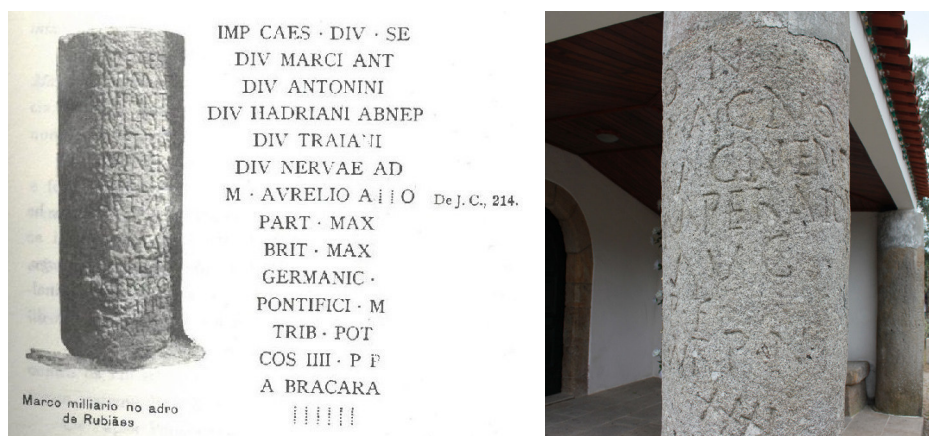


Fig. 46 e 47 Marco Miliar junto à Capela de São Bartolomeu, Rubiães

Outra referência a um passado muito mais remoto deve-se à existência de dolmens ou antas e de elementos arqueológicos reveladores de um povoamento que remonta, pelo menos, ao neolítico médio.

No concelho de Paredes de Coura, é possível encontrar numerosas antas por toda a área do concelho, mas principalmente em zonas montanhosas. Regista-se esta presença na Serra de Bico em Chã de Lama, na Serra da Boalhosa e em Porreiras, a que acrescem os vestígios da Idade do Bronze como é o caso dos catorze machados de bronze, ou os castros situados em zonas de relevo como Cossourado, Romarigães e Cristelo que serviam como edifícios de habitação para povos com características agro-pastoris, mas também dependentes economicamente de recursos naturais.

A ponte romana em Rubiães, é mais um dos ícones da passagem dos romanos por ali: atravessa o rio Coura e fica a cerca de 200 metros do lugar do Crasto, onde se pensa ter existido uma fortificação para defesa da mesma ponte. Justifica-se essa hipótese, dado a configuração do terreno e a presença de um marco miliário que marca 30 milhas até Braga.

A vila de Paredes de Coura apresenta também um significativo conjunto de construções religiosas, tais como a Capela do Espírito Santo (Fig. 48), a de Nossa Senhora da Conceição (Fig. 49). Ao nível da arquitetura civil, salienta-se o edifício dos Paços do Concelho (Fig. 50), os diversos solares e as casas senhoriais da região. Trata-se de uma região com características de povoamento disperso, com as habitações espalhadas pelos terrenos de cultivo em simples aglomerados de poucas casas.



Fig. 48 Capela do Espírito Santo



Fig. 49 Capela de N.ª Sra. da Conceição



Fig. 50 Paços do Concelho

04.2. Rubiães

Na freguesia de Rubiães, onde está inserido o Solar de Antas, mais adiante analisado, há que salientar a igreja românica integrada no roteiro dos peregrinos de Santiago de Compostela, de uma só nave, espaçosa de origem românica. Encontra-se junto á estrada real n.º 30, hoje a estrada nacional 201, que liga Braga a Valença, e tem sofrido algumas alterações ao longo dos anos, principalmente na fachada. No entanto, a capela-mor, o pórtico e as paredes laterais do corpo principal ainda apresentam a traça primitiva.

Após a construção da estrada real em frente á igreja foi necessário rebaixar o adro para a sua regularização, tendo sido encontrado e escavado um cemitério com duas camadas de sepulturas sobrepostas; a servir de sarcófago, encontrou-se mais um marco miliário.



Fig. 51 Igreja de Rubiães (fachada principal)

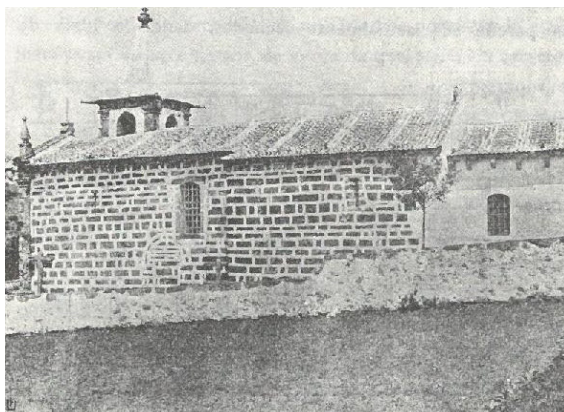


Fig. 52 Igreja de Rubiães (fachada lateral direita)

A capela de São Bartolomeu de Antas (Fig. 53), fundada em 1592 por Lopo d'Antas foi criada com três *capellarias*⁶ de maneira a que houvesse missa todos os dias da semana.

No alpendre que antecede a entrada da capela, encostado à porta principal, situam-se as sepulturas do seu fundador, do pai e dos irmãos. Já no seu interior, encontram-se mais três sepulturas pertencentes aos senhores Montenegros, Pedro d'Antas Bacellar e Barbosa, e Visconde da Carreira, todos eles antigos proprietários do Solar de Antas. Por isso, a capela-mor pertence a estas três famílias e o corpo principal pertence ao povo daquele lugar.



Fig. 53 Capela de São Bartolomeu de Antas

⁶ *Capellania* é a troca da celebração de missas e outros atos de culto pelo capelão, por bens que o próprio entender.

04.3. O Solar de Antas é uma das casas mais antigas do concelho de Paredes de Coura, sabendo-se que as suas raízes históricas remontam a um tempo anterior ao da formação da nação. Como é expectável, tendo em consideração a fundação antiga do solar em causa, o mesmo sofreu, ao longo dos séculos, um conjunto bastante diversificado de alterações.

Situa-se junto à estrada municipal CM 1035, em Rubiães, no Lugar de Antas, em frente à Capela de São Bartolomeu, e a 5 km da A3, o eixo fundamental de ligação ao norte de Espanha e à Galiza, que liga o Porto a Valença e que depois faz ligação até à Corunha.

Sabe-se que no lugar de Antas houve uma vila e que por isso ainda existe um caminho, entre casas, com o nome de “rua”. É aí que se situa o solar e Paço da nobre família Antas, mas que anteriormente, ou até depois, foi também a casa-mãe dos Pereira da Cunha, dos Mantellães, dos Lizouros, dos Boi-a-monte, etc.

Ao lado, situa-se o Paço dos Montenegros, que eram ramo da mesma família: o respetivo paço possui configurações mais recentes, porém há quem confunda as duas casas achando que a dos Montenegros é mais antiga. No entanto, este apenas surgiu quando das ligações de sangue, já que os da casa de Antas, eram senhores da Honra de Frayão.

A família Antas, depois ramificada com os Montenegros da casa de Rodas em Monção, é originária da Terra de Santa Maria da Feira, mas mudou-se para o Minho a partir do século XIV. É uma família de grande importância desde o século XIII, sendo que em 1571 lhes foi concedida Carta de Brasão de Armas pelo Rei D. Sebastião.

Como refere Jorge Pereira de Sampaio (2007), *“A maior parte do lugar de Antas, no século XIX e nos princípios do século XX, estava dividido entre os Antas e o Visconde da Carreira, Bento Malheiro de Pitta, descendente de uma Antas.”*

Segundo informação de Trajano Teles de Menezes (2017) (familiar dos antigos proprietários do Solar de Antas), José Joaquim de Azevedo Antas Bacelar e Barbosa casou com Maria Madre de Deus Pinto do Amaral e Freitas, oriunda de Guimarães, e deixaram como descendentes Pedro de Antas Bacelar e Barbosa e Francisca Rosa de Antas Bacelar e Barbosa.

Com o falecimento dos seus pais, Francisca herdou a Casa do Outeiro em

São Paio de Agualonga, perto do lugar de Antas. Mais tarde, Pedro de Antas Bacelar e Barbosa herdou o Solar de Antas, do seu tio Miguel de Antas, administrador do concelho, e sem descendência.

Como refere Sampaio (2007), [o solar] *"pertenceu a Pedro de Antas Bacelar e Barbosa, irmão da Viscondessa de Peso de Melgaço, da Casa do Outeiro, que a deixou a seus filhos."* Como Pedro de Antas não havia casado e tinha deixado vários filhos bastardos, sem nenhum tipo de estudos ou formação, todo o património herdado acabou por ser gerido apenas por uma das filhas, que mais tarde acabou por vender o solar a um merceeiro da zona. Na década de 1980 foi adquirida por outra família, com o intuito de se tornar numa casa de férias no campo.

Não se sabe ao certo em que ano foi edificado o Solar de Antas, mas sabe-se que é de origem medieval, pois assim o indica a torre que ainda hoje existe (Fig. 54).



Fig. 54 Fachada Principal

É ainda de salientar o valor patrimonial da casa, assim como a sua época de construção, que constituíram argumentos sólidos para que fosse atribuída como de interesse concelhio, por parte da autarquia, e sendo classificada como monumento nacional para o turismo. Tendo em conta este estatuto, na intervenção a realizar procura-se respeitar e valorizar os elementos e imóveis existentes, procedendo-se ainda à substituição daqueles que se encontram em falta.

Na última década do século XVIII o solar foi reedificado, tendo sido alvo de profundas alterações, principalmente pelo seu desenvolvimento em torno da

torre numa planta em «U», onde ao contrário do normal, os braços mais alongados se encontram na zona posterior da casa.

Pires (2013), demonstra através da sua tabela de tipologias de quinta de recreio (e solares) que o Solar de Antas se inscreve numa combinação entre os tipos – F e F1 (Fig. 55).

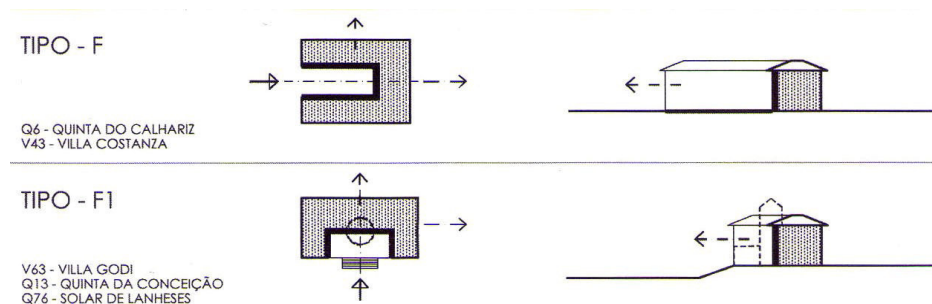


Fig. 55 Tabela de tipologias de Quintas de Recreio (e solares)

Registe-se, portanto que a torre, se neste caso não possui características medievais, é porque resulta das sucessivas alterações a que o conjunto foi sendo sujeito. A torre haveria de ser relativamente modesta, face à que agora existe, foi decerto fruto das reformulações a que o solar foi sendo sujeito, datando esta, na sua configuração, bem como o restante solar, de finais do século XVIII, havendo quem aponte a data de 1791.

Fazendo-se uma comparação com a típica casa solarenga do Minho, é possível compreender a forma de edificar, que adapta os valores utilizados da época com as características regionais, como se verifica no caso concreto dos materiais utilizados e da tipologia adotada.

O Solar de Antas é um exemplo daquilo que João Vieira Caldas (1989) refere quando descreve a casa rural. De facto, constata-se que no Solar de Antas existe uma simetria da fachada, uma exuberância na porta de entrada, um desenho das escadas exteriores simétrico, sendo a sua colocação feita no meio da frontaria pelo adensamento de pilastras, existe uma complexificação das janelas dos extremos para o centro da fachada, são usadas vergas curvas nas portas e nas janelas, contendo alguns adereços, como é o caso da porta principal que apresenta o brasão de armas no seu topo. Outro exemplo notório de que o Solar das Antas se trata de uma casa rural é o facto de a fachada principal estar virada para um jardim.

Mais uma vez o Solar de Antas enquadra-se na definição de solar quando José Sarmiento de Matos (1986), refere que se entende por solar, aquele que

apesar de ser urbano ou rural, deve ser a residência principal da nobreza de província, como era o caso da família Antas.

Comparativamente com as casas analisadas nos casos de estudo, é mais uma vez possível verificar-se que o Solar de Antas se enquadra perfeitamente naquilo a que apelidamos de típico solar minhoto.

Nos cinco casos comparativos, o chamado “piso-nobre” situa-se sempre no primeiro andar e tem o acesso através de uma grande escadaria, por ventura no centro da fachada principal, como é o caso da Casa da Lage. Excetuando este caso, em todas as restantes casas visitadas, a escadaria principal encontra-se sempre numa das extremidades da fachada.

O piso térreo, em todos os casos servia para albergar animais e máquinas agrícolas, sendo de referir que na Casa de Canedo, Casa da Lage e Casa do Outeiro este espaço servia paralelamente como área de apoio à produção de vinho.

Todas as casas, apresentam uma capela no interior da propriedade, com exceção do que se verifica no Solar de Antas e na Quinta de São Roque, em que a capela se situa num local externo aos limites da propriedade.

Da comparação feita, é ainda possível verificar, que todas as casas possuem um edifício adjacente à casa principal que foi adaptado para quartos, assim como uma piscina, elemento considerado essencial para o sucesso do turismo rural neste tipo de edifícios.

É um tipo de casa que contém características sólidas para se enquadrar na definição de “Casa Portuguesa” (Correia et al, 1998, p. 102), onde é descrito que “derivam, como é natural, das condições do «solo» e «clima», e dos «costumes» e «tradição». Foram determinadas e são conservadas tanto por imposições geológicas e, consequentemente, vegetais (materiais de construção) como por exigências de temperatura e meteorológicas.

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura para turismo de habitação

Refere-se a presente memória descritiva e justificativa, à execução do Projeto Final de Mestrado intitulado “Solar de Antas, Reabilitar no Reabilitado – (Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura, para turismo de habitação”, integrada no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura lecionado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

O projeto final de mestrado apresentado, surge com o objetivo de dar resposta à degradação progressiva do património edificado através da sua reconstrução.

Introdução

O estudo do Solar de Antas teve início após as visitas aos casos de estudo com a finalidade de promover um programa que possibilitasse a transformação do edifício em turismo de habitação, seguindo a legislação. Posto isto, é importante referir, algumas características partilhadas entre o Solar de Antas e os casos de estudo analisados, de forma a se cumprirem os requisitos exigidos à execução do projeto.

05.1. Fundamentação Teórica da Intervenção

O estudo da Quinta de São Roque foi essencial na medida em que tal como o Solar de Antas, foi alvo de dois usos com propósitos diferentes ao longo do tempo. A Quinta de São Roque teve na sua origem num conjunto habitacional ligado à atividade agrícola sendo posteriormente transformada numa casa de festas. No seguimento de um incêndio que praticamente devastou na totalidade o edificado, foi alvo de nova intervenção com o intuito de ser usada como casa de família, e finalmente na sua última intervenção como turismo de habitação. De semelhante, também o Solar das Antas foi inicialmente utilizado como uma casa de festas a par com a sua utilização como espaço para a coleta de impostos assim o demonstra a roda de madeira inserida na parede portante da primeira sala após a entrada principal (Ver planta do piso 1). Posteriormente foi convertida para casa de habitação e tendo a presente tese o objetivo de realizar uma nova proposta de projeto para a sua utilização como turismo de habitação.

Na Casa da Lage, a “casa da tulha” foi uma referência para o novo projeto, considerando que no Solar de Antas, a “casa do caseiro” terá também o propósito de integrar mais quartos e uma piscina interior. Todavia é de salientar que enquanto na Casa da Lage apenas houve uma adaptação a novos usos, no Solar de Antas pretende-se realizar uma adaptação e uma relocação,

visto que o projeto prevê a construção de um novo edifício anexo à casa principal.

Após uma intensa investigação no âmbito do património, considera-se importante fazer referência a alguns pontos, de seguida expostos:

Como refere a Carta de Cracóvia (2000), antes de se iniciar qualquer projeto de arquitetura devem ser levadas a cabo um conjunto de decisões, escolhas e responsabilidades relacionadas com o património entendido no seu cômputo geral. Deve haver um respeito pelo património e a intervenção a ser realizada, sendo sempre que possível, mantida a função original do edifício, as materialidades e estruturas existentes. É de referir que todas as decisões tomadas no projeto para o Solar de Antas tiverem sempre na sua essência o pressuposto acima mencionado.

Ainda no âmbito do tema da intervenção no património, optou-se por fazer-se uma intervenção direta, que se relaciona com a preservação do bem patrimonial com técnicas adequadas e evitando adicionar novos materiais. Neste sentido, o projeto visou a manutenção dos materiais já existentes.

Tendo em conta que o grau de intervenção deve estar claramente definido antes de qualquer tipo de intervenção física, realizou-se uma profunda pesquisa e reflexão de forma a apurar qual o mais adequado ao Solar de Antas.

Todavia é de mencionar que mesmo no início dos trabalhos, sempre esteve implícita a necessidade de utilizar a reabilitação como grau de intervenção a aplicar no projeto do solar.

De facto, para o presente projeto de mestrado não seria possível seguir a visão de Feilden e Jokilehto, que defendem que a reabilitação deve seguir de forma mais próxima possível a função original, podendo apenas haver alterações ao nível das instalações. Deste modo, optou-se por se seguir a visão de Juan Monjo Carrió que defende que quando um edifício se encontra deteriorado devido ao seu estado patológico, poderá ser objeto de uma alteração a um novo uso, daí a alteração de casa de família para turismo de habitação.

Não obstante, a escolha pela segunda visão supracitada, também se teve em consideração as teorias dos dois primeiros autores, tendo-se sempre a preocupação de respeitar os espaços originais e a estrutura.

É ainda de referir, que tal como o próprio título para a dissertação indica, a reabilitação foi imediatamente reconhecida como um grau de intervenção cuja necessidade de aplicação ao Solar das Antas seria imperativa.

Não obstante, existiu necessidade de se efetuar uma profunda pesquisa e consequente reflexão de forma a conhecer outros graus de intervenção e avaliar a possibilidade de aplicar os mesmos ao caso específico do Solar de Antas, tendo-se por objectivo a maximização do potencial do espaço.

Após este intenso estudo, chegou-se à conclusão que de facto a aplicação do grau de intervenção “ampliação” (através da demolição da casa do caseiro, cujo valor patrimonial era nulo, e da construção de um novo edifício neste local) possibilitaria não só uma ocupação mais rentável do espaço como também serviria de complemento às estruturas que não poderiam ser instaladas na casa principal devido à preocupação constante da manutenção do valor patrimonial da mesma, como por exemplo, a instalação de um maior número de quartos.

Deste modo, pode-se então inferir que o projeto da transformação do Solar de Antas em turismo de habitação assenta em dois graus de intervenção principais, a “reabilitação” (utilizado maioritariamente na casa principal) e a “ampliação” (através da construção de um edifício novo no espaço exterior à casa principal). É ainda de referir, que a utilização destes dois graus de intervenção foi realizada sempre de forma harmoniosa, de forma a se manter o valor histórico do lugar, conjugando-o com um presente mais recente.

A reabilitação do Solar de Antas pretende fomentar o desenvolvimento turístico de Paredes de Coura, através da reutilização do património edificado daquela zona.

Como já referido anteriormente, para além do significado que este edifício tem para a freguesia de Rubiães, enquanto parte da sua memória, o mesmo apresenta ainda características arquitetónicas de elevado interesse e, por essa razão, estas devem ser preservadas.

De seguida passa-se à explicitação completa da intervenção prática:

O Solar de Antas apresenta-se num terreno com 10.235 m², composto pela casa principal, o edifício novo, espigueiro, pátio, zona de piscina, vinha, pomar e jardins.

05.2. Intervenção Prática

A fachada principal está orientada a nascente (confrontando-se de frente com a Capela de São Bartolomeu), a fachada posterior a poente, e as duas fachadas laterais, a norte e sul, respetivamente.

O edifício é desenvolvido em três pisos, sendo que na proposta inerente à presente dissertação propõem-se um novo piso subterrâneo (pisso -1), de apoio à cozinha e à zona técnica da piscina. Entendeu-se que o piso térreo teria um carácter mais público no que concerne a espaços de festas e receção de maiores quantidades de pessoas; o piso 1 deverá ser semiprivado por ser o piso de entrada principal, mas também por ter uma área de quartos. O último piso, o segundo piso, será um piso com um carácter mais reservado visto que apenas serve para quartos.

A proposta para o novo edifício, é de apenas um piso, com quartos e piscina interior.

Solar

No piso -1, o acesso poderá ser realizado através de umas escadas a partir da cozinha ou pelo portão com acesso para o exterior. A sala de apoio à cozinha é integra a despensa de frios, armazém de produtos alimentares e sala do lixo. Ainda neste piso, a zona técnica da piscina é distribuída por uma sala de máquinas que garantem o correto funcionamento da piscina exterior e uma sala de arrumos.

O piso superior, o piso 0, é composto por vários compartimentos com paredes divisórias, essencialmente em alvenaria de granito à vista, e escassos vãos de iluminação e ventilação em algumas das salas, características que indiciam que este espaço foi utilizado com as funções de cortes de animais, adega, celeiro e zonas de arrumos.

É ainda essencial referir, que o Solar foi alvo de uma intervenção no ano de 1986, sendo que alguns dos elementos que advieram desta intervenção foram usados no projeto de reabilitação aqui apresentado.

Com efeito, em 1986, a proposta foi a de recriar na zona de cocheiras uma zona de garagem, no salão polivalente 3 uma sala de jogos, e no salão polivalente 2, dois quartos com instalação sanitária privativa e outra pública.

A adega permaneceria com a função de garrafeira, sendo nos três salões polivalentes laterais (salões 4, 5 e 6) instalados mais quartos com instalação sanitária privativa, sendo o acesso a estes realizado somente através do exterior, enquanto na sala oposta à garagem (atual cozinha), se instalaria mais um quarto e uma zona de arrumos (ver planta de levantamento, em anexo). Na proposta de projeto atual, o piso 0 será um dos acessos ao edifício quando não se justificar a entrada pelo “piso nobre” visto que este último será mais utilizado para a realização de eventos tendo em conta que apresenta seis salas polivalentes. Além de ser utilizado para este fim, será também a sala de pequenos-almoços dos hóspedes instalados no solar (na sala polivalente 1). Também neste piso estará situada a cozinha que fornecerá as refeições a todo o turismo de habitação. Através da sala polivalente 1 é possível o acesso à garrafeira da casa e a umas instalações sanitárias de apoio ao piso.

O piso 1, ou “piso nobre” é o principal da casa visto que é onde se encontram as dependências principais.

É o piso que se destaca em toda a casa pela qualidade e detalhe dos acabamentos, como os tetos de madeira em caixotão pintados, um considerável número de vãos de iluminação ou a ventilação com portadas em madeira e paredes interiores em tabique - exceto as que cumprem funções estruturais em alvenaria de granito – o que permite deduzir que ali se cumpriam as funções mais nobres do edifício. Com a reabilitação de 1986, houve algumas modificações relativas aos espaços interiores, principalmente com a construção de quatro quartos virados a poente, cada um deles com instalação sanitária. As escadas em betão armado, que dão acesso a todos os pisos da casa, são também um elemento acrescentado nessa altura. É ainda de referir que nesta intervenção, as salas principais passariam a ser salas de estar.

A atual proposta de projeto pretende transformar o piso nobre no espaço de maior convivência social da casa possibilitado pela sala de estar, biblioteca, sala do piano e sala de jogos.

É ainda de referir, que também este piso possibilita o alojamento através dos dois quartos disponíveis.

O piso 2, o último do edifício principal, na sua forma original ocupava unicamente o espaço da torre que pode ser observada da fachada principal. Foi somente em 1986 que foram adicionados quatro quartos, virados a poente, cada um com sua instalação sanitária, sendo na torre principal instalada uma suite com instalação sanitária. Na nova proposta de projeto, apenas se alterou os quartos virados a poente, que passaram de quatro para três, de forma a cumprir a legislação atualmente vigente que obriga a uma área mínima de 12 m² para os quartos.

A cobertura varia entre duas e quatro águas.

Edifício Novo

O novo edifício foi proposto com o intuito principal de aumentar o número de quartos, conseguindo-se assim explorar de forma mais eficaz o potencial do turismo de habitação.

Encontra-se situado à cota 95, estando a cobertura à cota do pavimento do solar. Isto faz com que seja possível a circulação na sua cobertura que é ajardinada e possibilita a criação de um miradouro.

A entrada é realizada através da rampa de acesso que vem da zona da piscina exterior e faz-se pelo alçado nascente, quase totalmente enterrado.

Tanto a piscina interior, como os quartos estão virados a poente de forma a melhor aproveitar a boa exposição solar do lugar, formando assim a fachada principal do edifício. É possível o alojamento em cinco quartos idênticos, com exceção do quarto 5 que tem uma zona de sala de estar, tornando-o numa suite, e do quarto 1 que contrariamente aos outros (que têm apenas uma varanda), possui pátio exterior. É também possível o acesso à piscina interior e aos balneários de apoio à piscina através do corredor de distribuição dos quartos. Ao lado da entrada dos balneários também existirá uma zona de arrumos de apoio a este novo edifício.

Construtivamente, está projetada uma parede portante de betão armado, que serve como muro de contenção de terras na parte que se encontra enterrada. No interior, as divisões serão feitas por paredes de alvenaria rebocadas e o pavimento dos quartos será de soalho com orientação horizontal relativamente aos vãos exteriores.

Na zona da piscina e dos balneários, o revestimento do pavimento e das

paredes será feito através de pastilha de vidro sendo que no corredor de distribuição, as paredes serão de alvenaria rebocada com pavimento de soalho, semelhante ao dos quartos.

Fachadas

Na fachada principal destaca-se a torre ao centro determinada por pilastras rematadas por pináculos e a escadaria de acesso ao andar nobre. A porta de acesso principal é encimada por um frontão contracurvado, pela pedra de armas de estilo rococó, e ladeado por janelas de lintel curvo, que se encontram já no terceiro piso e que se elevam bem acima da linha do telhado. Os restantes vãos dos outros corpos exibem o mesmo remate no andar nobre, ligando-se a outros de verga reta no piso térreo. As pilastras e o friso têm também um papel importante, já que estes elementos acentuam a separação entre os andares.

No mesmo eixo da escadaria principal situa-se o portão principal de acesso à propriedade, aberto no muro de separação entre a via pública e o pátio da entrada. O muro supracitado é formado por pilastras a partir das quais se elevam as aletas de ligação aos dois pilares que definem o portão, encimados por pináculos de grandes dimensões. Relativamente ao projeto atual, não haverá qualquer modificação nesta fachada.

A fachada posterior (fachada poente) é caracterizada pelos dois braços alongados nas extremidades da fachada, encimados cada um deles por uma chaminé, e alberga também o pátio. Tendo em conta que é nesta fachada que se localizam as escadas (de serviço) de acesso à cozinha no andar nobre é bastante provável que o uso dos serviços fosse realizado por este local.

Através desta fachada é também possível o acesso ao andar térreo através das janelas/portas que dão acesso às salas polivalentes, cocheiras e adega. Na restante fachada existem cinco janelas de forma retangular no piso superior e duas janelas/portas no piso térreo.

O acesso à cozinha no andar nobre é feito pelas escadas de serviço anteriormente mencionadas e que se encontram à direita da fachada. Do lado esquerdo, situa-se a entrada para as antigas cocheiras feita através

de dois arcos elípticos com uma moldura em cantaria. No topo destes é possível observar-se uma varanda com duas aberturas para uma das salas principais da casa.

Devido à intervenção de 1986, o Solar de Antas sofreu alterações relativamente à composição desta fachada, já que se verifica a ampliação do piso 2 na zona do telhado de duas águas. Posto isto, é possível observar-se um conjunto de cinco vãos, todos eles no seguimento dos vãos dos andares inferiores.

No projeto atual, apenas serão inseridas três janelas nos quartos do piso 2 devido à morfologia interior.

No que concerne às restantes fachadas, não se efetuaram quaisquer tipos de modificações.

Com a nova proposta de projeto, foram retiradas as escadas de serviço de acesso à cozinha (no pátio das traseiras) disponibilizando assim uma maior área exterior e uma melhor vista através dos vãos virados a poente.

Ainda na fachada poente, foram adicionados três vãos aos dois originalmente existentes no piso térreo de forma a conferir uma leitura simétrica de toda a fachada, isto tendo em conta que estes novos vãos ficam alinhados com os vãos do piso superior.

A cobertura dos quartos instalados no piso 2 passou de uma cobertura inclinada para plana, e por isso foram colocadas janelas cúpula nas instalações sanitárias.

Na fachada norte da casa existe também uma ligação da via pública para a propriedade através de um outro portal, com pilastras laterais e lintel curvo, rematado por merlões chanfrados.

Como já referido anteriormente, o projecto desenvolvido comporta dois edifícios principais: por um lado, o solar, com um carácter de edifício principal visto que é onde se encontram todas as dependências principais da casa, tal como a receção, salas de estar e cozinha. Por outro lado, o novo edifício apresenta somente um carácter mais secundário visto que neste apenas se encontram os quartos e a piscina interior.

Através do estudo levado a cabo com a visita a cinco solares com características semelhantes ao Solar de Antas foi possível auferir, através da comparação com estes casos de estudo, qual o local/piso mais indicado para integrar cada dependência da casa.

Com o intuito de manter o carácter próprio dos solares minhotos, expõem-se de seguida um conjunto de quadros de áreas respectivos a cada piso:

O **piso -1** divide-se na zona técnica da cozinha e na zona técnica da piscina.

Quadro de áreas – Piso -1		
Compartimentos		Área útil
Corredores	Zona técnica da cozinha	15,18 m ²
	Zona técnica da piscina	124,56 m ²
Apoio à cozinha	Despensa de frios	5,20 m ²
	Armazém de produtos alimentares	9,10 m ²
	Sala do lixo	5,20 m ²
	Despensa de dia	6,40 m ²
	Sala das máquinas	12,50 m ²
Apoio à piscina	Arrumos 1	10,50 m ²
	Arrumos 2	10,50 m ²

Fig. 56 Quadro de áreas do Piso -1

O **piso 0** divide-se em seis salas polivalentes, cozinha e adega.

Quadro de áreas – Piso 0		
Compartimentos		Área útil
Corredores	Hall das escadas	18,58 m ²
Salas Polivalentes	Sala 1	92,97 m ²
	Sala 2	43,35 m ²
	Sala 3	55,84 m ²
	Sala 4	26,00 m ²
	Sala 5	26,00 m ²
	Sala 6	26,00 m ²
Sala Anexa	Distribuição	7,14 m ²
	Garrafeira	13,84 m ²
	Antecâmara	2,94 m ²
Cozinha	Antecâmara	4,00 m ²
	Cozinha	42,00 m ²
Instalações Sanitárias	I.S. Femininas	4,10 m ²
	I.S. Masculinas	4,10 m ²

Fig. 57 Quadro de áreas do Piso 0

05.3.

Programa Funcional
e Organograma
Proposto

O **piso 1**, ou “ piso nobre”, onde se encontra a entrada principal com receção, divide-se em salas e quartos.

Quadro de áreas – Piso 1		
Compartimentos		Área útil
Corredores	Hall das escadas	4,29 m ²
	Corredor dos quartos	33,13 m ²
Salas	Acesso Principal	33,20 m ²
	Salão 1	43,35 m ²
	Salão 2	55,84 m ²
	Salão 3	26,00 m ²
	Sala do Plano	26,00 m ²
	Sala de Jogos	26,00 m ²
	Sala de Estar/Biblioteca	51,76 m ²
Quartos	Quarto 1	18,33 m ²
	Instalação Sanitária (Quarto 1)	5,73 m ²
	Quarto 2	14,96 m ²
	Instalação Sanitária (Quarto 2)	5,63 m ²
Instalações Sanitárias	I.S. Mistas	10,29 m ²

Fig. 58 Quadro de áreas do Piso 1

O **piso 2**, divide-se apenas em quatro quartos.

Quadro de áreas – Piso 2		
Compartimentos		Área útil
Corredores	Corredor dos quartos	26,73 m ²
Quartos	Quarto 3	12,75 m ²
	Instalação Sanitária (Quarto 3)	5,76 m ²
	Quarto 4	12,75 m ²
	Instalação Sanitária (Quarto 4)	5,76 m ²
	Quarto 5	24,45 m ²
	Instalação Sanitária (Quarto 5)	5,76 m ²
	Quarto 6	20,40 m ²
	Instalação Sanitária (Quarto 6)	6,73 m ²
	Vestíbulo (Quarto 6)	5,26 m ²

Fig. 59 Quadro de áreas do Piso 2

O **edifício novo**, permite o alojamento em cinco quartos idênticos. É também possível o acesso à piscina interior e aos balneários de apoio.

Quadro de áreas – Edifício Novo		
Compartimentos		Área útil
Corredores	Corredor dos quartos	96,30 m ²
	Corredor acesso aos balneários	8,45 m ²
	Corredor acesso à piscina	2,98 m ²
Piscina	Piscina	81,64 m ²
	Zona de descanso	111,30 m ²
	Balneário Feminino	14,64 m ²
	Balneário Masculino	11,93 m ²
Quartos	Quarto 1	35,28 m ²
	Instalação Sanitária (Quarto 1)	6,70 m ²
	Quarto 2	43,23 m ²
	Instalação Sanitária (Quarto 2)	6,70 m ²
	Quarto 3	39,20 m ²
	Instalação Sanitária (Quarto 3)	6,70 m ²
	Quarto 4	38,29 m ²
	Instalação Sanitária (Quarto 4)	6,70 m ²
	Quarto 5	49,30 m ²
	Instalação Sanitária (Quarto 5)	6,70 m ²
Zonas exteriores	Pátio do quarto 1	43,47 m ²
Armazéns	Armazéns de apoio aos quartos	

Fig. 60 Quadro de áreas do Edifício Novo

Tal se verificava nas típicas casas desta época, também no presente projecto existiu uma tentativa de relacionar a casa com o jardim. Deste modo, propôs-se, na intervenção de 1986, um jardim tipicamente barroco com um dos elementos mais importantes, a água, apresentado através de uma fonte de 7 metros de diâmetro no mesmo eixo da escadaria principal. A rodear esta fonte, encontram-se arbustos típicos de um jardim francês, também conhecido por jardim clássico.

Se até aqui foi somente descrita a entrada de acesso pedonal, far-se-á neste ponto a descrição da entrada de veículos, que será realizada através de um outro portão, próximo deste de acesso pedonal, e que dará acesso ao estacionamento e ao piso -1. Junto desta rampa de acesso existirá uma zona para cultivo de vinhas, que tal como ocorre na zona norte do país, serão cultivadas num terreno com um desnível de 3 metros (vinhas em socalco).

Estando de frente para a casa principal encontra-se na lateral esquerda, nas traseiras do muro de contenção, a zona de piscina exterior. Nesta zona da piscina encontra-se também um espigueiro assim como um pomar, que foi integrado nesta área, de forma a que sejam aí desenvolvidas atividades ao ar livre para os clientes do turismo de habitação.

Ainda no que diz respeito ao espigueiro, poderá ser relevante referir que o mesmo se encontra elevado do solo de forma a evitar a entrada a animais roedores. Este espigueiro possui também pequenas aberturas nas fachadas de forma a permitirem uma correcta ventilação e consequente secagem das espigas.

Do lado Sul, encontra-se uma casa que era utilizada como lugar para guardar os animais e como domicílio do caseiro e que no presente projecto foi demolida de forma a dar lugar ao novo edifício.

05.4.

Opções de Arranjos Exteriores

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura para turismo de habitação

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura para turismo de habitação

Atualmente, observa-se uma tendência progressiva no que concerne à reabilitação de edifícios com valor patrimonial em turismo de habitação, conseguindo-se deste modo uma rentabilização dos espaços, através da captação de novos recursos económicos, e evitando-se simultaneamente a degradação dos imóveis.

Desta forma, e tendo em conta o enorme empobrecimento e desertificação de certas zonas rurais, é cada vez mais essencial explorar, estudar e definir, do ponto de vista arquitetónico, a melhor forma de converter edifícios históricos, degradados pela passagem do tempo que possibilitem dar um novo uso ao edificado, contribuindo paralelamente para a dinamização económica e social das localidades onde se inserem, justificando-se deste modo a pertinência da presente dissertação de mestrado.

De facto, a presente dissertação teve como objetivo primordial a intervenção no Solar de Antas, uma casa nobre, devoluta há mais de trinta anos, na zona de Paredes de Coura, numa unidade hoteleira.

Numa primeira fase, verificou-se ser obrigatório realizar uma intensa pesquisa e reflexão que permitisse identificar e definir os diversos graus de intervenção para que assim se possam aplicar corretamente na atividade quotidiana. Do estudo levado a cabo concluiu-se, que tal como seria expetável, o grau de intervenção “reabilitação”, será o grau de intervenção a aplicar no caso específico do Solar de Antas, isto tendo em conta que se pretende dar um novo uso, conservando o enorme valor patrimonial do mesmo, que foi visto não só como essencial para a preservação da história do Solar, mas também como um fator de vantagem para a atração de clientes.

Numa segunda fase, foi imperativo realizar um estudo com um carácter mais prático, que possibilitasse tirar conclusões relativas a outros graus de intervenção que permitissem potencializar a totalidade do espaço existente na propriedade do Solar de Antas. Para que melhor se pudesse responder ao segundo objetivo da dissertação, foram definidos cinco casos de estudos correspondentes a casas senhoriais, localizadas na região do Minho e que foram alvo de uma intervenção para a conversão em turismo de habitação no passado, e que partilham algumas características com o Solar de Antas. Da análise dos casos de estudo, concluiu-se que, para além da reabilitação, houve também a necessidade de se empregar o grau de intervenção

“ampliação” de forma a melhor aproveitar todo o espaço envolvente da casa principal e a responder às necessidades do conceito de turismo de habitação.

No que concerne ao conceito de “ampliação”, foi construído de raiz um novo edifício no mesmo lugar da antiga casa dos caseiros, cuidando sempre a harmonização do mesmo com a casa principal, e conseguindo-se simultaneamente um acréscimo de novos quartos e um aumento de áreas para atividades lúdicas de apoio ao alojamento.

É ainda de referir que toda a propriedade foi adaptada com o intuito de maximizar o espaço existente, providenciando todas as condições necessárias para o correcto funcionamento de um turismo de habitação.

Em jeito de conclusão, é relevante referir que a investigação foi realizada num período de tempo limitado com objetivos definidos para um maior contributo para o conhecimento, e possibilitou também abrir novos eixos de interesse a investigação futura.

Referências Bibliográficas

- Aguiar, M. (2001). *Postítulo en Restauración de Monumentos*. Brasil: Salvador da Baía.
- Almeida, J. (2014). *Reabilitação do Património Edificado Corrente. Estratégias de Intervenção na Casa Burguesa do Porto* (Dissertação de Mestrado). Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/76956?locale=pt>.
- Andrade, N., Brito, P. L. & Jorge, W. E. (2000). *Hotel: Planejamento e projeto*. São Paulo: Editora Senac.
- Azeredo, F. P. (1978). *Casas Senhoriais Portuguesas*. Braga: Livraria Cruz.
- Azevedo, C. (1971). *O Século XVIII – Carácter da casa barroca*. In Solares Portugueses. Lisboa: Editorial Minerva.
- Binney, M. (1987). *Casas Nobres de Portugal*. Lisboa: Didel.
- Brandi, C. (2006). *Teoría do Restauo*. Amadora: Edições Orion.
- Caldas, J. V. (1989), "Casa Rural" in *Dicionário da Arte Barroca*, (dir. J.F. Pereira, coord. P. Pereira), Lisboa: Presença.
- Caldas da Costa, J. E. (1987). *Foral da Terra de Coura. Leitura e Notas*. Paredes de Coura: Câmara Municipal de Paredes de Coura.
- Carrió, J. (1998). *Presentación*. In L. Gilbert Trueba, & R. Bestard Martínez (Eds.), *Tratado de Rehabilitacion Vol. 2* (p. 7). Madrid: Editorial Munilla-Lería.
- Carta de Atenas (1931). *Carta de Atenas sobre o Restauo dos Monumentos*.
- Carta de Burra (1979). *Carta del ICOMOS Australia para Sitios de Significación Cultural*. Paris: ICOMOS.
- Carta de Cracóvia (2000). *Princípios para a Conservação e o Restauo do Património Construído*. Paris: ICOMOS.
- Carta de Lisboa (1995). *1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana Integrada*.
- Carta de Veneza (1964). *II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos*. Paris: ICOMOS.
- Correia, A., Sérgio, A., Pereira, A., Godinho, A., Zúquete, A., Fonseca, J. (1998). *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vol. 6). Página Editora.
- Correia, M. (2005). 'A Habitação Vernácula no Alto Minho, Portugal'. In *Piedras com Raíces – La revista de nuestra arquitectura vernácula*. Nº-10/ Verano 2005. Cáceres, España: Asociación por la Arquitectura Rural de Extremadura, pp.27-37.

- Correia, M. (2007). *Teoría de la conservación y su aplicación al patrimonio en tierra*. In *Apuntes* vol. 20, núm. 2 (p. 202-219). Bogotá: Pontificia Universidade Javeriana.
- Correia, M. (2009). *Conservation Intervention in Earthen Heritage: Assessment and significance of failure, criteria, conservation theory and strategies*. (Tese de Doutoramento). Oxford: Oxford Brookes University.
- Cunha, N. (1909). *No Alto Minho Paredes de Coura*. (Edição facsimilada, 2001). Porto.
- Documento de Nara sobre a Autenticidade (1994). Paris: ICOMOS.
- Feliciano, A. M. & Leite, A. S. (2015). *A Casa Senhorial como Matriz da Territorialidade. A região de Torres Vedras entre o Tempo Medieval e o Final do Antigo Regime*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Feilden, B. (2004). *Conservation of Historic Buildings*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann.
- Feilden, B. & Jokilehto, J. (1998). *Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites*, (2nd Ed.). Rome: ICCROM.
- Fernández, E. (2011). *Rehabilitación del Convento De San Francisco de Pontevedra en una Biblioteca Social* (Dissertação de Mestrado). Disponível no RCAAP: <http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/8703>.
- Freitas, V. (2012). *Manual de Apoio ao Projeto de Reabilitação de Edifícios Antigos*. Porto: Ordem dos Engenheiros da Região Norte.
- González-Varas, I. (2008). *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Guerra, L. (1925). *Tôres Solarengas do Alto Minho*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- IPPAR (Pereira, Paulo et al) *Intervenções no Património 1995-2000*. Lisboa: IPPAR.
- IPPAR (Pereira, Paulo et al) *Intervenções no Património. Balanço. 2000-2006*. Lisboa: IPPAR.
- Jokilehto, J. (2004). *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Elsevier Butterworth Heinemann.
- Lopes, F. (2012). *Património Arquitetónico e Arqueológico. Noção e Normas de Proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

- Lopes, F. (2013). *Zonas de Proteção ao Património Arquitetónico. Para que servem?* Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Matero, F. (1995). *A programme for the conservation of architectural plasters in earthen ruins in the American Southwest. Conservation and Management of Archaeological Sites*. London: James & James.
- Matero, F. (1999). *The conservation of plasters in earthen archeological sites. Conserving Earthen Architecture. Cultural Resource Management (CRM)*. Washington: National Park Service.
- Matero, F. (2003). *Managing change: The role of documentation and condition survey at Mesa Verde National Park*. Journal of the American Institute for Conservation.
- Matos, J. S. (1988). "Quinta de Recreio" in *Dicionário da Arte Barroca*.
- Matos, J. S. (1989). "Solar" in *Dicionário da Arte Barroca*, J.F. Pereira (direção); P. Pereira (coordenação). Lisboa: Editorial Presença.
- Oliveira, R. (2003). *Análise de Práticas de Conservação e Reabilitação de Edifícios com Valor Patrimonial* (Dissertação de Mestrado). Disponível no RCAAP: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/12416>.
- Orbasli, A. (2008). *Architectural Conservation. Principles and Practice*. Oxford: Blackwell Pub.
- Paiva, M. (2004). *As Portadas na Arquitectura Civil do Concelho de Ponte de Lima: Estruturas, Funções e Significados* (Dissertação de Mestrado). Disponível no RCAAP: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/19454?locale=pt>.
- Património Cultural – Direção-Geral do Património Cultural. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73416>.
- Pereira, P. (1996). "Intervenções no Património. Breve síntese" in *Intervenções no Património. 1995-2000*. Lisboa: IPPAR.
- Pereira, P. (2005). *Património Edificado. Pedras Angulares*. Lisboa: Aura.
- Pereira, P. (2007). "As formas" in *Minho. Traços de Identidade*. Braga: Universidade do Minho. p. 138-258.
- Pimenta, A. (2015). *Intervenção em Edifícios Antigos de Arquitetura Corrente* (Dissertação de Mestrado). Disponível no RCAAP: <http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/12828>.

- Pires, A. (2013). *A Quinta de Recreio em Portugal*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Sampaio, J. (2007). *A Sombra das Casas*. Paredes de Coura: Câmara Municipal de Paredes de Coura.
- Silva, A. (1958). *Nobres Casas de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins.
- Silva, L. (2006). Os impactos do turismo em espaço rural. *Antropologia Portuguesa*. Vol. 22/23, p. 295-317.
- Silva, M. & Silva, C. (2007). *Carta Arqueológica de Paredes de Coura*. Paredes de Coura: Câmara Municipal de Paredes de Coura.
- Stubbs, J. H. (2009). *Time Honored. A Global View of Architectural Conservation*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Turihab (2013). Solares de Portugal. Disponível em: <http://www.solaresdeportugal.pt/PT/>.
- Venda, C. (2008). *Reabilitação e reconversão de usos: o caso das pousadas como património* (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395137857202/disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>.
- Warren, J. (1999). *Conservation of Earth Structures*. London: Butterworth Heinemann.

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura para turismo de habitação

ANEXOS



A.
Levantamento
Fotográfico



1. Solar visto do exterior
2. Muro envolvente
3. Solar ao fundo e Capela de S. Bartolomeu do lado direito
4. Portão de entrada principal
5. Pormenor do remate do portão de entrada principal
6. Fachada principal
7. Torre
8. Degraus da escadaria principal



9. Portão de entrada para o pátio visto do exterior

10. Portão de entrada para o pátio visto do interior

11. Fachada posterior

12. Escadas de acesso à zona de serviços

13. Vista do corpo alongado para a fachada posterior

14. Pormenor da fachada posterior

15. Remate da varanda

16. Vista da varanda do piso 1 através da zona de serviço





- 17. Entrada através da fachada sul
- 18. Casa do caseiro
- 19. Espigueiro
- 20. Fachada principal da casa do caseiro
- 21. Vista longitudinal do espigueiro



- 22.** Corte de animais (sala polivalente 3 da proposta)
- 23.** Corte de animais (sala polivalente 1 da proposta)
- 24.** Corte de animais (cozinha da proposta)
- 25.** Corte de animais (sala polivalente 1 da proposta)
- 26.** Corte de animais (cozinha da proposta)
- 27.** Sequência de salões do "piso-nobre"
- 28.** Canto de sala (salão 1 da proposta)
- 29.** Pormenor de um vão envolvida numa verga



- 30. Sala (salão 1 na proposta)
- 31. Pormenor da lareira
- 32. Vista das escadas de betão
- 33. Sala (sala de estar/biblioteca da proposta)
- 34. Conversadeiras
- 35. Forno de pedra
- 36. Abertura para armário de cozinha

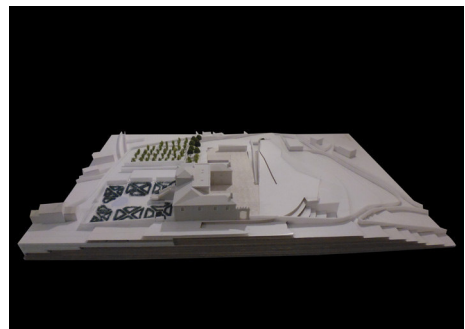
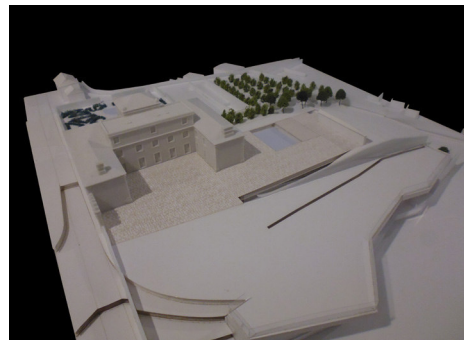
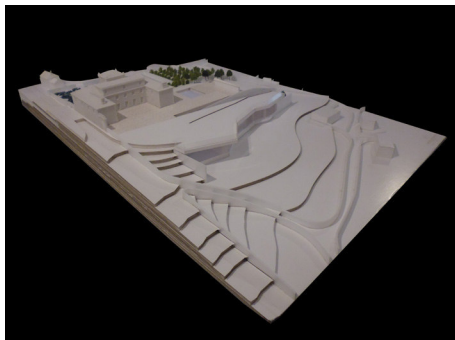
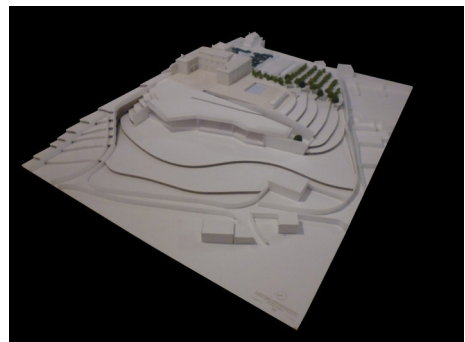
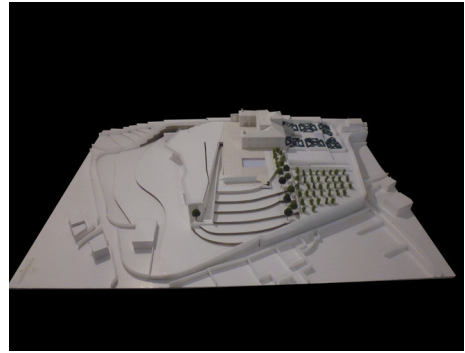
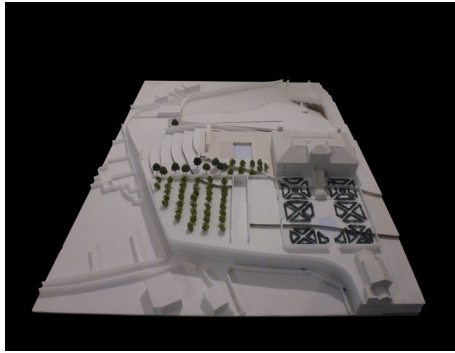


- 37.** Roda vista do corredor interior
- 38.** Roda vista da sala de acesso principal
- 39.** Teto em masseira
- 40.** Pormenor de teto em masseira
- 41.** Pormenor de teto em masseira
- 42.** Vista do teto em masseira do piso 2
- 43.** Quarto do piso 2

Todas as imagens apresentadas referem-se ao Solar de Antas, localizado no concelho de Paredes de Coura.

As imagens são de 2015, da autoria de Teresa Correia.

B.
Fotografias da
Maquete



Seguidamente são apresentados os painéis apresentados na defesa do projeto final de mestrado.

C.
Painéis de
Apresentação

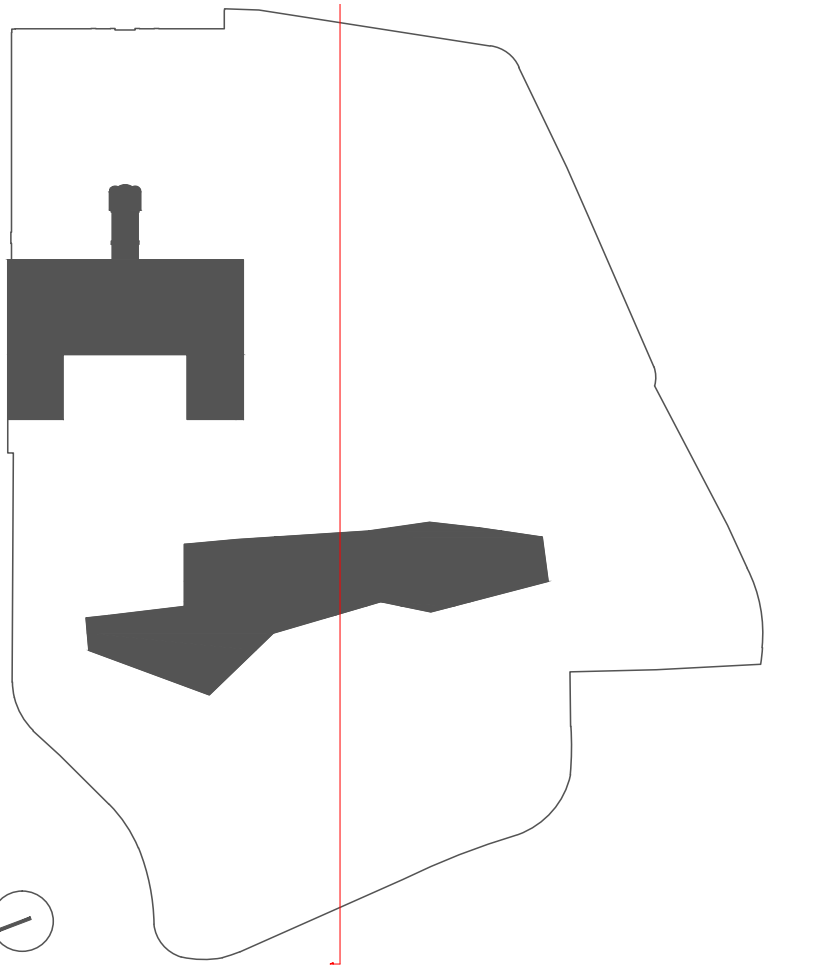
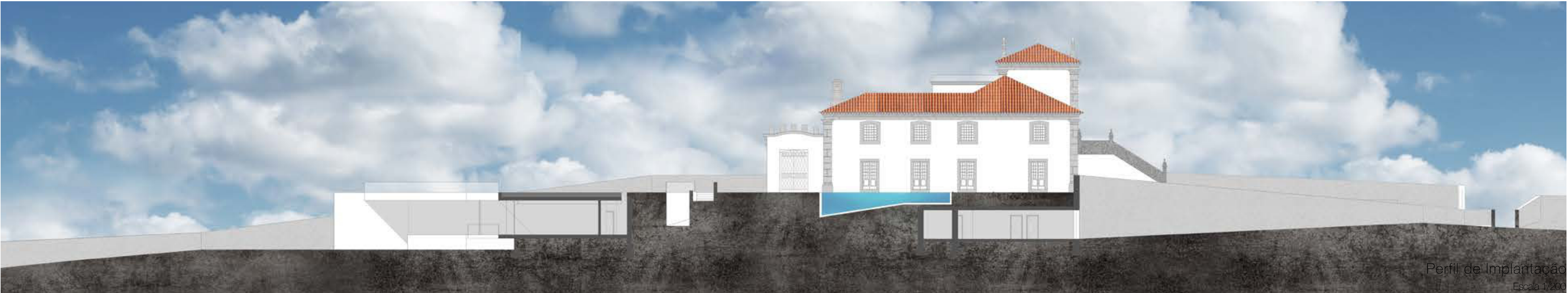
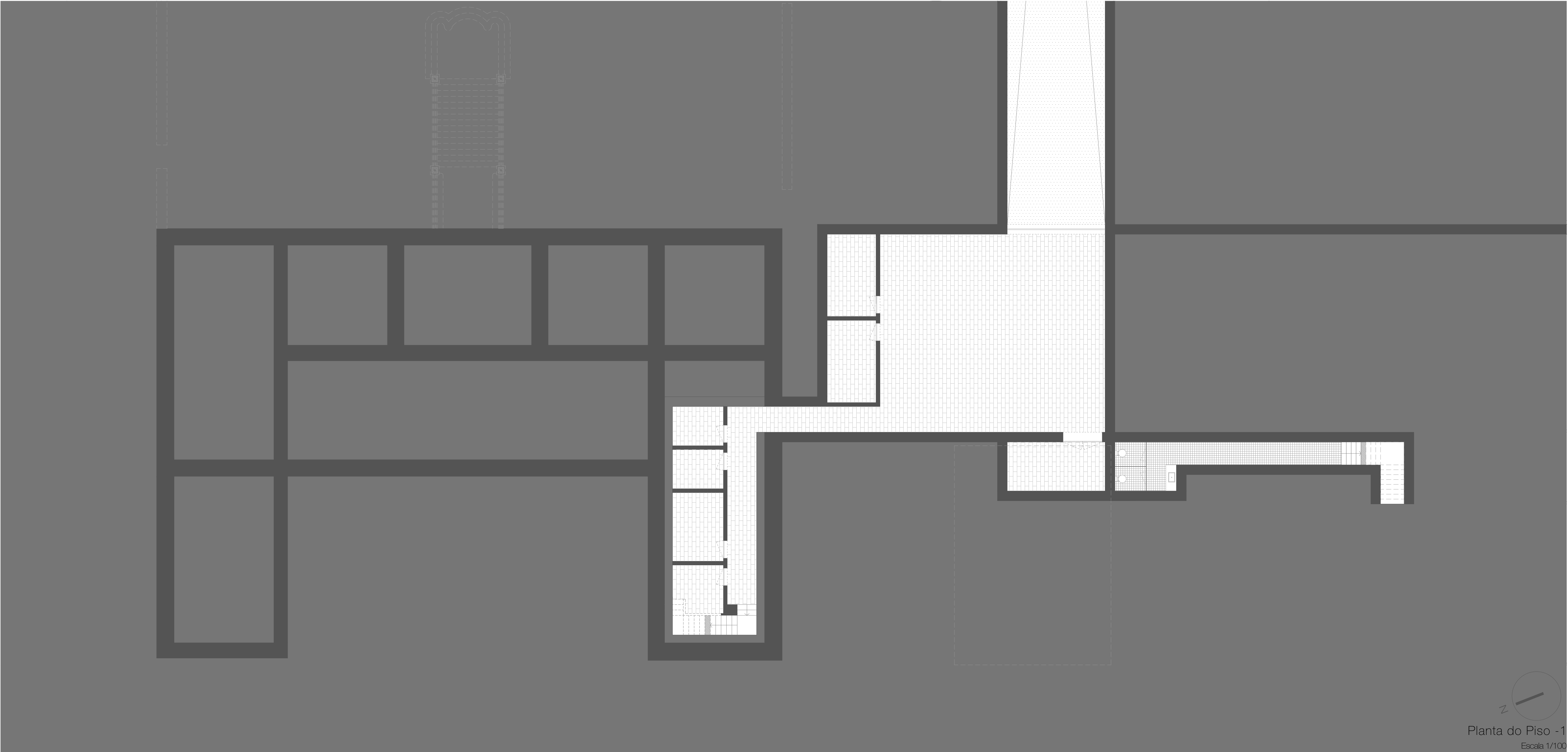
Solar de Antas, Reabilitar no Reabilitado

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura, para turismo de habitação



Solar de Antas, Reabilitar no Reabilitado

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura, para turismo de habitação



Solar de Antas, Reabilitar no Reabilitado

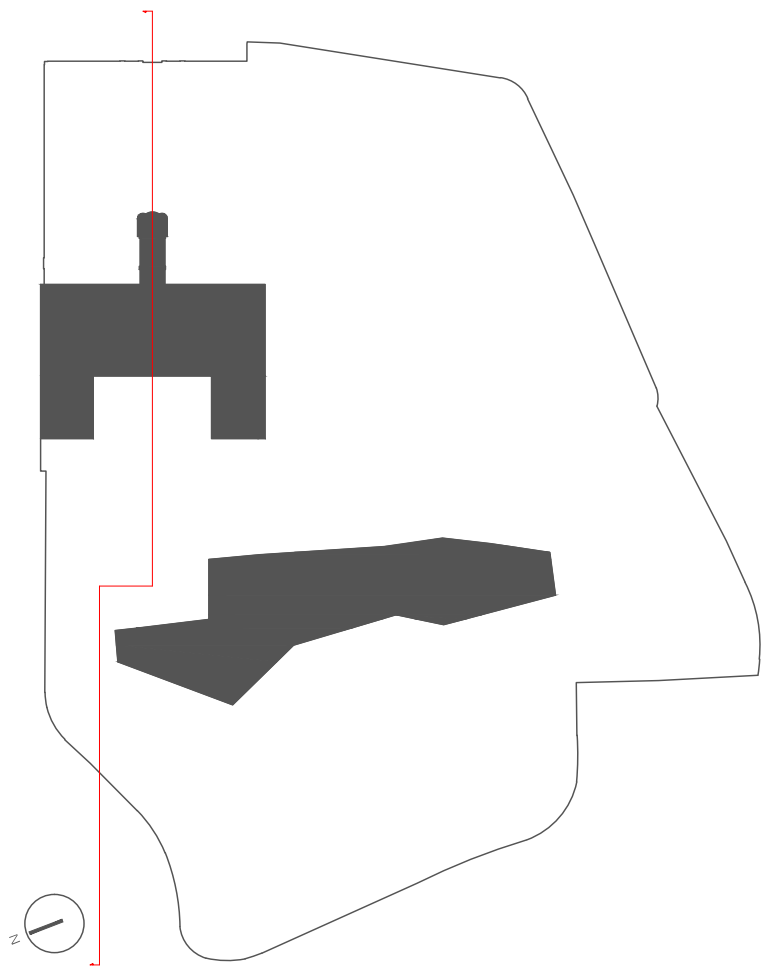
(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura, para turismo de habitação



Planta do Piso 0
Escala 1/100

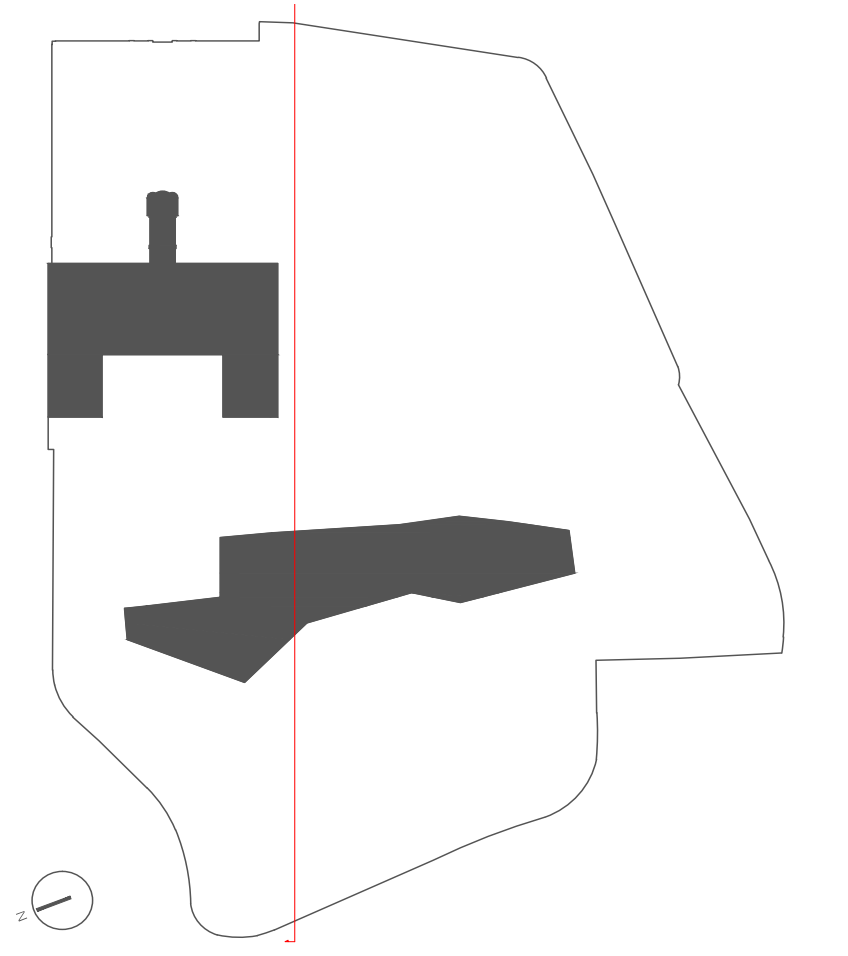


Perfil de Implantação
Escala 1/200



Solar de Antas, Reabilitar no Reabilitado

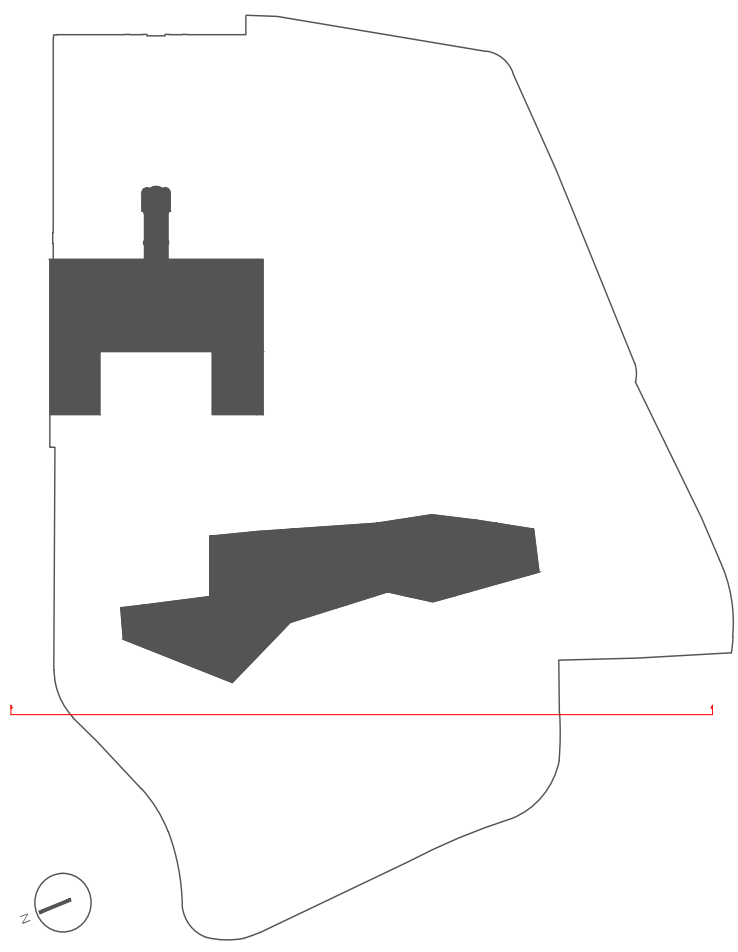
(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura, para turismo de habitação

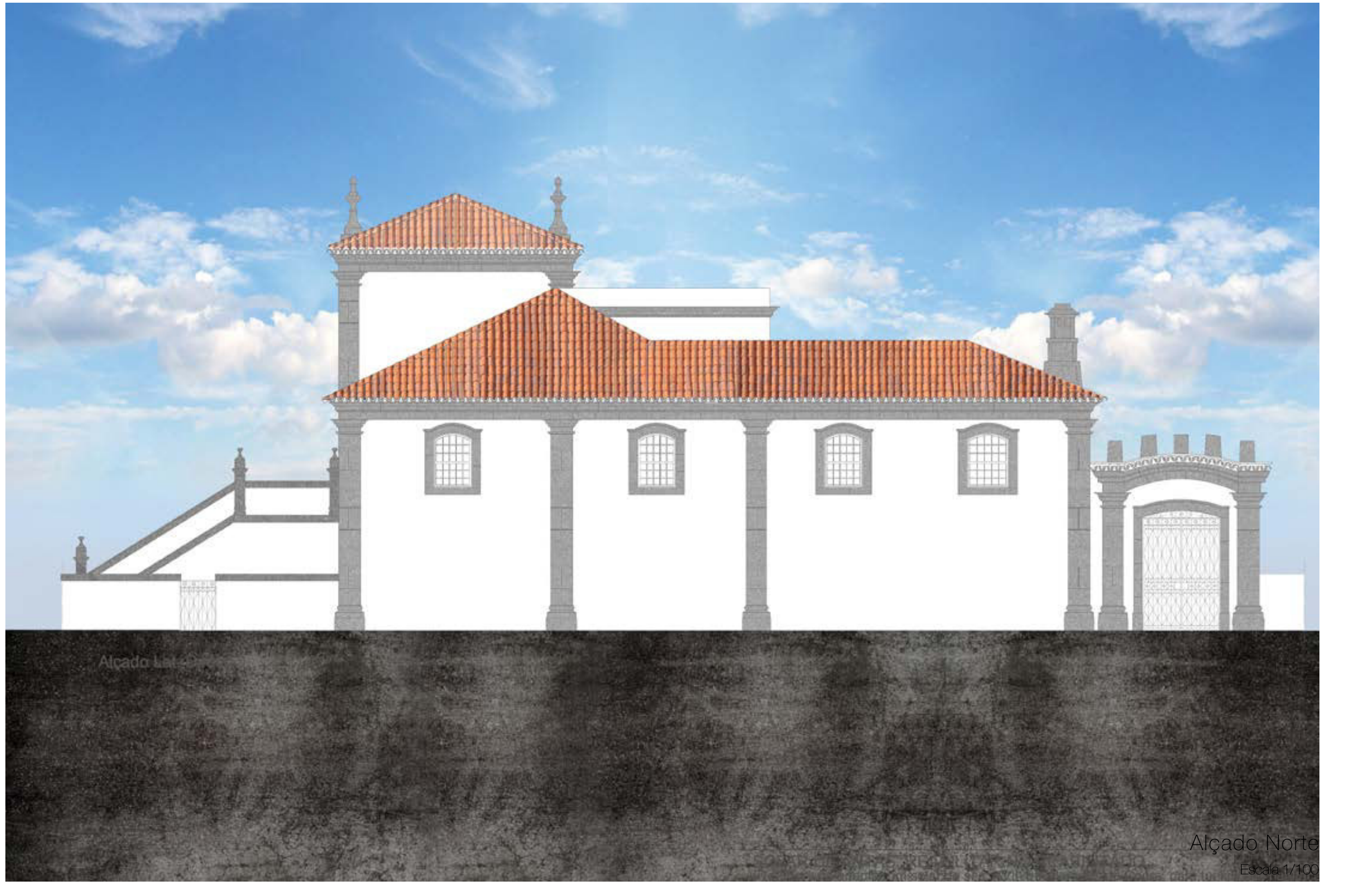
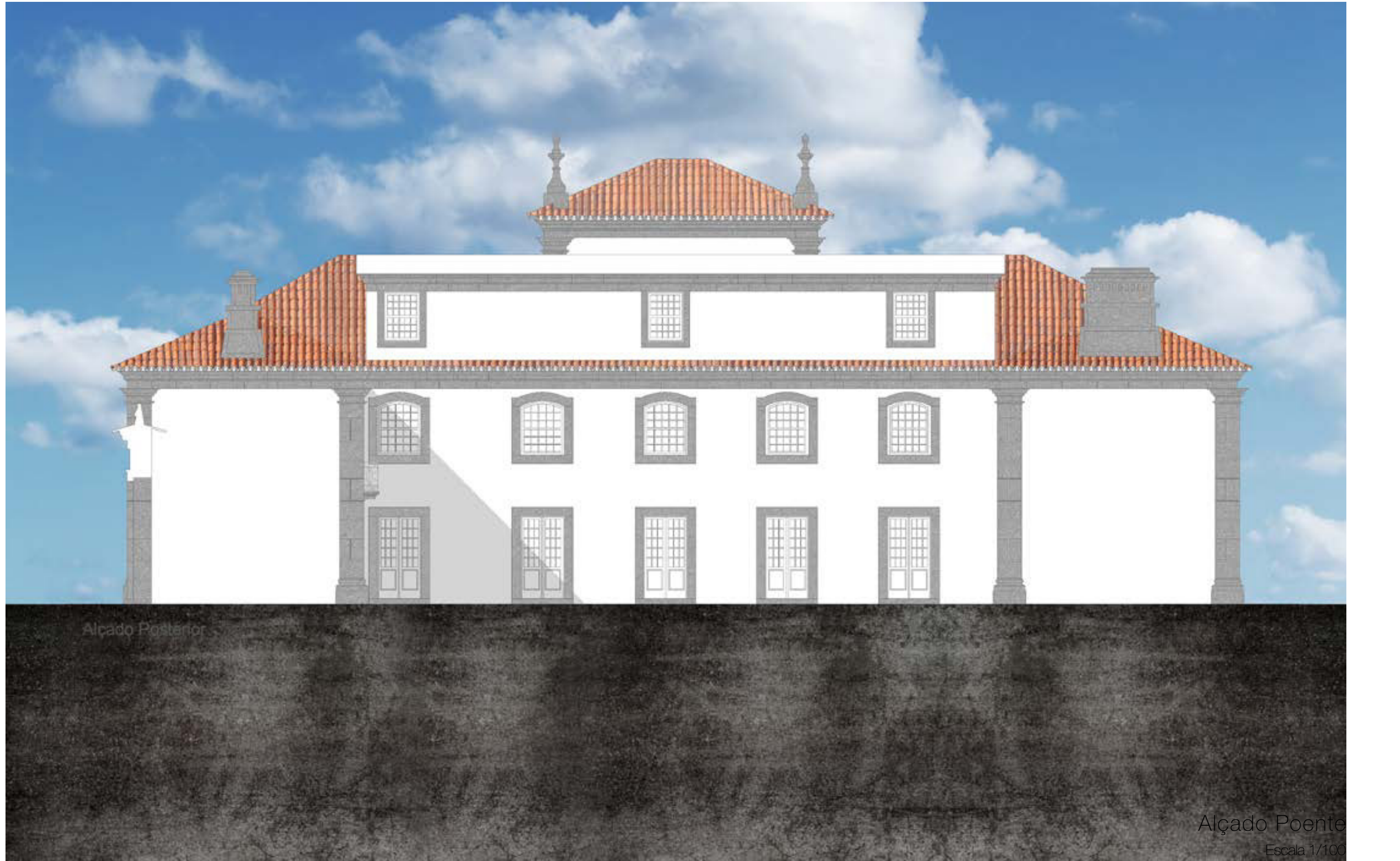


Solar de Antas, Reabilitar no Reabilitado

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura, para turismo de habitação

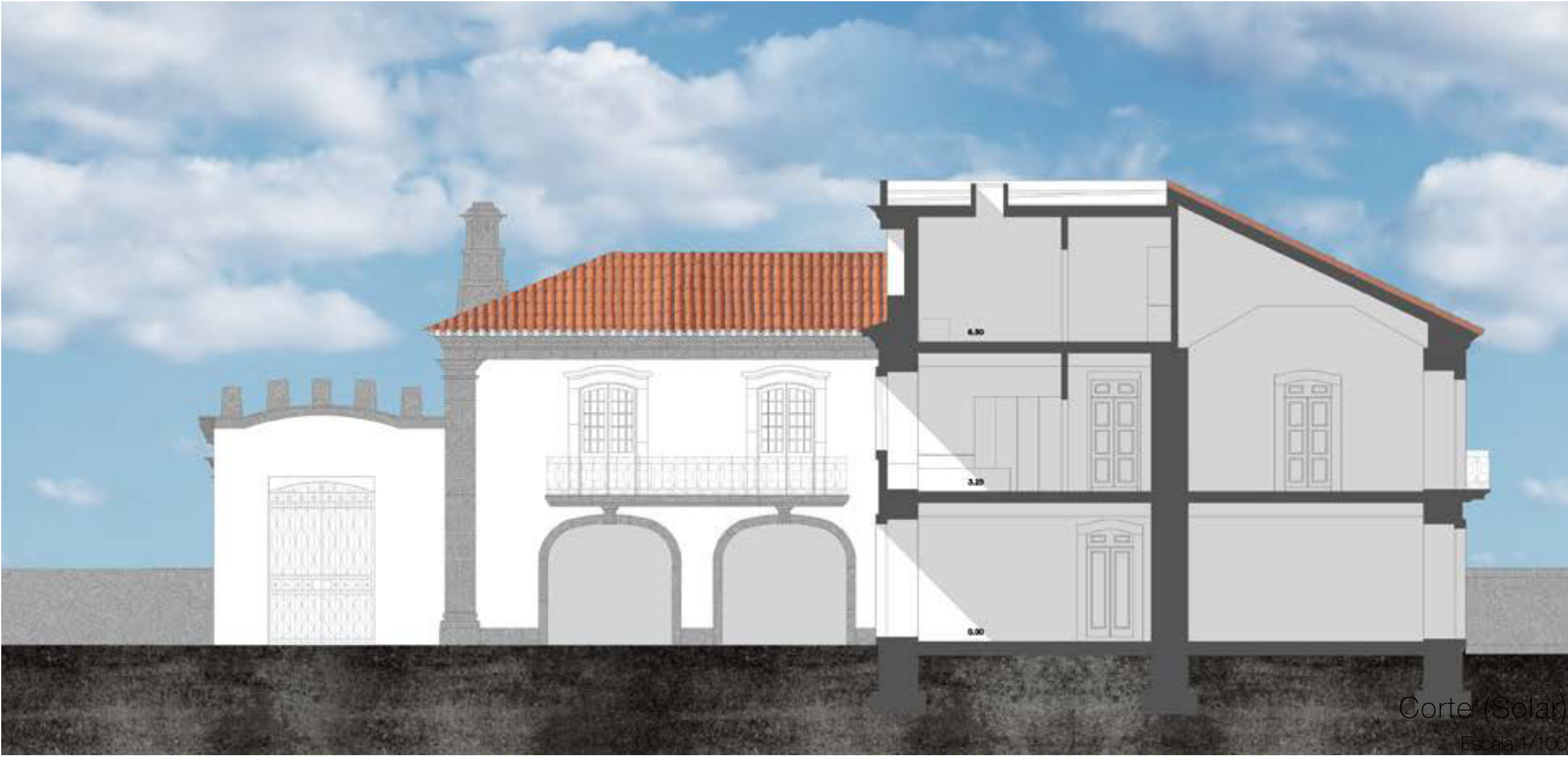






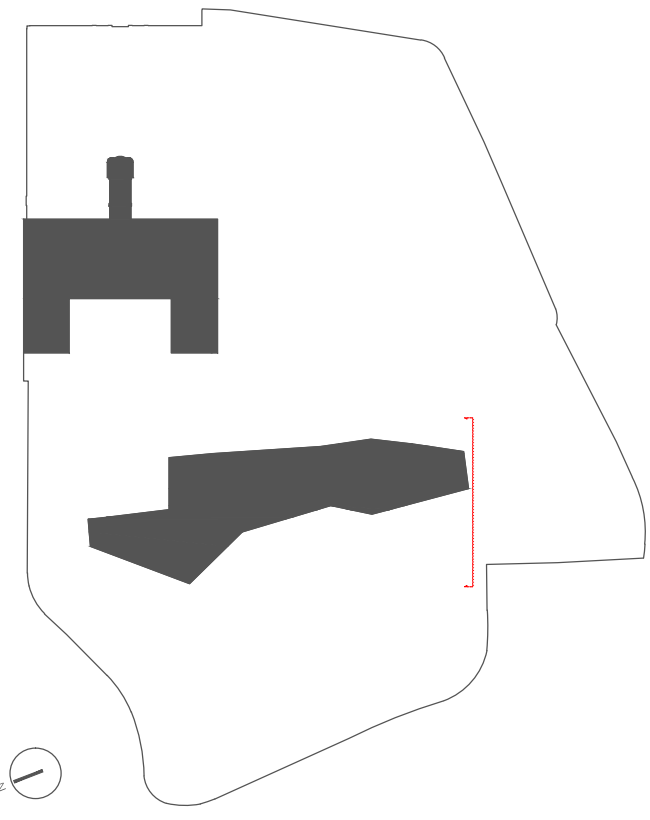
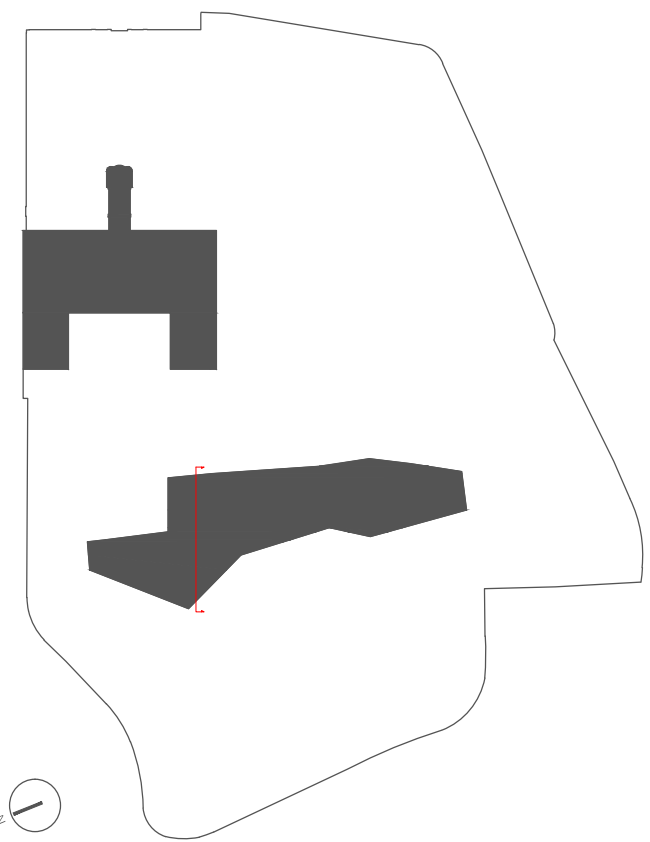
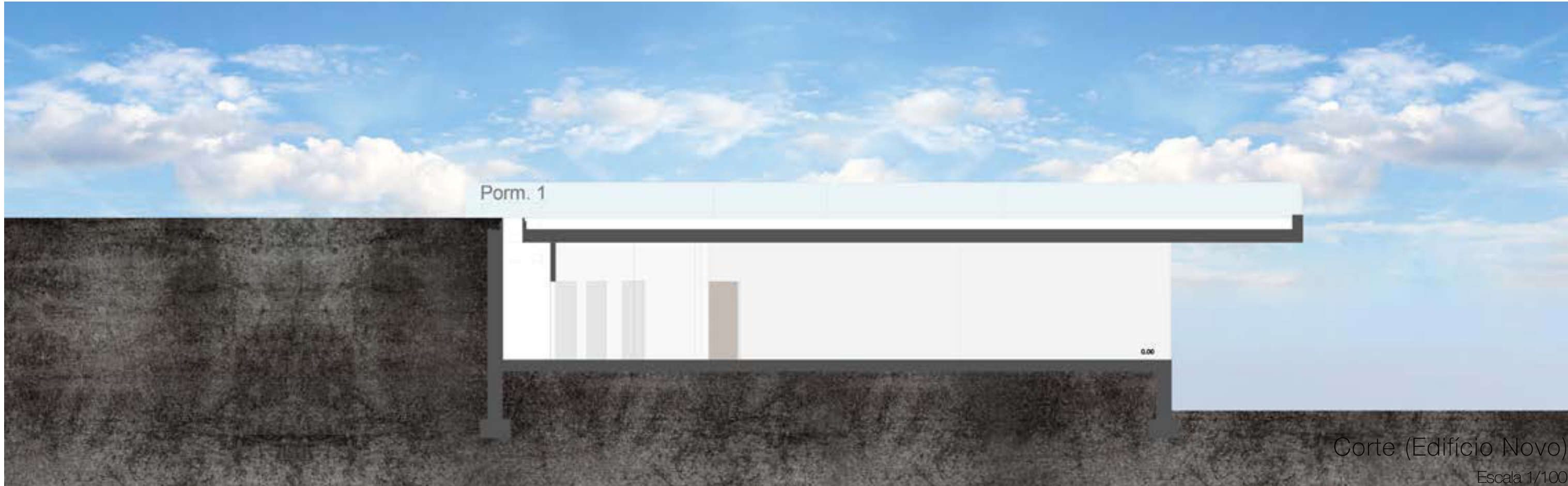
Solar de Antas, Reabilitar no Reabilitado

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura, para turismo de habitação



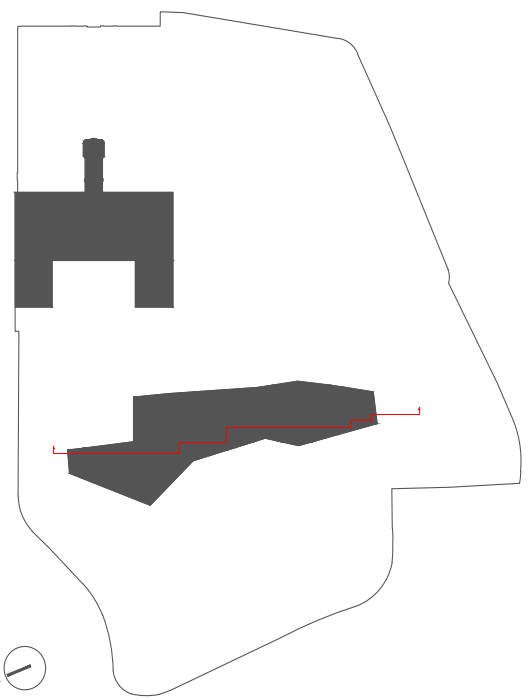
Solar de Antas, Reabilitar no Reabilitado

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura, para turismo de habitação



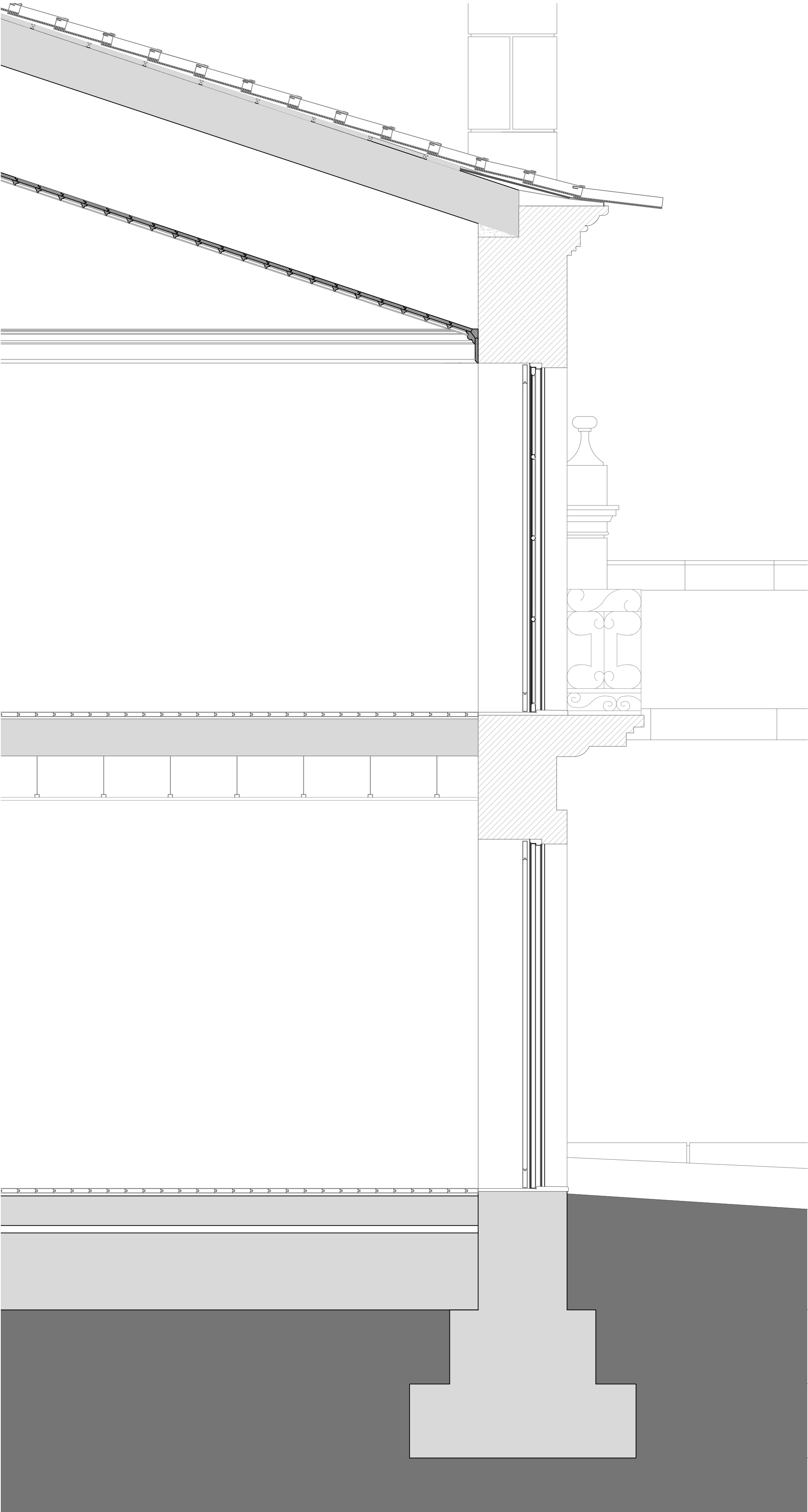
Solar de Antas, Reabilitar no Reabilitado

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura, para turismo de habitação



Solar de Antas, Reabilitar no Reabilitado

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura, para turismo de habitação



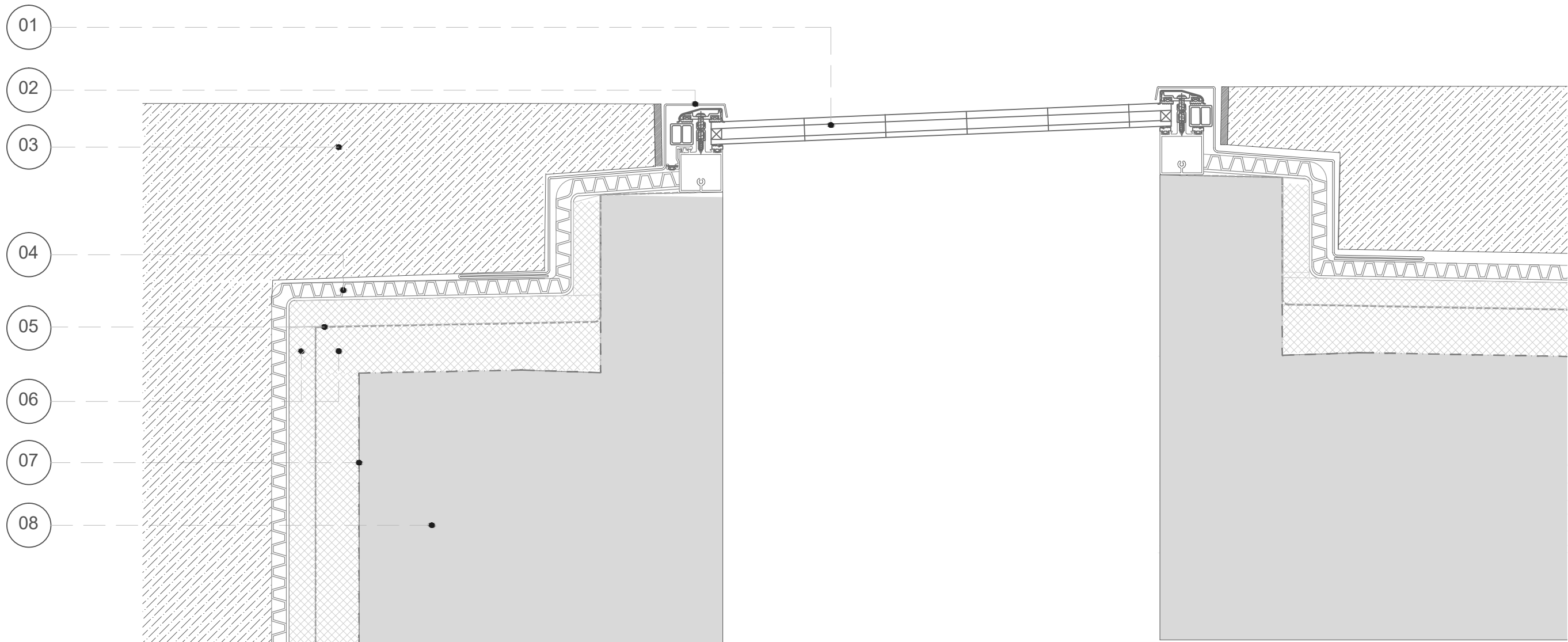
Pormenor 2 - Pormenor de corte da fachada principal Escala 1/20

Legenda:

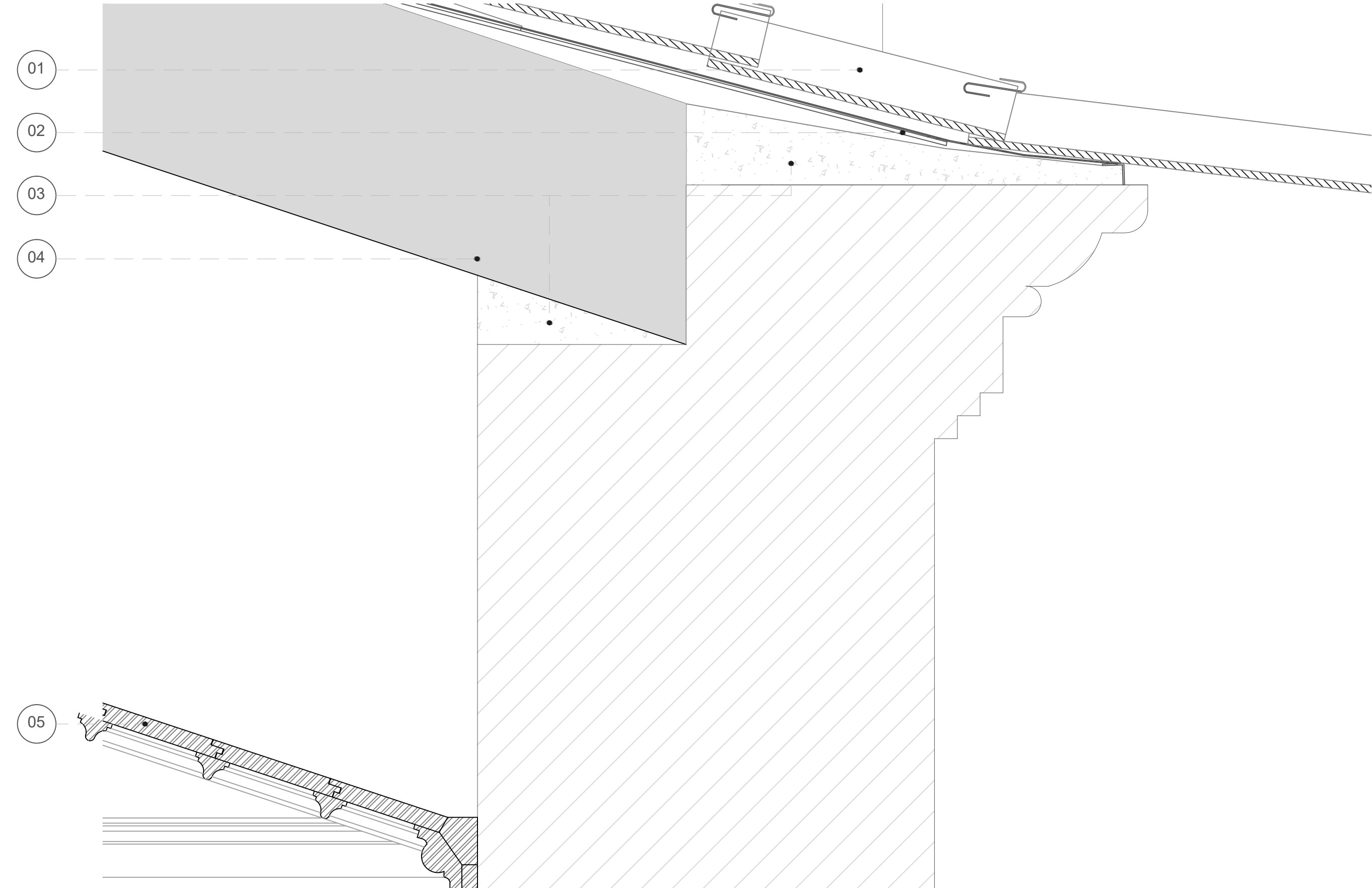
- 1. Tijolo de Vidro
- 2. Rufo em Zinco
- 3. Mistura de Terra Vegetal e Areia 50/50 com Fertilizante Orgânico
- 4. Painei Drenante em PVC calotado com Manta Geotêxtil
- 5. Tela de PVC + Tela Geotêxtil
- 6. Isolamento Térmico XPS (5+3 cm)
- 7. Barreira Pára-Vapor em Filme de Polietileno
- 8. Betão Armado

Legenda:

- 1. Telha
- 2. Subtelha Onduline ST 50 para Telha
- 3. Respaldo
- 4. Betão Armado
- 5. Teto em Masseira



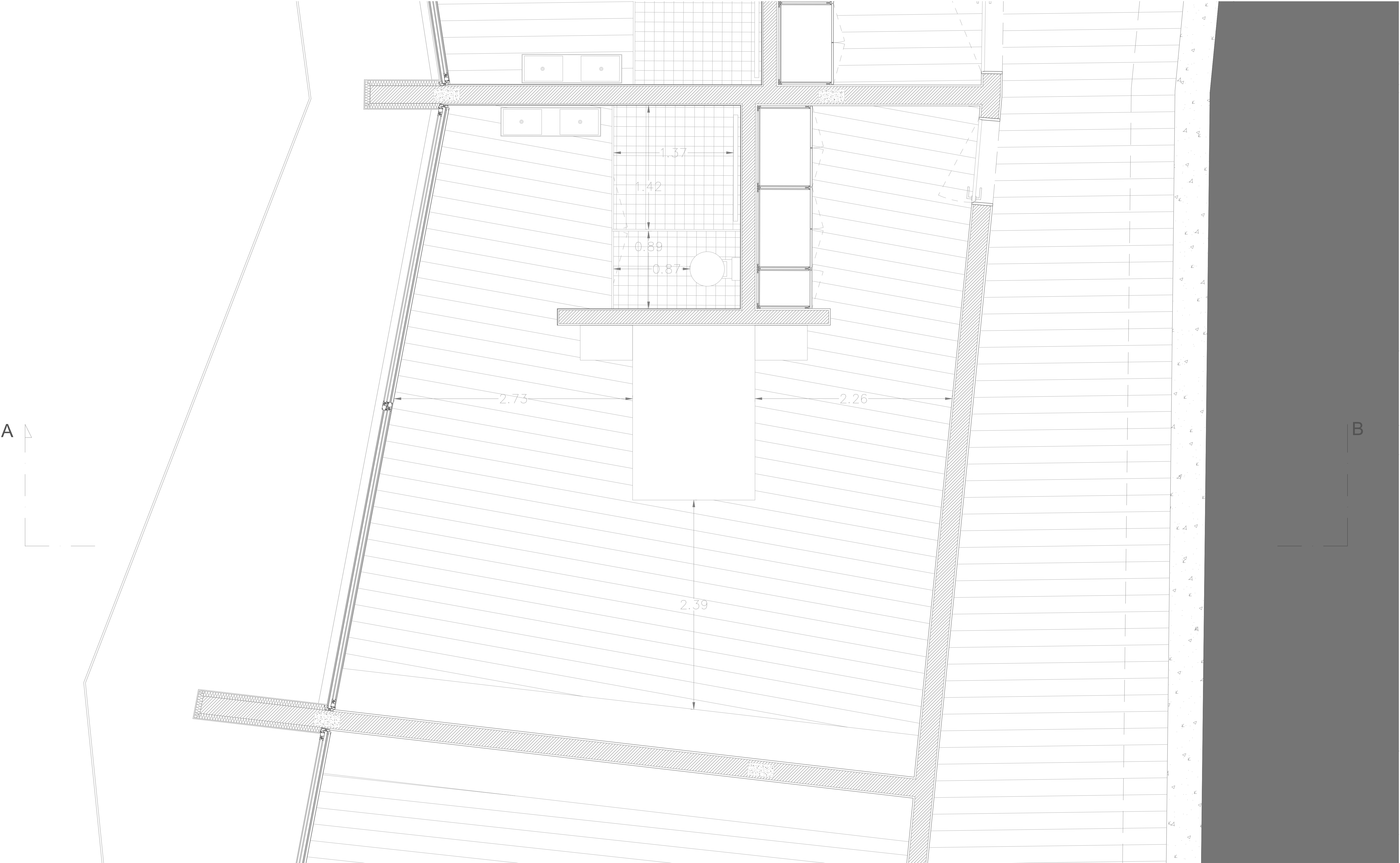
Pormenor 1 - Pormenor da claraboia na cobertura ajardinada do edifício novo Escala 1/5



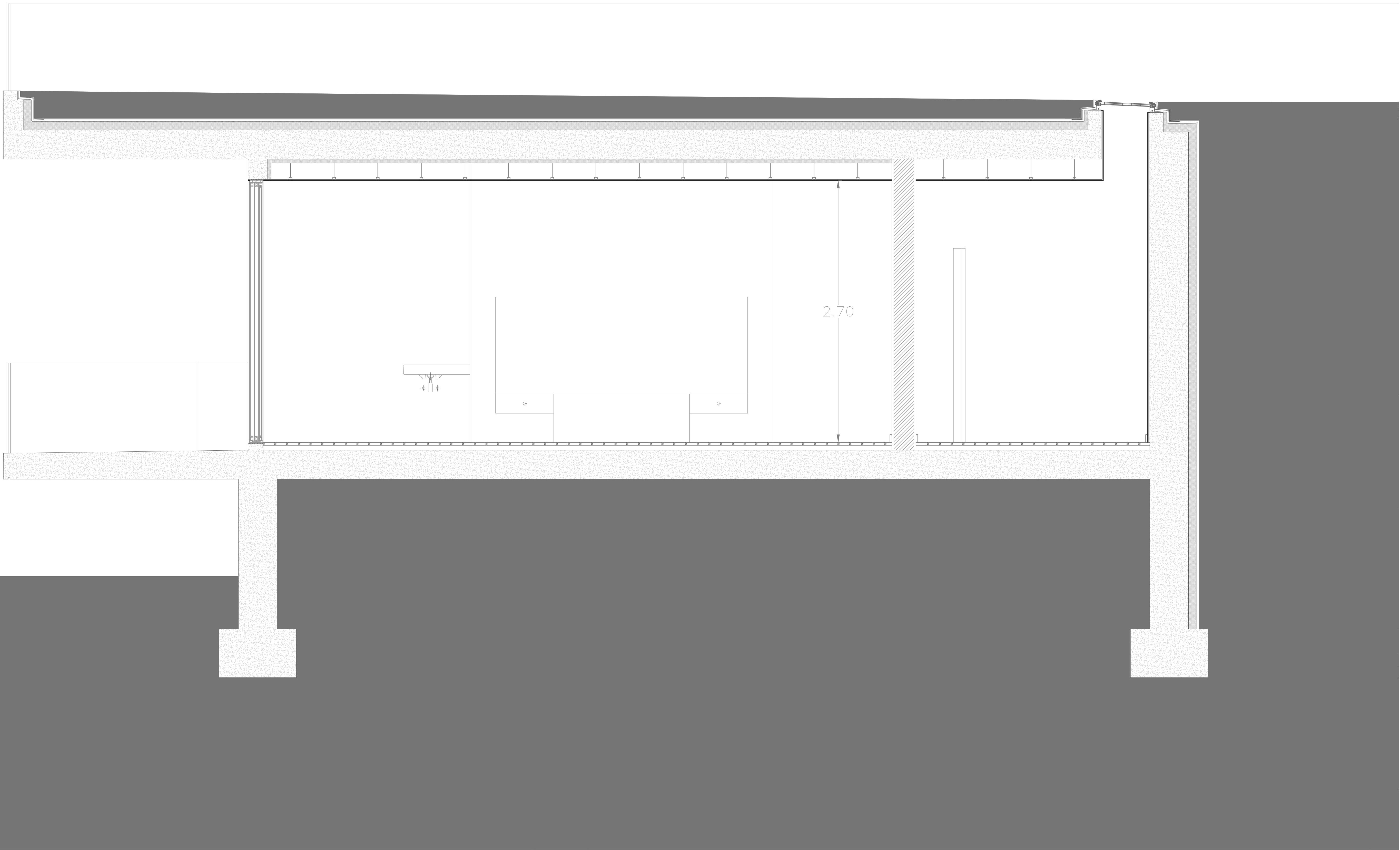
Pormenor 3 - Pormenor da cobertura do Solar Escala 1/5

Solar de Antas, Reabilitar no Reabilitado

(Re)intervir e adaptar um solar do séc. XVIII em Paredes de Coura, para turismo de habitação



Planta do Quarto-Tipo do Edifício Novo
Escala 1/20



Corte AB do Quarto-Tipo do Edifício Novo

Escala 1/20